



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS



ROBERTO CARLOS CORREIA E SILVA

**(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e
a identidade de gênero *trans* em *Uma mulher diferente***

DOURADOS – MS

2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO ARTES E LETRAS



ROBERTO CARLOS CORREIA E SILVA

(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e a identidade de gênero *trans* em *Uma mulher diferente*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – área Literatura e Práticas Culturais, da Faculdade de Comunicação, Artes e Letras, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandra Santos Pinheiro.

DOURADOS – MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586(Silva, Roberto Carlos Correia E
(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e a identidade de gênero trans em Uma mulher diferente [recurso eletrônico] / Roberto Carlos Correia E Silva. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Alexandra Santos Pinheiro.

Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. Disponível no Repositório

Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Violência de gênero. 2. Masculinidade hegemônica. 3. Resistência trans. 4. Literatura brasileira. 5. Uma mulher diferente de Cassandra Rios. I. Pinheiro, Alexandra Santos. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Alexandra Santos Pinheiro (UFGD) – Membro Titular (Orientadora)

Assinatura

Prof. Dr. Márcio Antonio de Souza Maciel (UEMS) – Membro Titular

Assinatura

Prof. Dr. Marcos Lúcio de Sousa Góis (UFGD) – Membro titular

Assinatura

Dourados – MS, 29 de abril de 2020.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas aquelas que atravessaram meu caminho e, de algum modo, contribuíram com minha (des)construção. Pessoas que me motivaram e mostraram, através do exemplo, quem almejo ser.

AGRADECIMENTOS

Digo, seguramente, que meu empenho e dedicação foram fundamentais para chegar até aqui, porém, não conseguiria de forma alguma chegar ao fim deste mestrado sem a ajuda de inúmeras pessoas.

Tenho que agradecer especialmente à minha família por ter me dado todo apoio. Agradeço à minha mãe Dinorací Salete e meu pai, Carlos Geraldo, assim como a meus irmãos, Dhafine e Carlos; minhas tias, primas, sobrinha, dentre tantos familiares que não citarei um por um, visto que teria que escrever mais uma dissertação e não quero me delongar.

Agradeço à minha orientadora Alexandra Pinheiro por todo apoio, por ter aceitado embarcar em minhas ideias, por ter me dado liberdade e respeitado meu jeito de ser, sendo sempre querida e ajudando a todo o momento no que fosse preciso.

Também, quero agradecer a todos os profissionais que mantém a FACALE em pé, em especial, as professoras e professores por todos os ensinamentos e, também, pelos “puxões de orelha” que me ajudaram a refletir meu lugar enquanto professor e pesquisador.

Agradeço a professora Cláudia Cristina Ferreira Carvalho, por participar de minha banca de qualificação, e me auxiliar muito na produção deste trabalho, mesmo sem saber, quando no início de minha pesquisa participei de suas aulas.

Agradeço a banca de defesa, aos professores Marcos Lúcio de Sousa Góis e Márcio Antonio de Souza Maciel, por toda disposição e envolvimento, indicações bibliográficas e pelas críticas construtivas.

E, claro, não posso deixar de agradecer aos meus amigos que tornaram essa caminhada muito mais agradável e divertida. Agradeço a Dalila e Luiz que foram a minha família em Dourados. Agradeço a Daniel, Hennan, Murilo, Reve, Roberta, Ruan, Suelen, Thais e Thaymã, que mesmo à distância fizeram-se presentes. E agradeço a toda a turma de Literatura 2018. Pessoas que, por vezes, fizeram valer a pena as longas idas e vindas ao *campus* após exaustivas semanas de trabalho. Pessoas que, mesmo sem saber, fizeram a total diferença e estarão marcadas em uma especial página da minha vida, pessoas como Adriane, Adrieli, Cynara, Enilze, Izadora, Janete, Jéssica, João, Kelly, Mirella, Selma, Sônia entre tantas outras pessoas incríveis que conheci nessa jornada, como o pessoal de Linguística e, também, do PPG de Geografia, pessoas com quem tive grande aproximação e tive muitos compartilhamentos.

Agradeço à escola pública, as professoras e professoras que marcaram meu caminho, especificamente ao Colégio Estadual Adiles Bordin, instituição responsável por grande parte

do que sou hoje.

Por último, e não menos importante, agradeço à CAPES pela concessão de bolsa, esse auxílio foi fundamental para minha total disposição à pesquisa. Assim também, reitero sua importância e necessidade para o fomento da pesquisa científica brasileira.

Correia e Silva, Roberto Carlos. **(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e a identidade de gênero trans em *Uma mulher diferente***. 2020. 105 p. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

RESUMO

O preconceito silenciou/invisibilizou, por muito tempo, os temas polêmicos na literatura brasileira, a exemplo dos que tangem à diversidade sexual e às dissidências de gênero. Esta realidade, progressivamente, vem sendo alterada por escritores como Cassandra Rios, que representam, literariamente, sujeitos à margem da estrutura política e social, como pessoas LGBTI+. A compreensão acerca da idiosincrasia não é uma tarefa simples, portanto, entender uma identidade contrária ao que a sociedade encara como “natural” é ainda mais complexo. Em razão desta problemática, a partir da obra *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, e especificadamente a partir da personagem Ana Maria, a presente pesquisa tem por objetivo abordar a violência de gênero pelo viés da transexualidade, assim como refletir os efeitos nocivos da masculinidade hegemônica, especialmente, sua influência na realidade *trans* de Ana Maria. Em razão destas discussões, outras questões surgem e se entrelaçam como subalternidade, preconceito e resistência, levando-nos a refletir também sobre o valor da literatura na representação destes temas. Este trabalho tem cunho bibliográfico, sua fundamentação teórica se dá a partir de obras e autoras que discutem as relações de gênero, como Berenice Bento, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Judith Butler e Simone de Beauvoir, bem como, contribuições de autoras com uma experiência situada no ser/viver trans, como Beatriz Bagagli, Jaqueline de Jesus e Tertuliana Lustosa. Ao final, *Uma mulher diferente* permite refletir realidades que não fazem parte apenas do universo literário. A obra de Rios tem um forte valor social, nos faz adentrar em seu universo narrativo, dando a liberdade para que este seja compreendido como a retratação da realidade de seu receptor. Deste modo, *Uma mulher diferente* também cria um espaço de resistência, no qual corpos se apoderam, apoderam-se de palavras e produzem ações.

Palavras-chave: Violência de gênero. Masculinidade hegemônica. Resistência *trans*. Literatura brasileira. *Uma mulher diferente* de Cassandra Rios.

Correia e Silva, Roberto Carlos. **(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e a identidade de gênero trans em *Uma mulher diferente***. 2020. 105 p. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

ABSTRACT

The prejudice has silenced and made invisible for a long time the most controversial themes in the Brazilian literature, such as issues related to sexual diversity and gender dissent. This reality has been progressively altered by writers such as Cassandra Rios, who represent literary, people in the margin of the political and social structure, such as LGBTI+ people. To understand another's idiosyncrasy is not a simple task, so to understand an identity contrary to what a society sees as “natural” is even more complex. Due to this problem, based on the work *Uma mulher diferente* by Cassandra Rios, and specifically based on the character Ana Maria, the present research aims to address gender-based violence through transsexuality, in addition to reflecting the harmful effects of hegemonic masculinity, especially, your influence on the Ana Maria's *trans* reality. Due to these discussions, other issues arise and intertwine, such as, subordination, prejudice and resistance, leading us to reflect also the value of literature in the representation of these themes. This work has a bibliographic nature, the theoretical foundation will take place in works and authors that discuss gender relations, such as Berenice Bento, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Judith Butler and Simone de Beauvoir with contributions from authors with an experience situated in the *trans* being/living, like Beatriz Bagagli, Jaqueline de Jesus and Tertuliana Lustosa. At the end, *Uma mulher diferente* allows us to reflect realities that are not only part of the literary universe. Rios' work has a strong social value; it allows us to enter his narrative universe, giving him the freedom to be understood as a portrait of the reality of his receiver. In this way, *Uma mulher diferente* also creates a space of resistance, in which bodies take over, take over of words and produce actions.

Keywords: Gender-based violence. Hegemonic masculinity. *Trans* resistance. Brazilian literature. *Uma mulher diferente* by Cassandra Rios.

Correia e Silva, Roberto Carlos. **(Trans)passando limites da violência: a masculinidade hegemônica e a identidade de gênero trans em *Uma mulher diferente***. 2020. 105 p. Dissertação (Mestrado em Letras – Literatura e Práticas Culturais) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

RESUMEN

Los prejuicios han hecho invisible durante mucho tiempo los temas más controvertidos en la literatura brasileña, como los temas relacionados con la diversidad sexual y la disidencia de género. Esta realidad ha sido alterada progresivamente por escritores como Cassandra Rios, personas que representan, literariamente, sujetos a las márgenes de la estructura política y social, como las personas LGBTI+. Comprender la idiosincrasia del otro no es una tarea simple, por lo tanto, comprender una identidad contraria a lo que la sociedad considera "natural" es aún más complejo. Debido a este problema, basado en el trabajo *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, y específicamente en el personaje de Ana Maria, esta investigación tiene como objetivo abordar la violencia de género a través de la transexualidad, además de pensar en los efectos nocivos de la masculinidad hegemónica, especialmente, su influencia en la realidad *trans* de Ana María. Debido a estas discusiones, surgen y se entrelazan otros problemas, como la subordinación, el prejuicio y la resistencia, lo que nos lleva a reflexionar también sobre el valor de la literatura en la presentación de estos temas. Esta investigación tiene naturaleza bibliográfica, su fundamento teórico se ejecuta en obras y autores conocidos que discuten las relaciones de género, como Berenice Bento, Heleieth Saffioti, Joan Scott, Judith Butler y Simone de Beauvoir, así como contribuciones de autores con una experiencia en el ser/vivir *trans*, como Beatriz Bagagli, Jaqueline de Jesus y Tertuliana Lustosa. Al final, *Uma mulher diferente* nos permite reflejar realidades que no son solo parte del universo literario. El trabajo de Ríos tiene un fuerte valor social, nos permite ingresar a su universo narrativo, dándole la libertad de ser entendido como un retrato de la realidad de su receptor. De esta manera, *Uma mulher diferente* también crea un espacio de resistencia, en el que los cuerpos se hacen cargo, se apoderan de las palabras y producen acciones.

Palabras clave: Violencia de género. Masculinidad hegemónica. Resistencia *trans*. Literatura brasileña. *Uma mulher diferente* de Cassandra Rios.

SUMÁRIO

TRAÇADOS INICIAIS.....	12
1 IDENTIDADES (TRANS)GRESSORAS: AS DISSIDÊNCIAS DA LITERATURA.....	16
1.1 Uma escritora maldita ou Uma mulher diferente: um trânsito pela escrita de Cassandra Rios.....	17
1.2 Dissidências de gênero: identidade e diferença.....	25
1.3 A literatura revelando o invisível: as dissidências sexuais e de gênero nos escritos literários.....	34
2 VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: ESPELHO DO PATRIARCADO.....	43
2.1 Ciclos de violência: do simbólico ao letal.....	44
2.2 A problemática da construção do “homem de verdade”.....	52
2.3 O reverberar da masculinidade hegemônica no imaginário de “uma mulher diferente”.....	67
3 “ANAS MARIAS”: A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO PARA (RE)EXISTIR.....	75
3.1 Mulheres que se escondem: a subalternidade no existir <i>trans</i>	76
3.2 A decolonialidade do poder e a criação de espaços de resistência.....	84
TRAÇADOS FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	

TRAÇADOS INICIAIS¹

Foi no início de minha graduação, em meados de 2012, que passei a me envolver em discussões a respeito das relações de gênero. O processo de leituras teóricas suscitou em mim questionamentos que amadureceram a minha vida acadêmica e, também, pessoal. Em 2018, ao ingressar no mestrado em Letras, havia a certeza de que seguiria aprofundando leituras acerca da temática. Alguns escritores e escritoras se apresentaram como possibilidade investigativa, tais como Adolfo Caminha, Guimarães Rosa, Adelaide Carraro e Cassandra Rios. A opção por esta última se justifica porque ela ainda é, como demonstro mais adiante, uma autora pouco estudada na academia. Por fim, a obra *Uma mulher diferente* passou a atuar nesta pesquisa como o *corpus* literário a ser analisado à luz dos estudos de gênero.

Uma mulher diferente é um romance policial escrito em 1968. A narrativa inicia-se com a constatação do homicídio de uma mulher *trans*, Ana Maria. A autora utiliza o estereótipo para provocar e criar um romance policial diferente dos moldes tradicionais. Em *Uma mulher diferente*, a história de Ana Maria é narrada em terceira pessoa. Desta maneira, enxergamos Ana Maria pelo olhar de outras pessoas, em específico, homens marcados por preconceitos e julgamentos de valores. Mas há algo omitido no enredo: por meio da recapitulação de fatos que é impulsionada por um emaranhado de personagens, e através de flashbacks que conduzem a descoberta de quem cometeu o assassinato, o narrador expõe, também, os anseios, as angústias e as batalhas de Ana Maria para ser “uma mulher diferente”.

Devido a época e ao contexto político em que a obra foi criada, Ana Maria não é identificada nem como transexual, nem como travesti, questão que se deve possivelmente ao fato de a discussão *trans* acontecer em um período posterior à publicação do romance (publicado pela primeira vez na década de 1960). A narrativa não possui uma demarcação temporal explícita, de modo que Ana Maria pode habitar a temporalidade de quem está recebendo sua história, sendo assim, me apoderando da liberdade interpretativa, utilizarei aqui o termo *trans*² para me referir a mesma.

Refletindo a respeito da potência do texto para retratação e também reprodução de preconceitos, pensando no papel social da literatura e voltado para uma realidade de violências

¹ A introdução é apresentada na 1ª pessoa do singular em razão de conduzir um relato pessoal. As demais partes que compõem a dissertação serão apresentadas na primeira pessoa do plural.

² São compreendidas como *transgêneros* as pessoas que possuem uma identidade de gênero não correspondente ao sexo (masculino/feminino) marcado no momento do nascimento. “Trans” ou “transgênero” são termos “guarda-chuva”, comumente utilizados para condensar as identidades de gênero: Transexual e Travesti.

simbólicas e físicas, tão latente em nossa sociedade brasileira, percebo a necessidade de discutir a respeito das violências de gênero, assim como refletir o lugar da masculinidade hegemônica neste contexto. Os padrões fortalecidos por uma masculinidade hegemônica afetam todo o fazer social e atravessam diretamente a existência da pessoa *trans*, desde o início até o fim da transição.

As pessoas *trans* sentem violentamente os efeitos da masculinidade hegemônica. A infância de muitas mulheres *trans* é marcada por compulsórias tentativas de fazê-las pensar, agir e ser como um “macho deve ser”. Essa relação problemática na infância certamente é traumática e pode causar consequências negativas na vida adulta.

É cabível pensar nesta situação como um influenciador de certos padrões de conduta, na qual a idealização imposta do masculino faz com que pessoas busquem involuntariamente este padrão nos homens, e, assim, reforcem ainda mais os padrões femininos. Retrato essa consideração com um direcionamento à personagem Ana Maria do romance de Rios. Afetada outrora por efeitos da masculinidade hegemônica, a mesma aparentemente não consegue relacionar-se com homens que demonstram atitudes inesperadas para o homem que há em seu imaginário, o que a leva a encontrar um indivíduo também afetado por este padrão tóxico de masculino, e esta mesma “masculinidade tóxica” a direciona à morte.

Desta maneira, utilizando como fio condutor a obra *Uma mulher diferente*, abordarei as dissidências de gênero pelo viés da transexualidade, assim como discorrerei a respeito dos efeitos nocivos do patriarcado sobre os homens, questão intrínseca na narrativa e tema que atravessa os homens dentro das relações de gênero.

Longe de pensar em teorias para deslegitimar ou julgar a construção narrativa de Rios, as discussões teóricas são aqui destacadas com o pressuposto de refletir questões potencializadas pela obra, ainda que estas questões sejam vistas com outras particularidades na temporalidade em que o romance foi escrito.

Compreendo que muitas das teorias de gênero, como a própria discussão *trans* são posteriores a narrativa criada na década de 1960. Nesta perspectiva destaco a principal virtude de *Uma mulher diferente*, que não é sua realização estética, mas seu valor histórico, sua potência de nos explicar, de nos confrontar, de pela ficção nos mostrar questões que não são comumente narráveis e assim, também, dar protagonismo às personagens que não estamos acostumados a ver.

A violência perpassa a realidade de todas as personagens do romance e, de certo modo, reflete também a autora. Sabendo de sua condição, enquanto mulher lésbica, no contexto de uma ditadura militar, não posso deixar de pensá-la também como um sujeito à margem. A

violência pontuada nas dissidências ao atravessar a realidade de cada personagem também intersecciona uma personagem à outra, particularidade que singulariza este romance e me faz também refletir o valor de *Uma mulher diferente* para as discussões de questões conflitantes para a sociedade brasileira atual, como é a violência para com as dissidências de gênero.

A busca sistemática para a construção da presente pesquisa se deu no segundo semestre de 2018, tendo o Catálogo de Teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como base de dados investigada. Foram consideradas teses e dissertações desenvolvidas em âmbito nacional nos últimos dez anos, e que tivessem em seu *corpus* de estudo a conexão literatura, relações de gênero, dissidência sexual e de gênero e identidade de gênero *trans*.

Direcionando a busca sistemática para a obra *Uma mulher diferente*, foram encontrados no banco de dados da CAPES 228 trabalhos com as palavras-chave “literatura”, “uma mulher diferente” e “Cassandra Rios”, porém, há um número pouco expressivo de trabalhos tendo como protagonista *Uma mulher diferente*. Abarcando a referida obra, destaco a tese *Um percurso pelas configurações do corpo de personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX: (1960-1980)*. (FERNANDES, 2016). Na tese, Carlos Fernandes estabelece um percurso de resgate, análise e crítica sobre protagonistas travestis em obras literárias brasileiras, dentre as quais contempla *Uma mulher diferente*. Outro trabalho que tem o romance como *corpus* literário é a dissertação *La literatura erótica de Cassandra Rios: O bruxo espanhol (1959) y Uma mulher diferente (1968)*. (CARDOSO, 2018). Nesta, Leidy Cardoso analisa aspectos da censura sobre a sexualidade e fundamentos das proibições da literatura de Cassandra Rios desde os anos 1950 até os 1970. Por fim, destacamos *Escritas excessivas: Cassandra Rios e o protagonismo na literatura brasileira* (PEREIRA, 2019). Na referida tese, Ana Pereira se debruça sobre a produção literária de Cassandra Rios, destacando a literatura “cassandriana” como propulsora de uma política de combate ao discurso heteronormativo.

Em sua maioria, as produções que contemplam Cassandra Rios e *Uma mulher diferente* envolvem questões voltadas à sexualidade, como o erotismo e a homossexualidade. Também, há abordagens a respeito da censura às temáticas das obras e para aspectos da vida dos autores e reflexos em suas escritas. Esta pesquisa diferencia-se das demais apresentadas por direcionar o olhar para a questão dos efeitos da masculinidade hegemônica nas relações de gênero, especialmente, a influência da mesma na vivência *trans* da personagem Ana Maria do romance *Uma mulher diferente*. Em razão destas discussões outras questões surgem emaranhadas, como subalternidade, preconceito e resistência.

Como já mencionado esta é uma pesquisa de cunho bibliográfico e trás também uma

leitura hermenêutica. A partir de recortes literários e apontamentos teóricos, refletirei também o valor da literatura na representação de temas complexos e a sua capacidade de tornar visível no texto o que é desprivilegiado fora dele. Deste modo, a análise literária se dará na presença de recortes narrativos atrelados à teoria.

Destacarei como a literatura tem atuado, e como ocorreram algumas recepções críticas de obras que tiveram questões polêmicas como sexualidade e homoerotismo em suas bases temáticas. Por se tratar de uma discussão complexa, diferentes questões se entrelaçam e se sobrepõem em relação a temática da masculinidade hegemônica e a identidade *trans*. Torna-se necessário fazer uma introdução às questões como as dissidências sexuais e de gênero, para então se adentrar a outras que se correlacionam, como pensar nos padrões tóxicos da masculinidade hegemônica e nos reflexos do patriarcado nas concepções de gênero e sociedade.

Os resultados da análise estão organizados em três capítulos. No primeiro, apresento Cassandra Rios e seu romance *Uma mulher diferente*, seguido de um levantamento de trabalhos e autoras que contribuíram para a discussão das relações/identidades de gênero, direcionando assim, para a reflexão do que se compreende como dissidências de gênero e identidade *trans*. Este capítulo culmina em um panorama de obras literárias que apresentam em comum com *Uma mulher diferente*, violências latentes nas realidades das personagens, e assim, também colocam em pauta temas culturalmente censurados, como a homossexualidade e a identidade *trans*.

No capítulo dois, discuto a masculinidade hegemônica, bem como sua influência sobre o imaginário masculino e sua reverberação nos ideais de feminilidade. Ainda, realizo a exegese da obra literária, direcionando para a discussão da subalternidade que permeia a existência *trans*.

No terceiro e último capítulo, “Anas Marias e a construção de um espaço para (re)existir”, evidencio o valor simbólico do fazer literário na construção de saberes e na decolonialidade do poder.

A intenção deste trabalho é contribuir para o debate de temas que são pertinentes e essenciais para a sociedade atual. Evidencio a necessidade de diferentes percepções e ferramentas para discussão de temas complexos na realidade brasileira, como é a questão da violência para com as identidades dissidentes. Nessa perspectiva, evidencio também a literatura como uma potência para abertura à alteridade e a construção de conhecimentos.

Capítulo I

Identities (trans)gressoras: as dissidências da literatura

Eu sou produto da natureza! Podem examinar-me toda, psicologicamente, dissecar-me, e que vantagem haverá? Não encontrarão o que me faça assim, pois está na vontade que nasceu comigo! Poderão dizer que tenho hormônios femininos em excesso, que apenas entre as pernas sou uma aberração da natureza, porque no resto sou uma mulher perfeita! [...] Não sou mesmo uma mulher? Uma mulher diferente? (RIOS, 2005, p. 132).

1.1 Uma escritora maldita ou Uma mulher diferente: um trânsito pela escrita de Cassandra Rios

Conforme já mencionado, por muito tempo, os temas mais polêmicos, como as relações e dissidências de gênero, foram inexplorados na literatura brasileira. Esta realidade, progressivamente, foi e ainda vem sendo alterada por escritores como Cassandra Rios que, pessoas que representam, literariamente, sujeitos à margem da estrutura política e social: “Como mulher eu sou, na definição exata de como me sinto, uma menina medrosa que se escondeu atrás de um pseudônimo, que se assustava e tinha medo de tudo, e hoje não tem medo de nada!”. Com essa frase, proferida por Cassandra Rios para a revista TPM (2001), adentramos em seu universo literário.

Cassandra Rios trilhou um caminho pelo território selvagem da literatura, no qual, por muito tempo, mulheres viveram com o assombro da linguagem reprimida, uma realidade que ainda se faz presente, ainda que se manifeste de maneiras distintas. Conforme Elaine Showalter (1994, p. 39), “a literatura das mulheres ainda é assombrada pelos fantasmas da linguagem reprimida, e até que tenhamos exorcizado estes fantasmas, não é na linguagem que devemos basear nossa teoria da diferença”. Showalter (1994, p. 39) também aponta para a necessidade de se ampliar o campo linguístico das mulheres, de modo que as lacunas do discurso e o silêncio não são o lugar onde a consciência feminina se revela. Como destaca Showalter, é preciso romper com as barreiras e preencher estes espaços construídos com inexistências.

Compreendemos que quando a autora fala em linguagem, a mesma refere-se ao campo dos signos, dos símbolos, mas especificamente da linguagem verbal. Conforme incita Showalter, as mulheres precisam sempre dizer o que é necessário ser dito, por elas e para elas, especificamente pela verbalização, destacando que as palavras tem também poder. Deste modo, é preciso falar, escrever, gritar, escancarar as histórias que a “história” não nos conta. E, nesta perspectiva, Rios rompe o silêncio, ainda que, para tal feito, seja necessária a criação de pseudônimos; as barreiras repressoras não foram suficientes para calar sua voz e interromper sua escrita.

Odete Pérez Rios, mais conhecida como Cassandra Rios, nasceu em três de outubro de 1932 na cidade de São Paulo - SP. Em 1948, aos 16 anos, publica seu primeiro livro denominado de *Volúpia do Pecado* (1948). Neste, retrata a história de amor entre duas adolescentes. Recusado por muitas editoras, o livro é publicado com a ajuda financeira da mãe de Odete. A partir de então, nasce a famosa Cassandra Rios e se inicia uma bem-sucedida, mas também, polêmica carreira literária. Rios conseguiu grandes feitos, um dos mais importantes consiste em

ser uma das primeiras autoras brasileiras a conseguir viver de seu ofício de escritora, bem como a primeira a vender um milhão de livros. Questões como a homossexualidade, a sexualidade feminina e o erotismo eram temáticas recorrentes em sua literatura, uma das razões pela qual lhe foi atribuído a alcunha de “escritora maldita”.

A autora escreveu mais de 50 obras, tendo 36 delas censuradas na ditadura militar brasileira³, circunstância que ocasionou também um extraviamento de muitas de suas obras. Mais efetivo que prender fisicamente “a escritora maldita”, tentaram calá-la e apagar sua escrita. Muitas de suas produções foram confiscadas e incineradas, de modo que Rios foi uma das autoras mais censuradas e perseguidas nos “anos de chumbo”. No ano de 1976, após 14 obras suas serem censuradas em apenas seis meses, Cassandra Rios foi à falência tendo inclusive que fechar sua livraria.

Com todos os empecilhos, ainda assim, no período da década de 1960 e 1970, ela foi uma das escritoras brasileiras mais bem-sucedidas na produção literária.

Para fugir da censura, Cassandra Rios cria dois pseudônimos masculinos (Clarence Rivier e Oliver Rivers) que, entretanto, mantinham suas características literárias, o mesmo teor erótico, com o único diferenciador de possuírem como temática a sexualidade heterossexual. Com esta estratégia, ela consegue produzir e publicar sem grandes impedimentos, o que nos leva a pensar que a censura a seus livros não se dava apenas em razão de a mesma retratar a sexualidade, mas, sobretudo, por se tratar de uma mulher falando sobre a sexualidade feminina e colocando em pauta, por meio da literatura, a homossexualidade⁴. Documentos e inquéritos datados da década de 1980 nos dão uma ideia sobre os motivos da perseguição de Cassandra Rios:

O livro da senhora Cassandra Rios é um romance sobre uma jovem lésbica, suas conquistas e seu ambiente familiar. Suas atitudes são referendadas como causa de seu desajuste. Mensagem negativa, psicologicamente falsa em certos aspectos de relacionamento, nociva e deprimente [...] enquadramos, pois, o compendio em o Dec. Lei. 1077 de 1970. VETADO (PALMAR, *S.d.*).

Em seu percurso literário, por vezes, Cassandra teve sua vida particular associada a suas produções e personagens. Sendo necessário que fosse esclarecido, pela mesma, o limite entre a vida de Odete e a vida de Cassandra, vida particular de vida literária. A autora declarava que não escrevia sobre sexo, mas sobre amor, como manifestado em uma entrevista concedida à

³ “A ditadura militar foi um período de exceção da vida política brasileira que ocorreu no período entre 1964 e 1985, na qual o país foi governado por militares que eram eleitos de maneira indireta pelo colégio eleitoral, sem eleições diretas. O golpe militar foi dado no dia 31 de março de 1964, quando o presidente democraticamente eleito foi deposto. O fim do regime se deu em 14 de março de 1985” (ESTADÃO, *S.d.*).

revista *Realidade* em 1970 *apud* O Globo: “Pornografia é a intenção deliberada de chocar. É o sexo pelo sexo. Nos meus livros, o sexo só acontece em função do amor, para realizá-lo plenamente e sem preconceitos” (O Globo, 31 de Mar. 2019).

Quando indagada, a autora declarava que sim, Cassandra Rios era uma mulher lésbica, e o que devia interessar unicamente aos seus leitores era a vida da autora Rios e não a vida particular de Odete.

Cassandra Rios era uma mulher de fato transgressora. Seu trabalho tem um grande valor histórico. Neste sentido, vale ressaltar em suas obras a representação de sujeitos marginalizados, em um período em que estar à margem era literalmente não existir. Décadas antes do hoje conhecido movimento LGBT⁵ se consolidar no Brasil, ainda com o termo LGB (década de 1990), pessoas homossexuais e travestis já eram protagonistas nos polêmicos livros de Rios. O que evidencia ainda mais seu pioneirismo e espírito subversivo.

Assim como a sua temática marginalizada, Cassandra Rios foi estigmatizada pela sua vida civil e pelo que escrevia. Entretanto, ao mesmo tempo em que a censura a calou simbolicamente, o efeito reverso também acontece. O título de “escritora maldita” que hora lhe atribuiu um peso negativo, pela mesma razão lhe torna uma escritora procurada e paulatinamente reconhecida. Na contramão dos empecilhos, muitas obras da autora conseguem atravessar diferentes gerações e se fazerem atuais mesmo após 18 anos de sua partida, que aconteceu em 03 de outubro de 2002 em razão de um câncer.

A censura à autora e a ação de apagamento de suas obras se deu de forma tão abrupta que a persegue simbolicamente até nos dias atuais. Ainda hoje é difícil encontrar as publicações de Cassandra Rios em livrarias e sebos. Muitas de suas obras estão fora das livrarias como é o caso do livro *Copacabana posto 6 – a madrasta*, publicado em 1972. Esse romance narra a conflituosa relação entre Laura e Jeanne, um conturbado relacionamento que culmina em suicídio. Tratando de questões amplamente delicadas, como a relação homossexual de uma madrasta e sua enteada, especificamente em um período de efervescência da ditadura militar, a obra recebeu fortes críticas, que a levaram à censura.

Proibido também foi o livro *As traças*, publicado pela primeira vez em 1975. O romance traz, de forma explícita, a relação de amor entre duas mulheres. O leitor percorre com a

⁵ É cada vez mais comum o uso do termo LGBTI+, sigla utilizada, sobretudo no meio acadêmico, para designar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e/ou intersexuais. O “+” faz referência a outras identidades para além destas e das identidades hegemônicas (hétero-cisgênero). Entretanto, quando falamos em movimento social ainda se utiliza muito o termo LGBT, conforme destaca Marcos Soares (2018) “no Brasil, o movimento LGBT começou a se desenvolver a partir da década de 1970, em meio à ditadura civil-militar (1964-1985). A partir desse período, as publicações alternativas LGBTs tiveram um papel fundamental”.

personagem Andreia um caminho de descobertas e autoafirmação, passando pelas delícias e pelos desprazeres da tentativa de ser quem se é, quando quem você é não é o esperado pela sociedade.

O último romance publicado de Cassandra Rios foi *Crime de honra*, obra póstuma lançada no ano de 2005. Curiosamente este é o único romance da escritora que tem como base temática a homossexualidade masculina. O livro traz a história de Victor, um homem que para ser aceito na sociedade assume uma *persona*, precisa viver com o peso de não poder ser quem realmente é, e sobrevivem à dura realidade do “armário”, convivendo com o medo, a culpa e os amores proibidos.

Rios colocou em sua pauta temas que ainda hoje são tidos como *tabus*, a exemplo das questões de gênero e da transexualidade apresentada no romance *Uma mulher diferente*, corpus literário desta pesquisa.

O romance *Uma mulher diferente* foi publicado pela primeira vez em 1968. Este se inicia com a constatação do homicídio, com a descoberta da morte de uma mulher diferente, Ana Maria. Em razão desta problemática, surge na narrativa um detetive denominado Grandão, o mesmo começa uma investigação em busca do assassino e também da motivação do crime. Nesta circunstância, Grandão adentra ao universo de Ana Maria, e nos apresenta a mesma através de suas descobertas, assim também, somos levados a vivenciar o drama de cada personagem que surge em suas andanças.

A narrativa tem uma escrita simples e acessível, o que torna a recepção de sua temática mais cômoda. O teor subversivo de sua produção é quase velado por sua linguagem corrente, descritiva, e pelo realismo social. Sua estratégia de escrita provoca os discursos hegemônicos tanto pelo dito quanto pelo não dito. Inúmeras questões apresentam-se como plano de fundo da trama, como os dilemas em torno da compreensão de uma identidade de gênero dissidente. Estas questões são vistas tanto na relação de Ana Maria e sua irmã, como também na forma como Ana Maria se relacionava afetiva e sexualmente com os homens.

Uma mulher diferente segue o padrão do estilo policial, conhecida estrutura narrativa que tem como particularidade de seu enredo (estrutura narrativa) o teor investigativo, o desfecho de um crime, a presença de depoimentos e a busca por um criminoso.

O romance policial é um estilo que conquistou forte apreço popular no mundo. Um exemplo disso é o reconhecimento universal do personagem Sherlock Holmes, que devido à sua popularidade conseguiu a façanha de ser tão famoso quanto seu criador, Arthur Conan Doyle. Outros nomes reconhecidos como grandes expoentes do romance policial são Aghata Christie e Edgar Allan Poe. Conforme destaca Luana Perez [s.d.], em terras brasileiras, o

primeiro exemplar de romance policial que se tem registro foi publicado no ano de 1920, no jornal *A Folha*. Trata-se do romance *O mistério*, escrito por Coelho Neto. Desde então, muitos outros romances e autores surgiram como as obras de Rubem Fonseca, Marçal Aquino, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Joaquim Nogueira, Tony Bellotto, Luiz Fernando Veríssimo e Patrícia Melo, dentre outros.

Em relação à obra de Rios, o texto é narrado por um narrador onisciente, ou seja, um narrador que conta a história em 3º pessoa, que permite certas intromissões, e sabe tudo que se passa na história, conhece o íntimo de todos os personagens. No início da história percebemos um tímido protagonismo do personagem Dalton Levi, o detetive Grandão. O investigador tem sua imagem traçada a partir de seus atributos físicos e qualidades que reforçam sua masculinidade: “Dalton Levi, era um homem de raciocínio rápido e de gestos ágeis, de pugilista profissional. Sua aparência física, máscula, hercúlea, quase brutal, é que motivara aquele apelido” (RIOS, 2005, p. 13). Dalton Levi, o Grandão, de certa forma, não se distancia dos comuns heróis dos romances policiais, entretanto, no decorrer do romance, percebemos um detetive diferente. Trata-se de um detetive mais humano, ou seja, um homem com limitações. Embora este esteja aparente em toda a trama, a construção narrativa faz com que foquemos menos no detetive e em sua astúcia e mais no universo de Ana Maria. Grandão tem um papel fundamental para o desenrolar da história, mas o diferente e enigmático é Ana Maria. É ela quem é o tema, a raiz de tudo.

A história de Ana Maria é contada a partir da investigação de Grandão. O detetive realiza um percurso de investigação pela vida de Ana Maria, fazendo questionamentos a todas as pessoas relacionadas a ela, especificamente homens providos de preconceitos e julgamentos de valores.

Neste percurso investigativo de Grandão, são apresentadas várias personagens: como a senhora Elisa Marcondes conhecida como Tilica, uma humilde catadora de papel a quem Ana Maria estende a mão e cria um vínculo de afeto; o dono de um bar chamado Antonio Pereira, homem simples que acaba se apaixonando por Ana Maria; Barbosa Lins, um doutor que em um curto período se envolveu com a mesma; Leonardo de apelido Loirinho, rapaz com quem Ana Maria sustentava uma relação abusiva; Magda Wallerstein, irmã de Ana Maria e pessoa com quem ela tinha uma difícil relação, e por fim, o leiteiro Santos, seu algoz assassino.

Apesar de todo o emaranhado de personagens e histórias, é Ana Maria quem tem o protagonismo de fato, e são os dilemas de Ana Maria que nos interessam no decorrer da trama: “- **É que Ana Maria não é Ana Maria.** - Como assim? Não entendi. - **Ela era uma mulher diferente,** não era ela... - O que o senhor está querendo dizer, que não diz nada? - Não era

mulher” (RIOS, 2005, p. 39, grifos nossos). Como destacado no recorte do diálogo de Grandão e Tilica, Ana Maria é uma mulher diferente, e essa diferença, pontuada no início do romance, nos instiga a querer conhecê-la. Por essa mesma razão, a narrativa permite com que Ana Maria exerça um papel de protagonismo, ainda que este, normalmente, seja destinado aos detetives no romance policial. O drama da descoberta do crime, também, está centrado na construção psicológica de Ana Maria e sua identidade de gênero.

A enigmática mulher encontrada boiando no rio tem algo que a difere, é uma mulher *trans*. Uma “simples” questão como a sua identidade de gênero, que deveria dizer respeito apenas a si, faz com que as pessoas que atravessaram sua vida se vejam confrontadas com seus próprios dilemas e, assim, revelem, por meio de diálogos e atitudes, traços de uma sociedade preconceituosa e intolerante. Os personagens revelam empatia, curiosidade, mas, também, ignorância e preconceito, como destacado na citação:

Os olhos da velha arregalaram-se, numa interrogação maior que o choque que recebera ao saber que Ana Mara fora assassinada. – Quero dizer que **Ana Maria era um travesti. Já ouviu isso?** Ela meneou a cabeça negativamente. – Ana Maria era um homem que se fazia passar por mulher. Para ganhar a vida. Porque **era um anormal. Um pederasta... Uma bicha...** Entendeu? (RIOS, 2005, p. 39, grifos nossos).

Grandão, apesar de ser um homem provido de certa ignorância, revela também em seus discursos fragmentos de empatia, de sensibilidade, qualidades que comumente não são atribuídas a um “macho alfa”, como ele aparentava ser: “Eu quero explorar o lado humano. Fazer manchete que não me traga remorso” (RIOS, 2005, p. 42). Ainda que timidamente, o detetive também tem em seu íntimo a consciência de que Ana Maria é Ana Maria, independente do julgamento alheio: “É engraçado! Já estou quase me convencendo de que Ana Maria era mesmo Ana Maria. Ninguém se refere a ela como um homem, por “ele”, ou por Sergus” (RIOS, 2005, p. 97). Embora possa haver controversas, é quase óbvio para Grandão que a existência de Ana Maria, bem como sua resistência é também um atestado de sua morte:

Grandão pensava. Com a violência do golpe, a garrafa se espatifara e rachara a cara da pobre infeliz, que morrera instantaneamente, como afirmara o médico. **“Da!” No feminino! habituara-se a se referir e a pensar em Ana Maria como se aquela criatura fosse realmente uma mulher. Tivesse sido! Corrigiu-se: era!** A matéria morta, ou apenas a lembrança da criatura, não modificava o verbo, nem mudava o sexo. Era, portanto, pois **Ana Maria estava viva em seu pensamento como um enigma que procurava fazer luz numa verdade: a razão da vida dela. O motivo da sua morte!** (RIOS, 2005, p 40, grifos nossos).

No fragmento destacado, novamente demarca-se certa sensibilidade de Grandão, percebemos como, de alguma forma, Ana Maria atravessou sua subjetividade fazendo-o refletir, ainda que superficialmente, a respeito da violência de gênero que a silenciara.

Meses antes de seu trágico fim, Ana Maria se envolvera afetivamente com Antonio

Pereira, um português dono de um bar, no qual ambos se conhecem. Antonio se enquadrava fisicamente no padrão de masculinidade que encantava Ana Maria, embora também possuísse características que o enquadravam como um homem diferente dos demais homens que conhecera:

Realmente, Antonio era um belo tipo. Forte, alto, alourado, corado e limpo. Apesar de viver atrás de um balcão de bar, demonstrava ser muito asseado, com as unhas manicuradas e bem barbeado. Tinha até um certo cheiro de sabonete, ou lavanda (RIOS, 2005, p. 55).

Ana Maria, aparentemente, idealizava um tipo de homem, um homem que é também o idealizado pelos padrões sociais: “–Você é um verdadeiro homem... Tem cheiro de macho... Forte... Um **homem para mulheres... só para mulheres**” (RIOS, 2005, p. 71, grifos nossos). O grifo demarca o imaginário de homem que Ana Maria alimentava, um homem de verdade que é “só para mulheres”, um homem que, paradoxalmente, ao relacionar-se com ela, também legitimaria simbolicamente sua feminilidade.

Ana Maria e Antonio Pereira começam a se conhecer e a construir uma relação, até o instante em que Ana Maria decide revelar seu segredo. Ao descrever o momento em que Ana faz a revelação de sua identidade, de seu segredo mais particular, o narrador munido de julgamentos de valor, reforça a honradez de Antonio, e acaba por formar uma imagem sórdida de Ana Maria:

Muito inteligente a tal de Ana Maria. Bem soube agir em relação a seu Antonio, o honesto, ingênuo e tolo homem de bar. Quando seu Antonio foi à boate, apaixonado, ludibriado, enganado pela falsa exuberante mulher, não poderia imaginar, não poderia jamais lhe passar pela cabeça que ia ter uma das mais chocantes e inadmissíveis surpresas de sua vida. Ali, entre aplausos, no meio de uma casa lotada, ele iria saber quem era Ana Maria (RIOS, 2005, p. 73).

Embora seja construída pelo narrador a imagem de uma Ana Maria complicada e até mesmo egoísta, observamos também um lado benévolo de sua presença na vida de Antonio, o que nos faz pensar também na singularidade e virtude dela:

Estava mais jovem. Não só no aspecto, mas também o espírito, e fora Ana Maria quem o acordara em tempo, arrebatando-o daquela vida rotineira de trás de balcão. Estava vivendo para Ana Maria e tudo faria para que ela aceitasse a proposta que lhe pretendia fazer naquela noite, pós a saída da boate (RIOS, 2005, p. 74).

Ainda que sem compreender de fato as questões que o cercavam, e envolto em seus questionamentos, Antonio consentia que amava Ana Maria independente de tudo: “descobriu que sua doença era incurável. Incrível! Absurdo, mas amava Ana Maria, fosse ela o que fosse, homem ou mulher! Amava-a assim, como ela era. Carinhosa, ardente, cheia de dengos e feminilidade” (RIOS, 2005, p. 80).

Em alguns momentos da narrativa percebemos que o narrador expõe pensamentos que

revelam desconhecimento a respeito das questões de identidade de gênero e orientação sexual, expõe ideias de senso comum, como no seguinte recorte: “Seu Antonio estava se deixando levar por todo um místico **encanto homossexual, perigoso e pervertedor**” (RIOS, 2005, p. 80, grifo nosso). Há demarcado nessa passagem uma ideia equivocada de que ao se relacionar com uma mulher *trans*, um homem como Antonio tornaria-se homossexual ou então menos homem. Podemos interpretar esse uso do esteriótipo, do senso comum, como uma estratégia narrativa da autora, uma estratégia subversiva ao dizer o contrário do que se pensa, para chegar ao lugar pretendido: a reflexão.

A humanidade e consciência de Antonio é constantemente reforçada pela voz do narrador. Ao destacar a índole e conduta de Antonio, por vezes, o narrador acaba por fazer ponderações que colocam em cheque a moral de Ana Maria:

Apaixonara-se por um travesti, fora ludibriado por um homem que se passara por mulher, deixara-se empolgar por sentimentos anormais, mas daí a matar era uma trajetória muito larga e longa, que não se enquadrava em sua formação moral. Nunca mataria! Isso, nunca! Nunca! Jamais chegaria a esse extremo! Para ele, era mais fácil amar e esquecer a odiar. Por isso, se deixara envolver por Ana Maria. Porque não era capaz de sentimentos agressivos e maus (Rios, 2005, p. 83).

Ao descartar a possibilidade de Antonio ser o assassino de Ana Maria, Grandão prossegue na investigação e chega até Barbosa Lins. A narrativa não pontua a profissão de Lins, o que nos é pontuado é que este era um doutor, um homem da alta sociedade e que sofria com dependência química. O doutor mantinha uma relação complicada com Marcela, uma mulher que se descobrira lésbica após o casamento. No colapso da relação, Marcela apresenta a seu marido Ana Maria. Devido ao envolvimento com ela, doutor Barbosa acaba por ser um possível assassino da loira achada boiando no rio.

Não é apenas a temática, mas o modo como o enredo se amarra e nos apresenta os fatos que faz com que *Uma mulher diferente* consiga causar atravessamentos, possibilitando-nos sentir uma dualidade de sentimentos sobre uma mesma personagem, e levando-nos a percorrer também, um caminho fora do campo literário, imaginando as inúmeras mulheres diferentes, como anas marias, tilicas e, também, os vários antônios, santos e barbosas que nos cercam.

A ignorância e o preconceito silenciam fisicamente Ana Maria, mas simbolicamente sua voz não se cala, a mesma permanece vívida por meio de Tilica, Grandão e Antonio, personagens que são importantes para a construção psicológica da mesma. Essas personagens pontuam, por meio de seus relatos, que Ana Maria era mesmo uma mulher diferente, pelas suas vivências diretas ou indiretas com ela, Tilica, Grandão e Antonio são levados a enxergar que Ana Maria é Ana Maria, e é isso que importa. Ser e aceitar-se como é, é o que importa para Ana Maria, e

é o que deveria importar para a sociedade, como reforça ela em diálogo com Barbosa Lins:

Eu **sou produto da natureza!** Podem examinar-me toda, psicologicamente, dissecar-me, e que vantagem haverá? **Não encontrarão o que me faça assim, pois está na vontade que nasceu comigo!** Poderão dizer que tenho hormônios femininos em excesso, que apenas entre as pernas sou uma aberração da natureza, porque no resto sou uma mulher perfeita! [...] **Não sou mesmo uma mulher? Uma mulher diferente?** (RIOS, 2005, p. 132, grifos nossos).

O romance de Cassandra Rios nos dá muitas possibilidades interpretativas. Em um primeiro momento, pode aparentar tratar-se de só mais um romance policial comum e passageiro, porém, sob novas perspectivas, é possível enxergar nas entrelinhas mais do que está explicitamente dito. Um olhar para a obra apenas da perspectiva literária, ainda que com seu valor, não nos mostra tanto quanto associado a um olhar também crítico social. Este nos permite analisar estratégias discursivas, como o uso dos estereótipos, a construção psicológica de Ana Maria sendo costurada pelos personagens, assim como a violência sendo traduzida de maneiras distintas na realidade de cada personagem. Este romance policial pode, também, ser visto como estratégia discursiva de resistência. Conforme destaca Rick Santos (2005, p. 11):

Cassandra adotou uma fórmula popular de gênero estrangeiro. O romance policial, para escapar da censura enquanto inscrevia o “inexistente” e o “indizível” da realidade nacional, como a violência policial e o abuso de autoridade, a impunidade da classe dominante e a opressão dos *gays*, lésbicas e transgênero etc.

A autora utiliza-se dos estereótipos, de concepções e padrões estabelecidos pelo senso comum, como a utilização de ideias preconceituosas, para subverter e provocar seu leitor. Para Stuart Hall (1997, p. 258), os estereótipos resultam de características simplistas e facilmente reconhecidas sobre uma pessoa, que, ao serem exageradas, se fixam no imaginário de uma sociedade e reduzem esta pessoa, simplificando e diminuindo sua idiossincrasia. A literatura de Cassandra Rios traz questões sociais e reflete sobre a falta de compromisso político e histórico que, por diferentes mecanismos, impulsionou a invisibilidade e as violências sofridas pelas pessoas LGBTs.

Em uma leitura aprofundada desta obra, podemos enxergar temas como as dissidências e as violências de gênero, já abordadas em sua literatura, e é sobre estas questões que nos debruçaremos na seção seguinte.

1.2 Dissidências de gênero: Identidade e diferença

Quando pensamos em dissidências, nos referimos àquilo que vai contra o que é tido como norma, como padrão. Neste sentido, quando falamos em dissidências de gênero, ou gêneros dissidentes, pensamos nas identidades que são vistas como “diversas”, como

“diferentes”, por exemplo, as pessoas *trans*. Entretanto, estas não são vistas socialmente apenas como uma “diversidade social”, elas também, são enxergadas muitas vezes como “anormais” diante de uma normalidade padronizada. Pessoas caracterizadas como dissidentes são deslegitimadas por outra identidade que é tida como norma (por exemplo, a *cis* e a heterossexual). Como salienta Leandro Colling (2017), a expressão “dissidências” é usada em contraposição à ideia de “diversidade”, em razão desta se aproximar muito de um discurso de tolerância, de estar ligada a uma perspectiva que não dá conta de tanger a complexidade, o todo das questões disponíveis, não explicando, por exemplo, como funcionam e como são produzidas hierarquias existentes na tal “diversidade”.

É importante ressaltar a diferença entre dissidência de gênero e dissidência sexual. Quando falamos em “gênero”, estamos falando especificamente dos dispositivos que fazem com que uma pessoa seja identificada como homem ou mulher (*cisgênero*) dentro de um campo social, sobretudo, por meio de características biológicas. Essa identificação também se dá por meio da diferença, da identificação de gêneros dissidentes (por exemplo, *trans* e *não-binários*). Conforme Joan Scott:

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou programe diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida. Não podemos ver a diferença sexual a não ser como função de nosso saber sobre o corpo e este saber não é "puro", não pode ser isolado de suas relações numa ampla gama de contextos discursivos. A diferença sexual não é, portanto, a causa original da qual a organização social possa ser derivada em última instância - mas sim uma organização social variada que deve ser ela própria, explicada (SCOTT, 2007, p. 13).

Por outro lado, quando falamos em “dissidências sexuais”, referimo-nos às orientações sexuais, à forma como as pessoas se relacionam afetiva e sexualmente com outras pessoas (sejam elas gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais etc.).

As questões inevitavelmente se entrelaçam de forma densa, de modo que se torna necessário amplificar a discussão. Desta forma, antes de pensarmos em identidade de gênero, na identidade de Ana Maria, e na identidade *trans* propriamente dita, vamos primeiro adentrar no campo das relações de gênero. Este campo de discussão é diverso e engloba questões conflituosas que naturalmente geram dúvidas.

As relações de gênero dizem respeito às relações de poder entre os gêneros, relações de poder que uma pessoa possui sobre outra, na qual o lugar do indivíduo na sociedade é condicionado pelas diferenças entre os sexos.

Neste contexto, trazemos para a discussão a teoria de Bourdieu, na qual o mesmo discute

a relação entre dominado e dominante em campo de poder:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p.57).

Como retrata Bourdieu, a relação entre dominado e dominante não se dá de uma forma clara e direta. Ainda que no contexto de sua citação Bourdieu não tenha como fundamento as questões de gênero, podemos emprestar seu pensamento para refletir essa problemática.

Os efeitos de dominação se dão de forma indireta e implícita, eles se realizam de forma simbólica, seja quando pensamos em dominação de gêneros ou de etnias, estas se dão fora da lógica pura da compreensão. Parafraseando Bourdieu (2012, p. 49), existe uma lógica paradoxal de dominação que atua de forma “espontânea” exercendo efeitos sobre as pessoas, em específico sobre as mulheres, de modo, que estas atuam de forma harmonizada com a ordem que se estabelece.

A construção teórica das relações de gênero, por sua vez, se faz no transgredir de ideias estanques. Compreende-se que, no interior desta, as teorias e os saberes transformam-se à medida que se transforma a sociedade, seguindo o devir que é próprio do humano. Os questionamentos e desconstruções de teses são de extrema necessidade para que se construam conhecimentos.

Nesta perspectiva, temas como as relações de poder entre os gêneros e questionamentos a respeito de gênero e sexualidade ganharam espaços nas discussões acadêmicas, sobretudo nos campos da filosofia, história, sociologia e psicologia. Importantes teóricas contribuíram para o acervo destas discussões como: Simone de Beauvoir, Joan Scott e Judith Butler. Deste modo, apresentamos algumas autoras e trabalhos a fim de compor um pequeno panorama de contribuições para a temática das relações de gênero, possibilitando uma maior reflexão, sem, no entanto, nos debruçarmos ou defendermos propriamente uma teoria específica. Também destacamos que a teoria de gênero não pode ser entendido como uma categoria única de análise.

Precursora dos estudos de gênero, a filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir nos provoca com a conhecida frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Esta colocação encontra-se em *O segundo sexo*, publicado em 1949. Neste, Beauvoir debate a condição do feminino e a condição das mulheres na sociedade, defendendo a distinção entre sexo e gênero:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre

meninas e meninos, o corpo é, principalmente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que aprendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Seu trabalho inspirou muitas estudiosas a pensar a teoria feminista, que então surge como campo específico de estudo na década de 1960. Já na década de 1980, temos como exemplo Joan Wallach Scott. A historiadora norte-americana se destaca nos estudos das mulheres pela perspectiva de gênero ao publicar, em 1986, o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Posteriormente, este se torna um clássico nos estudos das relações de gênero. Outra importante pesquisadora da causa feminista é a francesa Michelle Perrot. No Brasil, um de seus trabalhos mais difundidos e acessíveis é *Minha história das mulheres*, livro publicado primeiramente em 2006. A historiadora narra, em cinco capítulos, a vida de diferentes mulheres, destacando suas conquistas, suas dificuldades e lutas por espaços.

Na discussão contemporânea das relações e gênero, um dos principais nomes é o de Judith Butler. A filósofa norte-americana é uma das pensadoras da Teoria *Queer*, um pensamento nascido nos anos 1990 e que colocou em discussão os gêneros como construções sociais. Dentre suas obras, destacamos *Problemas de gênero*, livro publicado em 1990. Butler reflete a respeito da mulher como sujeito do feminismo e discute a distinção de sexo e gênero. A filósofa retoma o pensamento de Beauvoir para suscitar questionamentos, por exemplo, quando diz:

Se há algo certo na afirmação de Beauvoir é de que ninguém nasce mulher e sim torna-se mulher, decorre que mulher é um termo em processo, um devir, um construir que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim (BUTLER, 2003, p. 58).

Butler aponta para a complexidade de se pensar “mulher” ou “gênero” de maneira estanque, impulsionando-nos a refletir a importância dos questionamentos, das aberturas de ideias para entendermos que tudo é passível de transformação. A autora nos leva a pensar na complexidade da questão, indagando que não é apropriado pensar no “ser mulher” ou no feminino de forma essencialista ou estável. É importante salientar que algumas colocações de Butler são, posteriormente, retomadas por ela e por outros pensadores, como Paul Preciado.

Preciado concentra seu trabalho, sobretudo nas questões de identidade/fluidez de gênero e sexualidade. Sua obra de maior destaque é o livro *Manifesto Contrassexual*, publicado pela primeira vez no ano 2000. Inspirado em autoras como Butler e também Michel Foucault, Preciado inaugura a *contrassexualidade*, perspectiva que debate a noção de que o corpo é também estratégia de resistência ao poder. Paul Preciado tece uma análise crítica a respeito da

diferença entre gênero e sexo, negando a naturalidade das relações sexuais:

O gênero não é simplesmente performativo (isto é, um efeito das práticas culturais-linguístico-discursivas) como desejaria Judith Butler. O gênero é, antes de tudo, prostético, ou seja, não se dá senão na materialidade dos corpos. É puramente construído e ao mesmo tempo inteiramente orgânico (PRECIADO, 2014, p. 29).

Preciado também faz considerações a respeito da ideia defendida por Butler, ao dizer que o gênero se dá na materialidade dos corpos, e que esse não é simplesmente performativo, é construído, mas, ao mesmo tempo, também afetado por pulsões naturais. Preciado aponta para a necessidade de se pensar em substituir a ideia de sistema padronizado de contrato sexual, no qual as pessoas são vistas naturalmente como *cisgêneras* e *heterossexuais*, sendo assim, deveríamos pensar em um contrato *contrassexual*, uma resposta antissistema. Neste contrato *contrassexual*, ao invés de se pensar de forma fechada e delimitada em homem e mulher, passaríamos a pensar essencialmente em corpos falantes.

A contribuição de Paul Preciado é uma concepção complexa, e que pode parecer até mesmo utópica, levando em consideração as distintas realidades sociais no mundo atual. Mas também são ideias muito pertinentes, que nos fazem sair da zona de conforto e refletir as realidades que nos cercam. É difícil pensar numa política contrassexual se fazendo real no mundo todo, mas é uma teoria oportuna e necessária para que mudanças, ainda que simbólicas, sejam realidade em um futuro próximo.

No cenário brasileiro das discussões a respeito das relações de gênero, destacamos a historiadora e doutora em educação Guacira Lopes Louro. Fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE), em 1990, a mesma tem se aprofundado nas questões de gênero, sexualidade e teoria *Queer* em articulação com a Educação. “*Queer* é tudo que o discurso da sociedade transforma em anormal, em estranho, em subalterno” (Miskolci, 2012, p. 22). A teoria *Queer* surgiu da contribuição de vários pesquisadores da sociologia e da filosofia, como Judith Butler, Eve Sedgwick, e Michel Foucault. Vale ressaltar que este último nunca usou propriamente o termo, porém, seus trabalhos foram importantes para a concepção do mesmo. Destacamos aqui *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer* (2004) no qual Guacira Lopes Louro apresenta reflexões sobre a teoria queer e apresenta os teóricos que deram direção e sustentação à teoria. Outro ponto positivo desta obra consiste em instigar uma reflexão a respeito de se considerar uma pedagogia *Queer*. Louro salienta a importância de se pensar nas complexidades humanas, em um ser mutável e em constante movimento: “é preciso, no entanto, abandonar qualquer pressuposto de um sujeito unificado, que vá se desenvolvendo de modo linear e progressivo” (LOURO, 2008, p.12).

A compreensão acerca da idiossincrasia do outro, de fato, não é uma tarefa simples.

Entender uma identidade, que vai contra o que a sociedade hegemônica compreende como “natural”, é tarefa extremamente complexa, portanto, exige um exercício de reflexão, autocrítica, mas também rupturas. Incorporado às relações de gênero, encontramos um leque de questões que circundam o ser/fazer humano. Como destacamos anteriormente, discutir gênero implica pensar em questões como as dissidências de gênero, as expressões de gênero, as orientações sexuais, a luta dos feminismos pela liberdade das mulheres, entre outros conteúdos pertinentes. Dentre todas as questões que se atravessam, nos ateremos especificadamente à identidade *transgênero*. *Grosso modo*, a identidade de gênero representa a forma como o indivíduo se identifica, se interpreta e se apresenta para o mundo. No interior desta se encontram, por exemplo, as pessoas *Cisgêneros* e as pessoas *Transgêneros*.

Compreendemos por *Cisgêneros* os sujeitos que se identificam com o órgão genital com o qual nasceram e também com os aspectos sociais atribuídos a estes indivíduos. *Cis* é a identidade de gênero que a sociedade hegemônica compulsoriamente nos estabelece como padrão no nascimento, ainda que muitas pessoas *cis* desconheçam o termo⁶.

Por sua vez, *Transgêneros* são pessoas que não possuem a identidade de gênero correspondente ao sexo (masculino/feminino) marcado no momento do nascimento. “Trans” ou “transgênero” são termos “guarda-chuva”, usados de forma a agrupar generalizadamente as identidades transexuais e travestis. Esta questão, por vezes, é argumentada a partir do pressuposto de que a concentração dos termos pode também produzir invisibilidades.

Desde a infância, as pessoas são naturalmente condicionadas a reconhecer a existência do binarismo entre gênero masculino (homem *cisgênero*) e feminino (mulher *cisgênero*). Isso ocorre compulsoriamente pela delimitação do sexo biológico (pênis e vagina). Vale ressaltar que o sexo biológico (pênis/vagina) não define uma identidade de gênero (quem se é). Como destaca Jaqueline de Jesus:

Ao contrário da crença comum hoje em dia, adotada por algumas vertentes científicas, entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno (DE JESUS, 2012, p. 9).

⁶ Vale salientar que não há como cristalizar um conceito ou ideia para definir todas as pessoas que “aparentemente” se enquadram nestes padrões, de modo que, tudo recai na questão de autoidentificação, há “transexuais” e “travestis” que podem se identificar, por exemplo, com o termo “gay”, ainda que este tecnicamente se enquadre em uma identidade sexual e não de gênero. Mais importante que nos fixarmos em terminologias é aprender a respeitarmos a individualidade de cada ser.

Direcionando a reflexão para a questão identitária, pela ótica da psicologia, Erik Ericsson (1972) discorre que o processo de construção e percepção de uma identidade implica em um olhar para dentro que também é um olhar para fora, uma complexa relação com o outro, pois é por meio da diferença com o outro que nos percebemos e nos (des)construímos:

A formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como outros o julgam, em comparação com eles próprios e com a tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira pela qual eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para ele (ERIKSON, 1972, p. 21).

Conforme expressa Ericsson, o processo de formação e compreensão de uma identidade é muito custoso, já que é muito mais do que apenas “tornar-se a ser algo”, o processo de descoberta, de entendimento também implica uma interação com o olhar do outro, com a observação e absorção do julgamento alheio, com o estranhamento e até mesmo a negação. Complementamos este pensamento com a colocação do sociólogo Stuart Hall (2005, p. 13) que destaca a complexidade do processo de construção identitária, apontando para o fato de que “dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas”. Ou seja, as identidades não são essencializadas e fixas, a partir das experimentações do mundo e de nossas identificações com as realidades que nos cercam é que nos compreendemos.

O também sociólogo Tomaz Tadeu Silva acrescenta a ideia de que a identidade e a diferença são indissociáveis. O mesmo destaca a complexidade de se compreender a relação identidade/diferença, já que o ser humano, assim como sua cultura, está em constante transformação:

A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Não são seres da natureza, mas da cultura e dos sistemas simbólicos que a compõem. Dizer isso não significa, entretanto, dizer que elas são determinadas, de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição. Ocorre que a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável (SILVA, 2009, p.77).

As discussões feitas por Erikson, Hall e Silva conversam, ainda que indiretamente, com o pensamento de Lacan:

[...] é que o sujeito nada mais é que a consequência de que há significante e que o nascimento do sujeito prende-se a isso: que ele só pode se pensar como excluído do significante que o determina [...] os diferentes modos, os diferentes ângulos sob os quais somos levados a nos identificar como sujeitos supõem o significante para articulá-lo, inclusive sob a forma na maioria das vezes ambígua, imprópria, manejável e sujeita a todas as espécies de reserva e de distinções que é o A=A (LACAN, 2003, p. 54).

No campo da psicanálise, Lacan nos aponta para o fato de que a diferença também se sustenta a partir da exclusão, de modo que a identidade acaba por ser marcada pelas diferenças e pelos simbolismos, que implicam também na relação de identificação com os significantes.

Na mesma linha de pensamento, Bourdieu (2008, p. 18), salienta que a ideia de diferença e de separação se fundamenta na própria noção de espaço, na qual um conjunto de posições distintas coexiste e se define por uma exterioridade mútua, por relações de proximidade ou distanciamento. Condensando as exposições teóricas dos autores destacados, concluímos que a diferença, a associação e disassociação são elementos fundamentais para o processo de construção identitária. São questões muito delicadas, principalmente levando em conta que inevitavelmente associamos “diferença” à “exclusão”, já que em nossa sociedade muitas vezes o que difere é visto com um olhar reprovatório, e a diferença é usada como parâmetro para delimitar o que é inferior, pelos mesmos motivos pessoas usam o “diferente” como característica identitária.

Como retratado com os recortes teóricos, discutir a construção identitária implica pensar em outras questões da existência humana, implica em desconstrução e releitura de ideias. Não há linearidade; existe um movimento contínuo de busca por respostas. De modo que, seja na psicologia, na antropologia ou sociologia, a identidade não pode ser pensada de forma cristalizada. Sendo assim, não há porque pensarmos em identidade de gênero apenas da maneira fixa como fomos levados a imaginá-la.

A sociedade atual limita-se a uma lógica binária e cisgênera para compreender as identidades de gênero, o que torna tudo mais conflituoso já que não corresponde à pluralidade humana. Como menciona Tertuliana Lustosa (2016, p. 409), o próprio termo “transexual” foi criado pela cisgeneridade, inicialmente enquadrando corpos em um perfil de disforia. Nesta perspectiva, a autora propõe a reflexão do termo *transvestigênera*, elaborado pela ativista Indianara Siqueira. Essa terminologia surge como uma possibilidade, ainda que teórica, de promover um distanciamento do conceito enraizado no sexo biológico. O fato é que a *transgêneralidade* é vista sempre em relação à cisnormatividade, e nunca para além dela. Beatriz Bagagli destaca isso com um pensamento comum no imaginário social, e também explicita o que isso implica:

Só se pode “ser” transexual não “sendo” travesti, ou seja, através uma lógica binária que enfraquece as possibilidades múltiplas de existências transgêneras. As narrativas são homogeneizadas para serem diagnosticadas. Eis a lógica do diagnóstico “és isso e tão somente isso”, segundo um princípio de não contradição e da imutabilidade do ser (BAGAGLI, 2016, p. 98).

Beatriz Bagagli defende, portanto, que “a diferença *trans* no gênero, compreendida para

além da patologia, implicaria na compreensão de uma síntese disjuntiva inclusiva entre as categorias travesti e/ou transexual” (BAGAGLI, 2016, p. 99). Ainda que a terminologia transexual e a travesti sejam reunidas de forma quase que espontânea no termo *Transgênero*, se faz necessário, mesmo que teoricamente, uma dissociação e um olhar direcionado para cada identidade, pois, embora a ideia de agregação seja positiva em um primeiro momento, a generalização é um modo fácil de gerar abstinências e produzir desconhecimento.

De acordo com Viviane V. (s.d. p. 30), uma mulher ou um homem transexual é uma pessoa que no nascimento e/ou socialização foi considerada o oposto do que essencialmente é, sendo assim, transiciona para uma identidade de gênero correspondente (“mulher” – para homem/ “homem” – para mulher) com expressões de gênero masculinas, femininas, ou em qualquer ponto entre essas duas possibilidades.

Teoricamente, a pessoa transexual vivencia um papel feminino ou masculino e se reconhece com um dos lados do binarismo (homem ou mulher). Por sua vez, a travesti é uma identidade não-binária. Como destacado por Jaqueline De Jesus (2012, p. 9), as travestis vivenciam papéis de gênero feminino, porém, não se reconhecem como mulheres ou homens, mas como pertencentes a um terceiro gênero, ou um não-gênero. Independente da forma como se reconhecem em sua maioria, preferem ser tratadas socialmente pelo feminino.

No romance *Uma mulher diferente*, Ana Maria salienta esta questão quando diz ao Barbosa Lins: “Feminilize o sujeito, por favor, quando se dirigir e referir a mim; sou Ana Maria! Meu nome é esse! Sou uma espécie diferente de mulher, apenas isso!” (RIOS, 2005, p. 131).

O ser humano é complexo, sendo *trans* ou *cis*, as pessoas são diversas e não uniformes. Não cabe definir e limitar todo um *existir* em razão de um órgão genital, não no século XXI. É necessário que se desconstruam ideias para que compreendamos as realidades e dissidências que nos cercam. É nesta perspectiva que “a ‘identidade de gênero’ passa a ser denominada também poesia de gênero, abrindo porosidades das membranas liminares entre corpo e sensibilidade. As escritas de gênero ocupando os territórios movediços da literatura expandida...” (LUSTOSA, 2016, p. 397). A partir desta reflexão, podemos também pensar na contribuição do físico simbólico para o atravessamento de barreiras hegemônicas, para a decolonização⁷ de pensamentos. Neste sentido, as expressões artísticas, como a própria literatura, criam espaços de resistência, corpos se apoderam, apoderam-se de palavras e

⁷ “Decolonialidade” indica a ideia de transcender a colonialidade, implica em um ato de rupturas com a colonização, não sentido de ignorá-la ou de então superá-la, mas sim, de ir além desta com uma permanente posição de enfrentamento.

produzem ações.

1.3 A literatura revelando o invisível: as dissidências sexuais e de gênero nos escritos literários

Assim como Antonio Candido, pensamos neste trabalho, a literatura enquanto todo texto com toque poético e ficcional. Esta é uma manifestação de extrema importância para a sociedade, de modo que nos possibilita vivenciar dialeticamente problemas, nos dá a possibilidade de nos vermos representados e também ter acesso a realidades que não fazem parte da nossa vivência. Conforme pontua Candido:

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas (CANDIDO, p. 113, 1995).

A literatura tem a potência para transformar, humanizar e gerar conhecimento possibilitando visibilizar o invisível e instigar o leitor a perceber as diversas realidades que o cercam, de fazer o mesmo tomar conhecimento de um mundo diverso em sua completude. Como destaca Adriana Facina:

A literatura não é espelho do mundo social, mas parte constitutiva desse mundo. Ela expressa visões de mundo que são coletivas de determinados grupos sociais. Essas visões de mundo são informadas pela experiência histórica concreta desses grupos sociais que as formulam, mas são também elas mesmas construtoras dessa experiência. Elas compõem a prática social material desses indivíduos e dos grupos sociais aos quais eles pertencem ou com os quais se relacionam. (FACINA, 2004, p.25).

De fato, o fazer literário tem, conforme expressam os autores citados, a capacidade de representar o cotidiano, muitas vezes recuperando nos leitores a sensibilidade de olhar com mais compaixão e indignação para o que se passa à margem.

Por outro lado, a literatura se insere no contexto político, econômico e social e, assim também, pode revelar, por exemplo, um histórico de dominação patriarcal em determinado momento. O cânone brasileiro, por exemplo, reflete discursos de poder. As mulheres, por muito tempo, foram representadas pelo olhar do homem, sendo trivialmente associadas a ideias de sexo frágil ou de símbolo sexual.

Muitas representações literárias podem também ser tomadas como testemunho de sua época, já que conseguem destacar particularidades, pensamentos coletivos e preconceitos de uma sociedade e temporalidade específica.

Os retratos das dissidências de gênero e a busca por visibilidade em relação às temáticas

por vezes condenadas na literatura estão mais evidentes nos dias atuais, entretanto, temáticas ousadas e personagens transgressores, há muito tempo, fazem parte da literatura brasileira, como é o caso das representações LGBTs. Neste contexto, destacam-se autoras como Adelaide Carraro, Cassandra Rios e Hilda Hilst.

O romance *Bom Crioulo* ainda que em sua base temática não explore as dissidências de gênero, mas sim, uma dissidência sexual, merece destaque nesta discussão em razão de sua importância histórica. Embora não exista necessidade de sempre retomarmos o passado para discutirmos o presente, esta obra se faz pertinente, uma vez que, quando falamos em discussões de gênero, é comum o pensamento de que estas questões são “pieguices” da nossa época, quando na realidade essas discussões, ainda que com outras perspectivas e particularidades, já se mostravam pulsantes há muito tempo. Para além disso, a obra também permite uma reflexão a respeito do racismo, discussão ainda necessária no Brasil.

Bom Crioulo é uma das primeiras obras literárias da América Latina a abordar a homossexualidade, de forma explícita, e como tema central. O livro do escritor cearense Adolfo Caminha, publicado em 1895, quebrou *tabus* da época e, conseqüentemente, gerou polêmicas reações na sociedade brasileira ao retratar a história de Amaro, um homem negro escravizado que se torna marinheiro. Amaro se apaixona por Aleixo, um rapaz branco de 15 anos. Em determinado momento, o rapaz não corresponde aos desejos de Amaro e se envolve com uma mulher chamada Dona Carolina. A trama movida por amor, ódio e ciúmes culmina em um homicídio.

O romance teve uma recepção crítica um tanto quanto hostil. Como esperado para os moldes da época, a obra foi recebida por muitos críticos como imprópria, obscena e até desnecessária. A representação da homossexualidade, ainda denominada “homossexualismo” e vista na época como um desvio de caráter, foi um fator determinante para condenação do livro. Em 1895, Valentim Magalhães, um dos críticos literários da época e, também, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, fez uma contundente crítica:

Ora o *Bom Crioulo* excede tudo quanto se possa imaginar de mais grosseiramente imundo. [...] não é um livro travesso, alegre, patusco, contando cenas de alcova ou de bordel, ou *noivados* entre as hervas, à lei do bom Deus, como no *Germinal*... nada disso. É um livro ascoroso, porque explora – primeiro a fazê-lo, que eu saiba – um ramo de pornografia até hoje inédito por inabordável, por anti-natural, por ignóbil. Não é pois somente um livro *faisandé*: é um livro podre; é o romance-vômito, o romance-poia, o romance-pus. [...] Este moço é um inconsciente, por obcecação literária ou perversão moral. Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário tal assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal podia ser literariamente interessante (MAGALHÃES, 1895, p. 1 *apud* HOWES, 2005, p. 173-174).

O então diretor do Ginásio Nacional, José Veríssimo, no mesmo ano de 1895, também

fez ponderações destrutivas à obra de Caminha:

Bom-crioulo é pior do que um mau livro: é uma ação detestável, literatura à parte. [...] Como quer o Sr. Adolfo Caminha que seja respeitado e estimado um homem que, sem utilidade alguma social, passou longos dias ocupado em analisar e discutir a psicologia improvável de nauseantes crimes contra a natureza e tenta depois com isso despertar em nós o arrepio da curiosidade impura e mórbida? (VERÍSSIMO, 1895, p. 2 *apud* HOWES, 2005, p. 174).

No ano de 1886, Caminha responde à crítica com a publicação de um artigo chamado “Um livro condenado”. Neste, o autor expõe seus argumentos e esclarece seus pontos de vista a respeito da temática e da reprodução literária:

Que é, afinal de contas, o BOM-CRIOULO? Nada mais que um caso de inversão sexual estudado por Krafft-Ebbin, em Moll, em Tardie, e nos livros de medicina legal. Um marinheiro rudo, de origem escrava, sem educação, nem princípio algum de sociabilidade, num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica uma acção torpe: é um degenerado nato, um irresponsável pelas baixezas que commete até assassinar o amigo, a victima de se us instinctos. Em torno d’elle se espraia o romance, logicamente encadeado, de accôrdo com as observações da sciencia e com a analyse provável do autor, que, no character de official de marinha, viu os episódios accidentaes que descreve a bordo. [...] Procure a critica os *Attents aux moeurs*, de Amboise Tardieu, professor de medicinal legal na faculdade de Paris, e ahi, nessas paginas, encontrará os signaes característicos de Bom-Crioulo e de Aleixo (*De la péderastie et de la sodomie*); procure ainda a extraordinária obra de Moll – *Les perversions de l’instinct genital* – e verá porque razão o autor de BOM-CRIOULO não pôde deixar de ser fiel nas suas descripções em todo o seu trabalho. [...] Qual é mais pernicioso: o BOM-CRIOULO, em que se estuda e condemna o homosexualismo, ou essas paginas que ahi andam pregando, em tom philosophico, a dissolução da família, o concubinato, o amor livre e toda a especie de immoralidade social? [...] Está bem visto que é BOM-CRIOULO não é obra para se dar de premio nas escolas. Escrever para educandas é uma coisa e escrever para espiritos emancipados é outra coisa. (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 446-447).

Percebemos que Caminha apresenta *Bom Crioulo* e Amaro com certo destanciamento, não o defende com unhas e dentes, mas também não o condena com veracidade. Conseguimos ver até certo ponto, um olhar à homossexualidade de forma natural. Ainda que o autor coloque a sexualidade de Amaro como imoral quando diz “num momento fatal obedece às tendências homossexuais de seu organismo e pratica uma acção torpe” (CAMINHA, 1896 *apud* BEZERRA, 2009, p. 446-447), também a pontua como uma tendência natural de seu organismo. Por fim, também destaca que sua obra era uma arte para espíritos emancipados, ou seja, essa temática de bom crioulo era uma discussão para pessoas aptas a pensar por si próprias, pessoas capazes de fazer questionamentos e romperem com o comum.

Bom Crioulo é um romance que nos atravessa tanto por sua temática quanto pela forma como os personagens são construídos e apresentados durante a narrativa. A mesma se desencadeia de modo que não nos permite uma leitura indiferente. “Houve quem enxergasse em Bom Crioulo um libelo a favor da causa homossexual. Houve quem visse o contrário. Ora,

o narrador nem defende nem condena. Antes, mantém-se naquela posição de frieza tão característica da estética naturalista” (CAMPEDELLI, 1999, p. 5). É possível perceber como o narrador retrata de forma natural a relação afetiva entre dois homens, e esta relação é encarada de forma espontânea pelas demais pessoas-personagens, de modo que a violência, ainda que presente durante a narrativa, não se constitui uma realidade do “ser/viver” homossexual.

Diferentemente do romance de Adolfo Caminha, em *O travesti*, romance de Adelaide Carraro (1980), temos a violência e o preconceito como protagonistas na vida de pessoas com uma identidade de gênero ou orientação sexual dissidente.

Em 1980, Adelaide Carraro (1925-1992) provocou reações diversas ao publicar *O travesti*. Sua produção, pautada nos problemas sociais e seu conteúdo de teor provocativo, fez com que parte da crítica lhe desse o título de “escritora maldita”, adjetivo partilhado com Cassandra Rios. Em *O travesti*, Carraro coloca em pauta a questão da identidade de gênero, retratando o universo de pessoas à margem. O romance conta a história de Jaqueline, uma travesti que se encontra em uma situação de subalternidade. Não tendo outras possibilidades, é levada a se prostituir. Jaqueline não compreende sua identidade de gênero, rodeada por muita violência e preconceito, por vezes, volta a ser “Rubens” para conseguir emprego formal. Nas reviravoltas que a vida dá, Jaqueline consegue mudar de vida, e novamente torna a assumir a persona de Rubens, ainda que em seu interior sinta latente uma Jaqueline querendo se manifestar. Correspondendo ao que espera a sociedade, Rubens se casa, forma uma família aos moldes tradicional e apaga Jaqueline de sua vida. O romance possibilita diferentes interpretações: o desfecho de Rubens/Jaqueline pode ser absorvido de forma positiva e ou negativa, as reações causadas pela narrativa de *O travesti* implicam inteiramente na bagagem do receptor. Inscrito na apresentação do livro (1987), Olívia Kirsten acrescenta:

Conviver com o personagem JACQUELINE foi muito importante para mim. Fez-me ver mais uma vez que nos livros de Adelaide Carraro não é o palavreado usado e sim a dura realidade com que os temas são abordados que nos choca profundamente, mexendo com nosso subconsciente. [...] Enquanto se combate o homossexualismo como um crime, quantas coisas mais importantes ficam de lado, impunes e esquecidas? Então, não seria melhor voltarmos nosso interesse e atenção a certos tipos de problemas que destroem o ser humano, mas por razões sociais e políticas são encobertas??? “O travesti” é antes de tudo, um livro humano, real, chocante, comovente, mas a autora no final consegue dar um toque sutil e mexer com o interior das pessoas, levando-as a uma profunda reflexão.

Percebemos que a ponderação de Kirsten possibilita uma interpretação ambígua, ainda que esta possa não ser sua intenção. É interessante notar como ela utiliza o termo “homossexualismo” ao invés de “homossexualidade” (orientação sexual) ou “travestilidade/transsexualidade” (identidade de gênero). Sua colocação é coerente com a época

de sua apreciação crítica (1987). O termo *homossexualismo* não mais é aceitável já que o sufixo *ismo* denota doenças. Neste sentido, vale ressaltar também, o uso do termo “homoerotismo” refletido por Jurandir Freire Costa (1992). Para o autor, a preferência pelo termo se dá, sobretudo, por razões ético-teóricas, já que o termo “homossexualidade” remete quem emprega a palavra ao vocabulário XIX que deu origem a ideia de “homossexual”, para Freire Costa ao empregar o termo homossexualidade continuamos agir inspirados na ideia de que existe uma sexualidade, e outra contrária a ela, é como manter-se prisioneiro a um sistema de nomenclatura que qualifica sujeitos como moralmente inferiores. Ainda que o termo em um primeiro momento cause estranhamento, partindo do pressuposto de que não estamos acostumados a ouvir alguém falando que é “homoerótico”, o pensamento de Costa Freire é muito pertinente e merece um adendo, ainda que não nos atenhamos propriamente a esta discussão neste trabalho.

Em *O travesti*, Carraro apresenta uma narrativa que foge às normas padrão da escrita, apresenta, por exemplo, imprecisões ortográficas que fazem com que o texto seja realmente o discurso de Jaqueline, uma pessoa que não teve acesso à educação formal. Esta construção narrativa aponta para a realidade de exclusão social destinada às travestis, na qual o direito à educação e melhores condições de vida é negado, e as violências físicas resultantes do preconceito enraizado na sociedade, são naturalizadas, conforme destaca Carlos Fernandes (2019):

As agressões são resultantes do profundo preconceito enraizado e das ações do estado, especialmente no período da ditadura civil e militar ocorrida no Brasil, entre 1964 e 1985, para exterminar as travestis, como prisões furtivas sob a desculpa e vadiagem e comportamento imoral. Logo no início do romance, Jaqueline é presa e estuprada por um colega de cela. O motivo da prisão, segundo o policial esclarece, é o que segue: “[...] Lembre-se que você foi detida por vadiagem e em flagrante!” (CARRARO, s.d, p. 20). Essas passagens da obra recordam os relatos de Trevisan (2000), Green (2000) e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) sobre as táticas de regulação dos corpos travestis que se prostituíam nas ruas paulistas, acusando-os por vadiagem e atentado ao pudor” (FERNANDES, 2019, p. 139).

Com uma narrativa que traz questões que remetem à obra de Carraro, destacamos também *Nicola: um romance transgênero*, obra de Danilo Angrimani, publicada em 1999. Em sua data de publicação, o texto compreendia-se como o primeiro romance brasileiro a trazer como base temática a fluidez de gênero. Este traz, também, uma discussão em torno da identidade de gênero *trans*. Ainda que com outro direcionamento, assim como Jaqueline de *O travesti*, a história de *N.A* (Nicole/Nicola) culmina em um relacionamento heterossexual, ambas as histórias têm desfechos bem particulares que se assemelham, porém, diferentemente de Jaqueline/Rubens, o personagem *N.A.* parece seguro de quem é e compreende bem sua identidade/orientação sexual.

Angrimani nos apresenta os dilemas de *N.A* (Nicola e Nicole) utilizando

metalinguagem, ou seja, a linguagem descrevendo ela mesma, um texto dentro de outro. *N.A.* é um professor universitário, casado, com filhos e com uma vida estável, encontra-se em um dilema ao enxergar no espelho o oposto do que vive.

Nicola começa escrever um romance, no qual dá vida à Nicole. Ao vivenciar os dilemas de Nicola, e por consequente, seu romance e os dilemas de Nicole, nos vemos emaranhados em duas histórias que nos deixam em dúvida se essas duas vidas apresentadas são na realidade uma só.

No espelho, *N.A.* reconhece-se como uma mulher disposta a se manifestar e a se aventurar por caminhos inimagináveis em sua presente forma. *N.A.* vive em uma linha tênue, ora um homem sisudo que revela uma homofobia internalizada, e “às vezes vagabunda, outras vezes amorosa e recatada, ela é uma parte sua que espera usar salto alto e batom” (ANGRIMANI, 1999). Por meio dos devaneios e aventuras de *N.A.*, somos levados a pensar em questões como identidade de gênero e orientação sexual. Assim como em *O travesti*, a narrativa de Angrimani também possibilita um leque de interpretações, tornando necessário que haja do leitor certa sensibilidade e abertura para um aprofundamento acerca da temática retratada, e assim evitar conclusões precipitadas. A respeito do romance, Laura Bacellar salienta: ⁸

Nicola merece o subtítulo de romance transgênero. É a primeira obra brasileira (de meu conhecimento) a ter um personagem principal tão fora dos padrões sexuais tão fora de nossa sociedade. Acredito, no entanto, que já faça parte de uma literatura, de um pensamento, de uma cultura que estão começando, e que logo estarão encarando as diferenças com a mesma naturalidade com que encaramos as conformidades.

Não podemos deixar de destacar também neste panorama de obras a literatura de Caio Fernando Abreu. Embora o autor em certo momento tenha se incomodado com o rótulo de “literatura gay” imposto à suas produções, ele contribuiu com grandes produções abarcando a temática homoerótica e contextos de repressão, como é o caso da obra *Morangos Mofados*. A coletânea de contos publicada durante o início do processo de redemocratização do Brasil (1982) apresenta narrativas que conseguem ser bem inseridas no contexto de sua publicação, mas também conseguem conversar com o contexto atual. Isso se deve em razão de Abreu discorrer de forma objetiva e natural sobre sexualidade, homossexualidade e inquietações humanas atemporais, como o amor.

O constante uso de uma escrita coloquial e fluída, faz com que a produção do autor fale com muitas pessoas e também para muitas pessoas. Essa particularidade faz com que seus livros sejam muito procurados mesmo após 24 anos de sua partida.

⁸ Nota da editora realizada na contracapa do livro *Nicola: um romance transgênero*, edição de 1999.

Abordando o cenário do atual milênio, no início dos anos 2000, encontramos *BaléRalé* (2003), escrito pelo pernambucano Marcelino Freire. O livro é composto por 17 contos curtos chamados carinhosamente de “improvisos”. Freire retrata o que, por vezes, é invisibilizado em nossa sociedade e coloca como protagonistas sujeitos à margem, como é o caso de Beth Blanchet, personagem do conto “Mulheres trabalhando”. Beth Blanchet é uma travesti, e assim como Jaqueline do romance de Carraro, Beth tem como seu “ganha pão” a rua e a prostituição, tendo como pano de fundo a violência.

Conforme salienta Fernandes (2019, p. 141) “mesmo quando não foram mortas pelas suas mãos ou de terceiros, muitas personagens travestis de obras brasileiras do século XX sofrem violências físicas e psicológicas”. Como destaca Fernandes, essa particularidade pode ser vista já na primeira narrativa brasileira com a presença de uma protagonista trans, no conto de 1936, “A grande atração” de Raimundo Magalhães Jr.

A violência como um elemento presente nas obras com protagonismo trans do século XX, também é marcante na obra de Freire do século XXI. Através dos dilemas da personagem Beth Blanchet somos direcionados à complexa realidade da prostituição nas ruas de São Paulo, uma realidade na qual os assédios e as violências psicológicas tornam-se peculiaridades banais. *BaléRalé* escancara diversas mazelas sociais, as questões complexas são exploradas por meio da mescla incessante do humor e do drama. Na *orelha* do livro, o escritor gaúcho João Gilberto Noll sintetiza o efeito produzido por *BaléRalé* e Marcelino Freire:

A poesia desse contista notável é de recorte insuspeitado para um prosador: não-raro a pulsação de seus personagens contagia de tal modo o leitor, que este passa a somatizar os conteúdos ficcionais como se carnavalizados pelo artista. Ali estão essas criaturas da deriva social, é certo; só que, com elas, reforçamos nossa própria biologia, seja no riso, na excitação, seja na soma de arrepios... Assim, dessas vidas precárias extraímos uma espécie de frenesi típico do ato poético, capaz de superar qualquer ilusionismo naturalista, numa ampliação de experiência literária incomum na seara atual (2003).

Ao fim deste breve panorama de obras que, literariamente, retratam questões culturalmente reprimidas, chegamos à *Amora*, livro publicado em 2015 por Natalia Borges Polessso. De jovens vivendo suas sexualidades a senhoras idosas lutando contra os empecilhos da homossexualidade na velhice, as 33 narrativas protagonizadas por mulheres retratam de modo leve e dramático o amor, bem como as diferentes realidades da homossexualidade feminina. *Amora* teve uma boa recepção crítica, sendo o livro vencedor do prêmio Jabuti em 2016.

Em relação a como vê a recepção de sua obra por parte do público após a oportunidade de receber um prêmio literário como o Jabuti, em entrevista no ano de 2017, Natalia Polessso se mostra realista e confiante: “Espero ser lida. Esta entrevista é a prova de que, com a literatura,

estou chegando a lugares que jamais imaginei chegar. Isso me deixa muito feliz e lisonjeada”.

E ainda salienta:

Prêmios literários, apesar de terem júris técnicos, sempre têm um fator subjetivo da indicação. Recebi o e-mail de uma das juradas do Jabuti, depois da premiação, dizendo que meu livro teria sido indicado na primeira fase pelos outros jurados também. Isso me deixou muito contente. Dá pra dizer que o Amora tem agradado (e surpreendido!) muita gente e eu fico extremamente feliz com isso. O primeiro Açorianos, lá em 2013, me deu ânimo para continuar, agora os Jabutis (Contos e Crônicas e Escolha do Leitor) e mais uma vez o Açorianos, pessoalmente, renovam a minha esperança e força na escrita. Sobre suas reverberações, acho que é cedo para avaliar, mas tenho boas expectativas. O Amora vai para a segunda edição agora no fim do ano, ou seja, já estava indo bem em termos de distribuição e alcance. Então, com a visibilidade que os prêmios oportunizam, creio que ele possa ir mais longe, tocar mais pessoas. Espero ao menos (POLESSO; CEI, 2017, p. 11).

Percebemos por meio da representação de identidades de gênero dissidentes em *O travesti*, *Nicola* e *Uma mulher diferente*; também pelas sexualidades dissidentes abordadas em *Bom Crioulo*, *Amora* e *BaléRalé*, que embora estas temáticas tenham sido negligenciadas por muito tempo no canone brasileiro, elas fizeram-se presentes em diferentes temporalidades. Isso nos indaga também, que a falta de obras com essas temáticas no canone brasileiro é também um reflexo sintomático do desconforto em discutir esses temas, ainda hoje vistos como tabus.

Há um interesse ainda pequeno em obras brasileiras voltadas para a temática LGBT. É claro que elas existem, mas poucas são visibilizadas; quando falamos em obras atribuindo protagonismo literário à travestis e transexuais, este número é ainda menor. Salientamos também a dificuldade em acessar muitas destas obras, algumas só se encontram em lojas de livros usados, como é o caso das produções de Cassandra Rios. É sintomático também um restrito interesse por parte da crítica literária, uma vez que muitas obras não possuem mais de uma apreciação crítica especializada. A pouca adesão por parte da crítica e a pouca procura por parte dos leitores contribuí para que estas fiquem longe das prateleiras estimadas, ainda que possuam o necessário para tal, são direcionadas para uma posição de pouco prestígio.

Estas obras e autoras citadas são apenas algumas das que, assim como Cassandra Rios e *Uma mulher diferente* transgrediram, subverteram e subvertem questões, retratando por meio da arte literária realidades que foram por muito tempo ignoradas.

Embora ainda exista um longo caminho a ser trilhado, sobretudo no que diz respeito a tornar a literatura acessível à todas as classes, é possível perceber como a literatura se desenvolveu e alcançou caminhos antes inimagináveis, revelando realidades subalternas, escancarando mazelas sociais e atuando também como instrumento de transformação. De modo que hoje, parte significativa da sociedade literária está aberta a receber e compreender as diversidades (em relação ao que é compreendido como verdade nos dias atuais).

Este cenário se expande cada vez mais com recorrentes produções narrativas fora dos arquétipos e, a perpetuação de muitas outras “escritoras malditas” que, influenciadas por lygias, virgíneas e cassandras, constroem uma literatura brasileira diversa.

Capítulo II

Violência e masculinidade hegemônica: espelho do patriarcado

Você tem muito do que já foi. Olhe-se. Um ser independente! Desligado desde que lhe cortaram o cordão umbilical. Tem sua vida a parte e desordenada porque culpa um desastre, um acidente. As rosas não perderam o perfume e se tornaram fétidas, mal cheirosas, porque foram adubadas com esterco! É só você querer e poderá dominar, em vez de se escravizar (RIOS, 2005, p. 142).

Ainda que com outras particularidades, o conhecido machismo também é prejudicial aos homens. O termo “machismo” que se popularizou fora do espaço acadêmico, diz respeito a um padrão de conduta gerado pelo fortalecimento de uma masculinidade compreendida como “ideal”. Essa ideia resulta em um excesso de orgulho dos atributos tidos como essencialmente masculinos e desdém pelos atributos femininos, bem como, pela igualdade de gêneros. Conforme explica Eros de Souza *et al.*:

O machismo no Brasil se configura através do conjunto de condutas construídas e reforçadas culturalmente sobre masculinidade, que glorifica os atributos ligados ao universo masculino e perpetua a desigualdade entre homens e mulheres. Essa desigualdade se fundamenta em uma ideologia que propõe ser bom e até natural que os homens controlem o mercado, o governo, e a atividade pública, e que as mulheres sejam subordinadas a eles (DE SOUZA *et al.* 2000, p. 490).

Esta discussão é cada vez mais presente em nossa sociedade, paulatinamente são popularizados novos termos e conceitos que acabam por ser adotados de forma indiscriminada. Em consequência, naturalmente ocorrem generalizações de termos e teorias, como é o caso do termo masculinidade hegemônica, que não raramente, é agregado ambigualmente à patriarcado.

Masculinidade hegemônica e patriarcado são expressões cada vez mais difundidas nos espaços de discussão a respeito dos efeitos nocivos de uma masculinidade universalizada, sobre os gêneros e também termos fundamentais dentro dos estudos de gênero.

Estes termos são comumente usados de modo que parecem óbvios, mas de fato muitas pessoas não compreendem seus significados, assim, neste capítulo nos prenderemos a estes termos na intenção também de esclarece-los.

Os padrões atribuídos aos homens são negativos tanto para estes quanto para as demais pessoas que os cercam. Tal questão pode ser enxergada no romance de Cassandra Rios. O assassino de Ana Maria não a mata por nenhum outro motivo, se não por preconceito, pelo terror de ser visto como menos homem, de ser visto como uma aberração. Em razão do medo de ser visto quase como um criminoso, acaba tornando-se um.

Neste segundo capítulo, tratamos inicialmente da questão da violência simbólica, para então, chegarmos ao patriarcado e a masculinidade hegemônica, bem como, compreendermos como os reflexos do patriarcado podem, também, ser nocivos aos homens, e reverberar negativamente nos ideais de feminilidade.

2.1 Ciclos de violência: do simbólico ao letal

O termo violência é precisado pela Organização Mundial da Saúde (WHO/OMS) como “o uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte,

dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (tradução nossa)⁹. Ainda que de maneira pouco explícita, a OMS pontua que não é preciso haver necessariamente a “ação física” para que se configure violência. A mesma apresenta a noção do uso de poder, ou seja, traz à discussão a violência simbólica, destacando que a consequência desta é sempre o sofrimento, ainda que sem dano físico visível ao corpo.

A definição da OMS nos faz pensar o quanto o conceito de violência é complexo, e as suas manifestações são tantas que acaba sendo difícil delimitá-las de modo satisfatório, como destaca Jayme Paviani (2016, p. 8): “a violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros”. Em outras palavras, embora as classificações possam não dar conta de abranger todas as formas de agressão, elas ampliam nossos horizontes para as realidades que nos cercam.

É natural pensarmos em violência como ato físico e letal, no termo mobilizado para uma questão analítica teórica. E não há como esquivar-se disso, já que os dados nos mostram que são expressivos os números da violência manifestada pelos homicídios no Brasil. O atlas da violência de 2019, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, destaca o número de 65.602 homicídios no país no ano de 2017, e mostra um dado preocupante: o “aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI+¹⁰ e mulheres” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 5).

Tratando da violência contra as mulheres, a referida pesquisa aponta para um crescimento no número de homicídios. A mesma relata que, no ano de 2017, foram assassinadas 4.936 mulheres no Brasil, tendo cerca de 13 assassinatos por dia. Também identifica que, entre 2007 e 2017, houve um aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios. Neste cenário, 66% das vítimas eram mulheres negras, o que nos permite inferir as marcas da desigualdade racial no Brasil.

Fazendo um direcionamento para a questão da violência letal para com as pessoas LGBTI+, a situação fica ainda mais complexa, já que não existe sequer um levantamento para

⁹ No original: “The intentional use of physical force or power, threatened or actual, against oneself, another person, or against a group or community, that either results in or has a high likelihood of resulting in injury, death, psychological harm, maldevelopment, or deprivation.” (WHO - World Health Organization, 2020).

¹⁰ LGBTI+ é a sigla utilizada para designar pessoas lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e/ou intersexuais. O “+” faz referência a outras identidades para além destas e das identidades hegemônicas (hétero-cisgênero). Este é um termo acadêmico cada vez mais utilizado e discutido, entretanto, quando nos referimos a movimento social ainda se utiliza o termo LGBT.

apontar o tamanho dessa população, o que implica também na impossibilidade de produção de dados oficiais e, também, estatísticas precisas. Desse modo, amparado em duas bases distintas: as denúncias registradas no Disque 100¹¹ (do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos) e os registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde¹²; o Atlas da violência apresenta, pela primeira vez, uma seção relatando os dados da violência acometida a população LGBTI+.

Esta pesquisa destaca que houve um crescimento nas denúncias, passando de cinco casos notificados em 2011 para 193 em 2017. Outro dado alarmante é o de que, dentre as 312 mortes de defensores de direitos humanos no mundo em 2017, 156 destas foram registradas no Brasil. O mais recente destes casos teve grande repercussão mundial: a vereadora Marielle Franco: negra, lésbica, feminista e ativista de direitos humanos, assassinada no Rio de Janeiro em março de 2018. A pesquisa aponta para o fato de que, mesmo com a repercussão do crime, a complexidade do caso e a discussão maciça da temática, pouco foi feito em prol da criação de mecanismos oficiais de registros no que diz respeito à população LGBTI+ no país.

Este cenário delicado, com expressivos números de violência física, contribui para que as agressões psicológicas, morais ou institucionais sejam menos destacadas. Para além da violência manifestada fisicamente, existem outros tipos tão destrutivos quanto. A desigualdade social e a violência política podem ser tão destrutivas quanto um atentado físico, por isso torna-se também essencial pensarmos em violência simbólica.

A violência simbólica denota mais do que uma prática, pois age simbolicamente, de forma menos aparente. Segundo Pierre Bourdieu (1997, p. 22), “a violência simbólica consiste em uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la”. Em uma relação na qual pessoas não têm consciência de que sofrem com a violência ou que exercem a mesma, criam-se justificativas naturalizadas para cristalizar pensamentos generalizantes nos âmbitos de classe, de raça e de gênero. Conforme destaca Alexandra Rosa:

A violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa

¹¹ Criado em 1995, o disque 100 é um serviço de denúncias, considerado como “pronto socorro” dos direitos humanos, pois atende graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes, possibilitando o flagrante.

¹² O Sistema de Informação de Agravos de Notificação é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações destes.

relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado dóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo (ROSA, 2007, p. 40).

Como retrata Rosa, de modo sutil, relações de dominação são tomadas como naturais, mobiliza-se, por exemplo, a dominação masculina sobre as mulheres; relações nas quais, se propaga a ideia de que um determinado grupo de pessoas é inferior ou menos capaz em relação ao outro; ou ainda, relações nas quais pessoas LGBTI+ inseridas em uma comunidade *cisnormativa*, passam a normalizar ideias de inferioridade.

A violência simbólica pode se converter em manifestações visíveis do poder em uma violência fatal. Estas caminham de forma tênue, agindo de modos distintos e ocasionando ciclos de violência¹³, como percebemos na realidade de Ana Maria. Antes da agressão física que resulta em sua morte, a personagem sofre inúmeras violências simbólicas, atentados verbais e ataques psicológicos, que a fizeram viver com medo, escondendo-se e/ou fugindo. Ou seja, ela vivenciou simbolicamente várias mortes antes de sua morte literal.

A forma subjetiva de violência faz com que pessoas LGBTI+, como Ana Maria, cresçam limitando seus desejos, suas espontaneidades, a fim de minimizar coibições e castigos, circunstância que implica em pesadas cargas e dilemas carregados para a vida adulta, exigindo que essas tenham de despir-se de armaduras criadas como proteção do mundo e buscar a parte que melhor corresponda ao seu “eu”.

Outra forma de violência simbólica é o uso dos estereótipos. Para Stuart Hall (1997, p. 258), os estereótipos resultam de características simplistas e facilmente reconhecidas sobre uma pessoa, que, ao serem exageradas, se fixam no imaginário de uma sociedade e reduzem o sujeito, simplificando e diminuindo sua idiossincrasia. Como resultado, perpetuam preconceitos difíceis de serem extirpados.

De forma estereotipada, são também atribuídas características aos homens. Características estas que são assimiladas e perpetuadas pela sociedade como se fossem naturais. Estes estereótipos fazem com que homens atuem conforme papéis atribuídos, sendo incentivados a repetir atos que se enquadram em um padrão socialmente esperado, como jamais ser “delicado”, jamais chorar e estar sempre pronto para uma aventura sexual. Estes padrões

¹³ O ciclo de violência se dá da seguinte maneira: primeiro, a vítima não percebe a violência ou a releva; depois, iniciam-se os níveis de tensão, no qual o agressor começa a mostrar-se irritado, coibindo a vítima por meio de humilhações e ameaças; por fim, ocorre agressão física, a agressão letal.

atribuídos aos homens são negativos tanto para eles quanto para as demais pessoas que os cercam. Além disto, no momento em que um homem decide fugir do lugar-comum, ele sofre repressões. As ideias estereotipadas estão tão enraizadas no imaginário social que é difícil nos darmos conta de como eles afetam nossas subjetividades e nossas relações sociais. Conforme salientam Pierry Bourdieu e Terry Eagleton:

[...] em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela (BOURDIEU e EAGLETON. 2007, p. 270).

Assim, estereotipar se apresenta como parte da manutenção da ordem social e simbólica: reduz, naturaliza e divide as diferenças, excluindo ou modificando aquilo que não se enquadra ao padrão.

Pensando na realidade de Ana Maria, fazemos um paralelo à estereotipagem das mulheres *trans* no Brasil. Travestis e transexuais foram e, ainda são, estigmatizadas. Suas figuras são tratadas de forma preconceituosa, associadas à marginalidade. Os rótulos são impostos de forma impiedosa, sem levar em conta suas pluralidades, bem como, as condições que impulsionam possíveis ações.

Neste sentido, outra questão que emerge nesta discussão é o fato de que, na maioria das vezes, a revolta popular não se restringe à pessoa enquanto indivíduo, os julgamentos recaem especificamente sobre a identidade de gênero, as punições morais recaem sempre sobre o coletivo *trans*, escancarando-se os preconceitos mascarados de revolta, já que o mesmo não ocorre quando uma pessoa *cis/heterossexual* comete um erro da mesma ordem.

A mulher *trans* não tem sua proteção assegurada, ou seja, está condicionada a uma posição desprivilegiada diante das políticas públicas, e, muitas vezes, resta também a elas o uso da violência como estratégia de sobrevivência.

Como destaca Carlos Fernandes (2019, p. 138), as torturas, prisões coletivas, espancamentos até tiros à queima roupa são apenas algumas das estratégias de repressão contra as travestis em grandes centros urbanos do Brasil. “Assim como a prostituição, a violência é tão marcadamente associada às travestis que a literatura brasileira também incorporou ao seu imaginário, na construção das personagens travestis, desfechos trágicos e situações de violência” (FERNANDES, 2019, p. 138).

Em uma matéria do “Programa Fantástico” da TV Globo¹⁴, exibido em 1 de março de

¹⁴ Lolla. *Mulheres Trans presas enfrentam preconceito, abandono e violência*. O GLOBO: 01 de Março. 2020. Entrevista concedida a Dráuzio Varella. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8364420/> Acesso em: 20 mar 2020.

2020, Dráuzio Varella retrata a vida de mulheres *trans* nas prisões brasileiras e evidencia um reflexo da violência simbólica para mulheres *trans* no Brasil. Dentro e fora do cárcere, ser *trans* é sentir-se aprisionada. Uma das entrevistadas, Lolla, revela “Na cadeia eu era mais livre, podia ser *trans*, na rua tenho medo, preciso assumir a forma masculina”.

Sendo a prisão um reflexo agravado do que há fora dela, podemos pensar na complexidade da colocação de Lolla. Dentro da prisão, embora a realidade esteja longe de ser fácil, a mesma pode se maquiar, assumir-se “Lolla”, quando consegue a libertação da prisão, o medo e a falta de oportunidade novamente a aprisionam. Para ter um apoio da família fora do cárcere, Lolla precisa esconder-se atrás do que não é. Desta forma, ela não pode vestir as roupas que tem vontade e não pode moldar seu corpo conforme seu desejo, revelando que só seguiria com sua transição quando seus pais não estivessem mais em sua vida. Enquanto isso, aceita ser chamada por um nome masculino e performa um papel aceito pela família. Pontua-se na realidade *trans* mais uma violência simbólica: o abandono.

A relação familiar pode tornar-se um fardo. Em busca de aceitação e respeito, estas pessoas sacrificam suas vidas, reprimindo suas vontades e esforçando-se para manter laços, uma relação raramente recíproca por parte dos parentes. Na maioria dos casos, observa-se apenas uma inclinação das famílias para a culpabilização de seus entes, sem uma tentativa de compreender e apoiar. Esta situação também é retratada no caso de Ana Maria, na frágil relação com sua irmã, que parece não se indignar com a morte da mesma.

A reportagem de Varella reflete também uma violência do Estado¹⁵ para com as mulheres *trans*. Uma violência que se manifesta simbolicamente, de forma silenciosa e, por isso, muito perversa. Cenas que a sociedade não percebe, ou finge não perceber, porque não lhe convém. A matéria revela que, somente no estado de São Paulo, 700 *trans* estão presas em presídios masculinos. Elas sofrem com o abandono, preconceito e violência. Quando, na maioria dos casos, deixadas em alas comuns, com falta de assistência e risco de morte, sofrem estupros e são tratadas em regime de servidão a mando de outros detentos.

Conforme ilustra a reportagem, mesmo em presídios que apresentam melhores condições de ressocialização para presos, esse sistema designa um caminho declarado para *trans* recém-chegadas: a prostituição para garantir itens básicos, como um simples creme dental.

¹⁵ Ancorando-nos na teoria de Althusser, entendemos aqui o Estado como a instituição que detém o poder político, que nos direciona aos aparelhos repressivos de Estado: polícia, governo, e administração pública e aparelhos ideológicos de Estado: família, escola e religião. Segundo o autor, ambos funcionam simultaneamente também pela violência.

O Estado também não permite a estas mulheres em cárcere reposição hormonal, e a ausência de uma legislação que assegure os direitos fundamentais às pessoas *trans* deixa tudo ainda mais difícil.

Para Berenice Bento, (2014a, p. 172), na falta de uma legislação geral no Brasil, transmutamos o respeito à identidade de gênero em “nome social” a esferas do poder público, como escolas e universidades. Cabe a estas instituições aprovar regulamentos que garantam o uso do nome social, entretanto, esta mudança, que é significativa, pouco muda substancialmente na vida da população *trans*, já que, nas outras dimensões da vida, como no mercado de trabalho, esta população terá de enfrentar situações constrangedoras ao portar um documento que não corresponde à sua identidade de gênero.

O poder do Estado não só interfere na alteração do nome de registro civil pelo social, como também define o corpo *trans*. O acesso à redesignação sexual¹⁶ para uma mulher *trans* que o deseja é marcado por um processo exaustivo e burocrático. Há, também nesse caso, uma violência simbólica no âmbito do poder judiciário e do poder médico.

Ainda que pareça redundante, é preciso afirmar que a violência simbólica resulta do poder simbólico, um conceito central para compreender o pilar estrutural desta violência, conforme ilustra Bourdieu:

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização (BOURDIEU, 2010, p. 14).

O poder simbólico se edifica também por meio de sistemas simbólicos, como a língua, a arte e a religião. Esse poder se define em uma relação em que a arbitrariedade não é reconhecida, não reside de forma explícita nos sistemas simbólicos, se define numa relação determinada, ou seja, o poder simbólico é invisível e se fortalece pelas pessoas que o exercem, conscientemente ou não, por cumplicidades daquelas que estão sujeitas a este poder.

Deste modo, a violência simbólica é fundamentada pelo poder simbólico, e pode ser considerada a raiz infiltrada na sociedade que fortalece todas as outras formas de violência, já que esta é diariamente estimulada e se propagada sem o mesmo impacto visível que as demais

¹⁶ Também chamada de *transgenitalização*, a cirurgia de redesignação sexual é realizada com o intuito de adequar características físicas e órgãos genitais da pessoa *trans*, de acordo com a forma que esta considera adequada para si. Vale salientar que a *transgenitalização* não é determinante para definir uma pessoa *trans*, de modo que há pessoas que não sentem a necessidade, e não precisam fazê-la. Entretanto, há pessoas que precisam desta para se sentirem completas, é uma questão que recai na individualidade do ser.

manifestações de violência. Partindo do pressuposto de que o poder simbólico concretiza a violência simbólica, e que esta constrói realidades e subjetividades, direcionamos nossa reflexão para a violência de gênero. Sobre a definição desta, Cecilia Sardenberg discorre:

Por “violência de gênero”, refiro-me a toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja impetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual (SARDENBERG, 2011, p. 1).

Conforme a colocação de Sandenberg, compreendemos que a violência de gênero pode atingir tanto mulheres quanto homens, porém, em razão de uma dominação patriarcal, as mulheres são as mais atingidas. Ainda que se trate de um sofrimento de outra ordem, esta forma de violência também acomete homens que divergem do padrão hegemônico, como os gays, bissexuais e transexuais.

A violência de gênero configura-se como qualquer manifestação de violência (física e/ou simbólica) para com outra pessoa, tendo como prerrogativa sua identidade de gênero ou sexualidade, de modo que esta resulte em dano físico ou psicológico e interfira no livre-arbítrio. A violência moral, física e até sexual coexistem de forma relacionada, e, na maioria das vezes, há como antecedente uma violência simbólica.

Conforme aponta Saffioti (2011, p. 81), a violência de gênero, incluindo suas modalidades familiar e doméstica, não é uma expressão do temperamento violento masculino, não ocorre aleatoriamente. Ela é fortalecida a partir de pensamentos que advém de uma organização social de gênero que privilegia o masculino.

A violência de gênero é um problema social que se faz realidade em todas as classes e em diferentes culturas¹⁷. Esta forma de violência é uma realidade brasileira que precisa ser enfrentada. Como já destacado no início deste tópico, os números nacionais de violência são alarmante, sobretudo quando se trata de violência para com as mulheres. Esse dilema não é só brasileiro, é uma questão global, conforme destaca o relatório da ONU¹⁸: “O progresso das mulheres no mundo 2019-2020: Famílias em um mundo em mudança”, cerca de 17,8% das mulheres do planeta sofreram violências (física ou sexual) de seus companheiros nos últimos 12 meses.

¹⁷ Conforme a definição pioneira de Edward Tylor em 1871, “Cultura seria “todo complexo, que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade”.

¹⁸ *Progress of the world's women 2019–2020: Families in a changing world*. ONU - Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf> Acesso em: mar. 2020.

Neste cenário preocupante da violência feminina, é comum a utilização do termo “violência contra mulher”, que é também uma violência de gênero. No entanto, seu comum uso naturalmente acaba se sobressaindo sobre o termo “violência de gênero”, associando o uso de “gênero” à realidade das mulheres. É determinante avançar em alguns campos para que alcancemos transformações necessárias, como destaca o referido relatório da ONU. É necessário, por exemplo, a criação de leis¹⁹ baseadas na diversidade e na igualdade de oportunidades. É essencial também falar a respeito, expandir os diálogos e levar a reflexão para além de nossos espaços.

Por esta razão, no tópico a seguir, trataremos de um reflexo do patriarcado especificadamente sobre os homens: a masculinidade hegemônica.

2.2 A problemática da construção do “homem de verdade”

Ainda que o imaginário do que seja masculino obedeça a dinâmicas distintas em diferentes culturas, percebemos em muitas sociedades uma prática de ritualização fiscalizadora em torno da masculinidade. Existe uma cultura de autorregulação sobre esta.

Ainda que tanto a masculinidade quanto a feminilidade sejam normalizadas por um sistema de gênero opressor, é possível que notemos particularidades que diferenciam a forma como age a regulação sobre estas. Liz Plank (2019, p. 36) destaca que diferentemente da masculinidade, a feminilidade é mais estática, ou seja, as mulheres possuem um pouco mais de flexibilidade para adotar traços do masculino e se afastar das normas tradicionalmente femininas, contanto, que sigam como base uma linha caracteristicamente feminina. Porém, isso não se aplica igualmente a todas as mulheres. Mulheres cisgênero, brancas, heterossexuais tem mais flexibilidade para transgredir as normas do que mulheres que não se encaixam nestes padrões dominantes. Isso se deve ao fato de que “quanto menos marginalizado você for, mais a sociedade aceitará quando você quebrar as normas, porque isso não ameaça um sistema de governo existente” (PLANK, 2019, p. 43. Tradução nossa).²⁰

As privações femininas, ainda que também se manifestem em outras ordens, estão muito relacionadas às expressões de gênero (roupas, corte de cabelo ou modo de falar). Para os homens, no entanto, além das privações em razão da expressão de gênero, há também uma forte fiscalização dos símbolos, das ações, também do “não dito” ou “não feito”. A masculinidade

¹⁹ No Brasil, destacamos a lei federal Maria da Penha, decretada em 2006. Seu objetivo principal é estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Não se trata de uma lei que garanta a equidade de gêneros, porém, é um importante marco jurídico no enfrentamento a violência de gênero no Brasil.

²⁰ No original: The less marginalized you are, the more accepting society is of you breaking norms, because it doesn't threaten an existing ruling system. (PLANK, 2019, p. 43).

precisa ser provada permanentemente, de modo que, ainda que um homem reproduza todas as ações compreendidas como de ordem masculina, como um “homem de verdade”, sua masculinidade, não raramente, é posta à prova assim que o mesmo realize algo que seja considerado como atitude do feminino, como o simples ato de cruzar uma perna. Essa questão pode ser visualizada em diferentes contextos e temporalidades, conforme destaca Liz Plank:

A masculinidade é adquirida através de comportamentos sociais ritualizados e frequentemente públicos. Isso é bastante consistente ao longo da história e na maioria das culturas ao redor do mundo. Por exemplo, na Idade do Bronze na Rússia, a passagem para a masculinidade envolvia meninos matando animais, geralmente seus próprios cães de estimação. Atualmente, os meninos da tribo Karo encontrados em partes do Sudão, Uganda e Etiópia precisam pular em touros completamente nus para provar que são homens. Na Papua Nova Guiné, os meninos da tribo Sambia são separados de suas mães e submetidos a uma série de rituais, como o de ter uma lâmina de relva afiada pressionado no nariz até sangrar (PLANK, 2019, p. 37. Tradução nossa).²¹

É determinante que situemos os conceitos e as reflexões quando pensamos em homens e mulheres, compreendendo que o mundo é muito mais que o Ocidente, Europa ou América Latina, ou seja, não há como universalizar todas as questões. O imaginário de “homem” presente em uma metrópole do sudeste brasileiro possivelmente não é o mesmo pensado em uma tribo indígena no coração da Amazônia. Entretanto, isso não deve ser um empecilho para que façamos uma reflexão acerca de diferentes realidades, enxergando similaridades e/ou diferenças com um olhar responsável e consciente.

Como já dito, tanto mulheres quanto homens sofrem sob uma espécie de fiscalização reguladora, que os faz se enquadrarem em padrões determinados. Tal regulação age de forma distinta sobre ambos os gêneros. Conforme pontua Liz Plank (2019, p. 43) as ações das mulheres são aceitas quando a curvatura das expectativas não ameaça a ordem moral existente: ela existe dentro dela. Por isso, uma mulher raramente terá sua feminilidade questionada, por exemplo, ao demonstrar carinho por outra mulher, ou ao acompanhar uma amiga ao banheiro, assim como uma mãe não será lida como menos mulher por demonstrar afeto à sua filha adulta. Outro fato a ser pontuado é o de que nossa sociedade é falocêntrica, as mulheres não são lidas como ameaça, principalmente pelos homens, pois não apresentam “o falo”.

A questão pontuada por Plank a respeito de uma flexibilização da norma quando não há

²¹ No original: Masculinity is procured through ritualized and often-public social behaviors. This is fairly consistent throughout history and across most cultures around the world. For instance, in Bronze Age Russia the passage into the manhood involved boys killing animals, often their own pet dogs. Currently, boys in the Karo tribe found in parts of Sudan, Uganda and Ethiopia have to jump over bulls completely naked to prove they are man. In Papua New Guinea, boys from the Zambia tribe are separated from their mother and subjected to a series of rituals, like have a sharp grass pressed into their nose until it bleeds (PLANK, 2019, p. 37).

uma ameaça à ordem moral, também “se aplica aos homens que violam as normas de gênero. Se um homem usa salto alto em uma festa de Halloween, é divertido, mas se ele usa para trabalhar, é ‘inapropriado’” (PLANK, 2019, p. 43).²²

No universo masculino, o fantasma da homossexualidade, do “não ser homem de verdade” é apavorante, como consequência, homens tendem a autovigiar suas ações a todo o momento. Um simples elogio a outro homem pode ser interpretado como uma ameaça à ordem moral. O ato de pedir, em um bar, uma bebida não considerada “de macho”, ou mesmo o fato de um homem não beber, pode colocar sua masculinidade à prova. Ainda mais complexo, quando pensamos em âmbito de Brasil, uma troca de afeto entre dois homens podem resultar em notícias como estas: “Homem foi atropelado e morto por caminhoneiro em São Bernardo do Campo apenas por ser confundido com um gay, era seu aniversário e ele abraçou seu amigo enquanto iam comprar cigarros”;²³ “Confundido com gay, adolescente de 16 anos é morto na frente de policiais”;²⁴ “Abraço de irmãos gêmeos acaba em ataque homofóbico e morte na Bahia”;²⁵ “Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay em SP”.²⁶

O conceito de masculinidade, naturalizado em grande parte do mundo, especificadamente na sociedade brasileira, é uma ideia centrada na virilidade masculina. Sobre esta, Bourdieu salienta:

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do vir, *virtus*, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual — defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. — que são esperadas de um homem que seja realmente um homem (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Por muito tempo, a masculinidade dos homens foi edificada a partir de um conjunto de símbolos, de características, como poder, força física, bravura, energia, voluptuosidade, entre

²² No original: The same concept applies with men bending gendered norms. If a man wears high heels at a Halloween party, it’s fun, but if he wears them to work, it’s “inappropriate” (PLANK, 2019, p. 43).

²³ CAPARICA, Marcio. “*Crime: hétero é assassinado ao ser confundido com gay*”. Lado bi, 10 de Jun. 2015. Disponível em: <https://www.ladobi.com.br/2015/06/homofobia-problema-heteros/> Acesso em: 29 de set. de 2019.

²⁴ *Confundido com gay, adolescente de 16 anos é morto na frente de policiais*. A Capa. 11 de Mar. 2014. Disponível em: <https://acapa.disponivel.uol.com.br/confundido-com-gay-adolescente-de-16-anos-e-morto-na-frente-de-policiais/> Acesso em: 29 de set. de 2019.

²⁵ MENESES, Rodrigo. *Abraço de irmãos acaba em ataque homofóbico e morte na Bahia*. O Globo, 27 de Jun. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/abraco-de-irmaos-acaba-em-ataque-homofobico-morte-na-bahia-5330477> Acesso em: 29 de set. de 2019.

²⁶ *Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay*. Folha de São Paulo. 19 de Jul. 2011. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/945603-pai-e-filho-sao-agredidos-apos-serem-confundidos-com-casal-gay.shtml> Acesso em: 29 de set. de 2019.

outros valores. As ideias enraizadas que formaram uma masculinidade utópica nos dirigiram a perpetuar padrões nocivos do que é “ser homem” ou “ser masculino”.

Nossa sociedade atual se desvencilhou de várias concepções do passado, entretanto, muitos (pré)conceitos ainda regem nossos olhares no âmbito cultural, social, religioso e econômico. Esta problemática aqui levantada, por diferentes razões, nos faz pensar em dois conceitos importantes: Patriarcado e Masculinidade hegemônica. O primeiro pode ser compreendido como um sistema de dominação e exploração feminina, de forma situada geográfica e historicamente. Quando falamos em patriarcado na área dos estudos de gênero, é necessário nos atentarmos para não realizarmos ambiguidades quanto à sua conceituação. Já que não há uma concordância conceitual, é importante explicitarmos por qual viés usamos o termo a fim de evitar descompassos.

Como destaca Heleieth Saffioti (1992, p. 194), há pesquisadoras que compreendem o patriarcado como “organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais”, assim como também há quem enxergue o termo de forma adjetivada, apenas como uma ideologia. De forma adjetivada e literal, a ideia inicial de patriarcado pode ser vista como uma noção distante de algo problemático e inconveniente, como destaca Carole Pateman (1993, p. 50):

O patriarcado foi um triunfo social e cultural. O reconhecimento da paternidade foi interpretado como um exercício da razão, um avanço necessário que forneceu as bases para a emergência da civilização – todas elas realizações dos homens (PATERMAN, 1993, p. 50).

Essa é uma concepção de patriarcado enraizada no imaginário social, de modo que se diferencia da noção de patriarcado explorada neste trabalho. Tratamos aqui do patriarcado enquanto um sistema de opressão de gêneros, de dominação e exploração de mulheres. A partir dessa concepção, fazemos um recorte para o Brasil de hoje (2020), direcionando nossa reflexão para outro conceito que é vinculado a este: a masculinidade hegemônica.

De fato, esta é uma discussão complexa, no compasso das discussões da temática, encontramos, por exemplo, termos como “patriarcado contemporâneo” e “patriarcado moderno”. A todo o momento nascem novas contribuições teóricas, e essas surgem com o mesmo intuito de contrapor a noção tradicional de patriarcado. Como destaca Carole Pateman (1993, p.39), independente do viés adotado, “não há nenhum bom motivo para abandonar os termos patriarcado, patriarcal e patriarcalismo. Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado”. Não há como mudar de forma rápida e radical concepções tidas como estrutura natural, de modo que esses desvencilhamentos se dão por meio de novas perspectivas e discussões.

A masculinidade hegemônica²⁷ é um reflexo do patriarcado. Este conceito surgiu nos anos de 1980, cunhado por teorias feministas do patriarcado e por discussões a respeito do papel dos homens na transformação deste. A discussão deste conceito, embora iniciada há tempos, emerge com mais força em razão do engajamento dos movimentos sociais. Surge uma necessidade de se pensar nas masculinidades dissidentes, ou seja, em masculinidades no plural. É por esta razão que masculinidade hegemônica se vincula também aos estudos de gênero.

Roseli Costa (2002) compactua com a ideia de que a masculinidade hegemônica deve ser relacionada aos estudos de gênero, uma vez que os pilares centrais de sua discussão são as relações entre homens e mulheres e as relações entre masculino-feminino. Assim, esclarecemos que refletir a masculinidade hegemônica é muito mais do que discutir “o que é ser homem”. A masculinidade hegemônica, como um reflexo do patriarcado, se insere de forma enraizada no imaginário dos homens, mas também, no imaginário social. A partir de naturalizações de ações, posições são construídas como norma e formam-se padrões e arquétipos de pessoas. Diante desta problemática, é necessário pensarmos de que maneira se naturalizam e se fortalecem estes padrões que limitam os homens e, conseqüentemente, influenciam as relações de gênero. Torna-se necessário pensar, por exemplo, nas implicações da infância no processo de construção do imaginário masculino.

As crianças têm percepções das identidades de gênero por meio da diferença, porém, este processo se apresenta de forma diferente para meninos e meninas, como salienta Elaine Showalter (1994, p.43): “um menino deve aprender sua identidade de gênero negativamente, como sendo não-feminino e esta diferença exige reforço contínuo”. Em contraponto, para as meninas, a identidade feminina é aprendida em um movimento de continuidade, de identificação com a mãe. Esta realidade se mostra problemática quando percebemos que nesta relação, comumente, os meninos crescem sendo influenciados a seguir os passos do pai e a ignorar as potencialidades da mãe. Nisto, se induz um círculo vicioso de repetições de ações, valores e pensamentos.

As manifestações da masculinidade hegemônica se espalham de forma subliminar. Desde o momento da infância, se constrói todo um imaginário nos meninos por meio de comentários que parecem despreziosos para muitas pessoas: “ei você não é viado né”, “homem não faz isso”, “isso é coisa de menina”, “homem não brinca de casinha”, “tá parecendo

²⁷ Hegemonia corresponde à ideia de domínio, influência absoluta, superioridade, poder que alguém exerce sobre os demais (nesse caso um tipo dominante de masculinidade sobre os homens e outras possíveis formas de ser masculino). O patriarcado mantém e fortalece posições/noções que são construídas como norma, invisibilizando outras formas de masculinidade e direcionando a uma masculinidade padrão = uma masculinidade hegemônica.

uma menina”, “já está paquerando as meninhas?”, “vai ser pegador né”, dentre outros. Conforme destaca Bourdieu, a posição considerada norma é aquela em que o homem sempre “está por cima”, em constante posição de dominância:

A oposição entre os sexos se inscreve na série de oposições mítico-rituais: alto/baixo, em cima/embaixo, seco/úmido, quente/frio (do homem desejante se diz: "seu *kanoun* está vermelho", "sua panela está pegando fogo", "seu tambor está quente"; das mulheres se diz que eles têm a capacidade de "apagar o fogo" "refrescar", "dar de beber"), ativo/passivo, móvel/imóvel (o ato sexual é comparado à mó do moinho, com sua parte superior, móvel, e sua parte inferior, imóvel, fixada à terra, ou à relação entre a vassoura, que vai e vem, e a casa). (BOURDIEU, 2012, p, 27).

Muitas das atitudes e comentários reproduzidos pelas mães e pais no momento da infância sequer são intencionais. Ocorre que muitos pais e mães reproduzem de forma inconsciente o que ouviram a vida toda, de forma naturalizada, dos seus próprios pais e mães. Como destaca Maria Buges (2005, p. 182), nós costumamos a pensar na infância de um modo idealizado, o imaginário que temos de como uma infância deve ser foram baseados numa perspectiva moderna, colocando esta infância idealizada como algo universal e permanente, como algo que deve se suceder de forma semelhante para todas as pessoas, como se todas estas tivessem os mesmo desafios e uma mesma realidade para desenvolver as potencialidades humanas.

Sendo assim, as ideias que fortaleceram uma masculinidade hegemônica foram construídas socialmente, socialmente também se criaram padrões de conduta, como a de que o homem não pode chorar, não pode demonstrar fraqueza²⁸ ou afeto por outros homens e até mesmo que é preciso restringir/reprimir suas emoções diante das mulheres. O sistema²⁹ patriarcal força padrões de conduta e ações sobre as pessoas, na tentativa de “frear” alguma transgressão, observamos esse movimento latente na meninez dos homens. Esses pensamentos e condutas essencializadas no imaginário social, criam como consequência gerações de adultos problemáticos.

Padrões dominantes de masculinidade afetam homens *cis* e *trans*, independentemente de suas orientações sexuais, na medida em que se coloca sobre os homens a expectativa de cumprir um papel socialmente construído, ignorando suas particularidades.

²⁸ As ideais enraizadas no “ser homem de verdade”, também influenciam na subnotificação de violências contra meninos. Há por exemplo, uma invisibilização dos meninos enquanto vítimas no contexto de violência sexual. Conforme destacam Fabiana Carvalho (2015), Letícia Resende (2011) e Sérgio Ramalho (2013), homens vítimas de abusos sexuais, sofrem calados e não expõem o crime por vergonha e medo do preconceito, justamente por isso, encontram mais dificuldades para lidar com o trauma.

²⁹ Elementos que, concretos ou abstratos, se interligam de modo a formar um todo organizado, um modo de organização ou de estruturação social.

A ideia de uma masculinidade suprema limita a liberdade dos homens, definindo-os e direcionando suas ações desde o nascimento. As imposições sociais comumente forçam em meninos uma sexualização precoce, afastando dos mesmos a possibilidade de viverem apenas o papel de criança, de vivenciarem cada etapa da vida de forma natural, ou de performarem qualquer ação que não se enquadre no que se considera “coisa de menino”. No imaginário comum, não se espera, por exemplo, que um homem dance balé, goste de poesia, prefira rosa à azul, que tenha uma caligrafia bonita, ou que prefira cozinhar ao invés de jogar futebol. Todas as imposições limitantes são pautadas no medo de que homens não sejam suficientemente “machos”.

Existe uma constante necessidade em negar no masculino a parte compreendida como feminina, e isto manifesta-se de maneira simbólica, por meio de ritos, desde o nascimento. Como destaca Bourdieu (2012, p. 37), seriam inúmeros os atos simbólicos que visam separar os meninos de suas mães, do feminino, um destes é “a importância do primeiro corte de cabelos, que está, igualmente, ligado ao fato de que a cabeleira, feminina, é um dos elos simbólicos que unem o menino ao mundo materno”. A identidade masculina e a identidade feminina se apresentam de formas antagônicas, de modo que se inscrevem, conforme descreve Bourdieu (2012, p. 38), “sob forma de maneiras permanentes de se servir do corpo, ou de manter a postura, que são como que a realização, ou melhor, a naturalização de uma ética”.

Em meio a estas “imposições fixadas” do que é “ser homem ou mulher”, a sociedade de um modo geral tem dificuldade em compreender que gênero e orientação sexual não são características levianas que podem ser mudadas ou perpetuadas por um gesto, uma companhia ou uma peça de roupa.

Conforme salienta Chimamanda Adichie, “a pior coisa que fazemos aos homens – é fazê-los sentir que precisam ser durões – é isso que forma egos frágeis – Quanto mais forçado a ser/parecer forte um homem é, mais frágil é seu ego” (SALAM, 2019, New York Times, tradução nossa).³⁰ As noções idealizadas do que é “ser masculino”, não só direcionam os homens a reprimirem suas emoções, como desenvolve uma cultura de vergonha em torno do ato de sentir e verbalizar estas emoções. Liz Plank nos relata essa questão ao apresentar as inquietações de vários homens a respeito das tóxicas manifestações da masculinidade em suas vidas, situações que tornam suas relações na fase adulta mais difíceis, principalmente com as mulheres:

“Vergonha, é isso que define você, quando você tenta lidar com as mulheres”.

³⁰ Fala da autora Chimamanda Adichie, em entrevista concedida para a revista New York Times no ano de 2019.

Vergonha é o que se sente quando não se proporciona o suficiente, ou se você se sente fraco, ou apenas se você sente demais. Vergonha se você precisa delas, mas também vergonha de ser solteiro, ou não ter uma mulher ao seu lado. (...) É vergonha ou raiva na verdade, porém a raiva geralmente é alimentada pela primeira. E porque o homem não pode admitir o fracasso, porque fracassar é vergonhoso, então eles o mantêm reprimido. “Estas ideias estabelecidas repousam pesadamente em muitos de nós, onde ficamos calados em vez de falar sobre isso, porque ainda não temos a linguagem e os conceitos para articular nossa dor, de sermos perpetradores e facilitadores de algo que entendemos que nos machuca e também machuca aos outros, mas que parece não conseguir parar”. Quando minha esposa me pergunta como me sinto sobre algo. Eu ainda não tenho o vocabulário básico nem o reconhecimento além de coisas super-básicas, como 'frustrado', 'entediado' ou 'sim, eu gosto disso'. (PLANK, 2019, p. 73-74, tradução nossa).³¹

Pouco se discute a respeito do universo masculino, ou dos universos masculinos, das pluralidades de homens, de modo que ideias limitantes acabam por se perpetuar sem serem questionadas, até mesmo pelos próprios homens que se sentem afetados por estas limitações, como destaca o relato da pesquisa de Plank. Liz Plank ao apresentar em seu trabalho a história e o relato de Toby Morgana, um homem *trans*, levanta este questionamento. Toby escreve que teve conhecimento da pressão sobre ser um homem apenas quando realizou sua transição: “Durante os primeiros meses da minha transição, pensei que ser homem significava beber muito e falar sobre todo mundo”. “Eu estava focando em algumas posturas e tentando parecer que nada estava errado” (PLANK, 2019, p.76, tradução nossa).³²

Conforme destaca Liz Plank (2019, p. 76), a definição atual de Masculinidade é a antítese da vulnerabilidade. Homens não podem chorar, não podem “ser fracos”. Essa problemática é retratada por Plank com o relato de Thomas Page McBee, também um homem *trans*. Thomas relata que em um momento de sua vida passou a pensar se era um homem de verdade, percorreu um caminho para a conclusão de que amava ser homem, mas não o que “ser homem” significava na cultura em que estava inserido.

Após um ano de sua transição, ao perder sua mãe, Thomas se deparou com uma realidade que nunca havia previsto: “Ele confidenciou que havia uma coisa que ele não sabia

³¹ No original: “Shame that’s what defines you when you try to deal with women”. [...] shame if you don’t provide enough, or if you feel weak or even just feel too much. Shame that you need then but shame if you don’t have one by your side either if you’re single. [...] It’s shame or anger really, but the anger usually is feeding off the former. And because men are not allowed to admit to failure, because the matter of their failure is shameful, they keep it locked. “That lays heavily on many of us, where we keep silent rather than talk about it because we even lack the language and concepts to articulate our pain at being perpetrators and enablers of something we understand hurt us and others but can’t seem to stop”. [...] when my wife asks me how I feel about something. I lack even the basic vocabulary or recognition beyond superbasic stuff like ‘frustrated’, ‘bored’, or ‘yeah-I like that’ (Plank, 2019, p. 73-74).

³² No original: “During the early months of my transition, I thought being a man meant heavy drinking and speaking over everyone”. “I was engaging in a lot of posturing and trying to seem like nothing was wrong” (PLANK, 2019, p. 76).

que precisava até o dia que lhe foi roubado: toque humano” (PLANK, 2019, p. 22. Tradução nossa).³³ Thomas, contou que sentiu um nível de isolamento que nunca havia sentido, as pessoas não o procuravam como antes e de repente ele começou a sentir-se constrangido por expressar sua tristeza. Thomas sentia-se pressionado a parecer forte. Ninguém além de um amigo que o conhecia antes da transição, havia lhe perguntado se estava bem. As pessoas eram gentis com ele, mas em respeito às normas convencionais de gênero, em uma tentativa de respeitar sua masculinidade não insistiam para que ele dividisse a sua dor. “Isso é o que acontece em um sistema de gênero que é tão onipresente: todos desempenham sua parte sem questionar se é mesmo uma função que teriam escolhido em primeiro lugar” (PLANK, 2019, p.23. Tradução nossa).³⁴ A contribuição de Plank (2019, p. 23) nos direciona a uma complexa questão: como os homens questionarão os problemas desse sistema de gênero, se esse lugar cheio de vantagens, ainda que com desvantagens, é o único lugar que eles vivenciaram?

A falta de reflexão a respeito desta pluralidade no “ser/fazer-se homem”, coloca-nos em um círculo no qual masculinidades que são subalternizadas em alguns campos de poder, também reproduzem lógicas da masculinidade hegemônica (normativamente cisgênera e heterossexual) em outros espaços, como é o caso de homens *trans*, homens gays ou bissexuais.

As masculinidades dissidentes também são subalternizadas por uma masculinidade hegemônica, de modo que se criam camadas de subalternização, já que, por vezes, o oprimido acaba por adotar uma imagem semelhante a do opressor, e assim também oprime. Desta forma, criam-se relações de poder desproporcionais, homens *trans* se veem na necessidade de refletir a imagem projetada pelo “outro masculino” *cis* padrão. Do mesmo modo, homens gays tendem a reproduzir ideias derivadas de um padrão heteronormativo, buscam enquadrar-se em um modelo de virilidade, desejam um corpo correspondente a este padrão e precisam igualmente corresponder a ideia de que são sexualmente ativos.

Como destaca Bourdieu (2012, p. 46), “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto depreciação ou até de autodesprezo sistemáticos”.

Conforme destacado anteriormente, as imposições de comportamento no momento da infância podem resultar, futuramente, em pessoas emocionalmente inseguras, irracionalmente

³³ No original: He confided there was one thing he didn't know he needed until it was robbed from him: human touch (PLANK, 2019, p. 22).

³⁴ No original: That's what happens in a gender system that is so ubiquitous: everyone plays their part without questioning if it's even a role they would have picked in the first place (PLANK, 2019, p. 23).

reativas, que, ao encontrar conflitos ou frustrações, usam como resposta a violência. Temos esta realidade retratada em *Uma mulher diferente*, especificamente no discurso do assassino de Ana Maria:

Começou a dizer uma porção de coisas do meu físico, me alisava o peito. **Fiquei fora de mim e puxei ela. Me empurrou, mas eu era mais forte, e comecei a querer tirar a roupa dela e a passar a mão pelo seu corpo.** No meio da perna senti aquilo. **Ela gritava, e eu peguei.** Vi; Vi e não acreditei. Então, não sei como, passei a mão na garrafa de leite que estava na minha frente, em cima da mesinha, onde eu tinha posto logo que entrei, e assentei com ela na cabeça dele. Ele caiu. Fiquei olhando apavorado, tremendo, e, ainda não acreditando, levantei a saia do vestido e espiei. Era mesmo um homem disfarçado. Fiquei com medo e fugi (RIOS, 2005, p. 171, grifos nossos).

No trecho destacado, explicita-se que o indivíduo que se enquadrava no papel de “homem de bem” antes de assassinar Ana Maria, não soube lidar com a frustração de receber um “não” de uma mulher, não a respeitou e não soube lidar com uma situação desencadeada por suas próprias atitudes.

É importante destacar a forma explícita com que a narrativa revela os sentimentos do criminoso. Inicialmente, o seu Santos não se sente culpado por matar Ana Maria; sua revolta inicial se fixa no fato de se tratar de “uma mulher diferente”. Apenas após seu julgamento é que o mesmo compreende que, ao interferir na vida de uma pessoa, tornara-se um criminoso, tão indigno quanto qualquer outro que ele mesmo julgava.

Como já pontuado, a constante busca dos homens por corresponder ao que imaginam ser um “homem de verdade” resulta em um ciclo de frustração e violência que afeta não só aos próprios homens, mas também a todas as pessoas à sua volta. O personagem Grandão retrata uma realidade que muitos homens vivenciam, sobretudo, aqueles que não correspondem ao padrão pré-estipulado de masculino. O investigador, em determinado momento se sente inferior aos demais homens a sua volta, em razão de não haver conquistado nada do que se esperava para um homem de sua idade, ou seja, “não era suficientemente macho” como as pessoas o julgavam ser:

Só então pensou em si. Na sua vida. Tão à parte de tudo o que se relacionasse à rotina dos homens comuns. Parecia mais um rato. Farejando, sempre. À procura de queijos nas portas das ratoeiras, para arriscar a perder o nariz numa pancada! Seria esse o seu mais acertado apelido, se o olhassem tal como deveria ser entendido. Sim, compreendido! Estava com 32, e o que fizera? (RIOS, 2005, p. 105).

A sobrevalorização dos atributos que formam a masculinidade hegemônica também inferioriza tudo que é oposto a ela, tudo que se distancia deste masculino idealizado e se aproxima do feminino hegemonicamente construído. Nesta circunstância também gera um

sentimento de frustração em homens que não correspondem a estes padrões, como destacado na reflexão de Grandão.

Estes homens, formados a partir da masculinidade hegemônica, naturalmente sentem-se no direito de menosprezar, violentar e até matar o que se aproxima do feminino. Essa questão está presente implicitamente em alguns trechos do romance, como por exemplo, no discurso de Barbosa Lins a respeito de Loirinho, companheiro de Ana Maria:

-Não vá! **Deixe o loirinho nas grades! É um cafetão, mulherengo, gilete, explorador, pior do que eu e Antonio!** Capaz de tudo! Talvez Ana Maria vivesse coagida, ameaçada sob fio de navalha e revólver. Briguento. Só tinha tipo de galã, de cafajeste disfarçado com trajes elegantes. Gostaria que tivesse sido ele! (RIOS, 2005, p. 141, grifo nosso).

No diálogo destacado de Barbosa Lins com Grandão, o doutor demonstra descontentamento ao saber que Loirinho possivelmente não é o assassino de Ana Maria. Para desqualificá-lo, utiliza de diversos adjetivos, dentre estes, do termo *gilete*, alegando uma possível bissexualidade de Loirinho e assim, indiretamente, o diminui enquanto homem. Julga-o inferior, revelando uma ideia machista ancorada em raízes bíblicas de que, “*se um homem se deitar com outro, como se fosse com mulher, ambos terão praticado abominação*” (cf. Levítico 20:13).³⁵

Além de revelar um pensamento de objetificação para com a identidade de Ana Maria, doutor Barbosa explicita também uma busca por uma ideia confortante que o faça sentir que sua masculinidade permanecia inabalada. Percebemos também uma ideia de “disputa de masculinidade”: Barbosa Lins revela algo que é muito presente na sociedade patriarcal, a necessidade que muitos homens possuem de reforçar a todo custo “que são machos”:

Consultou-se. Porque **era suficientemente macho para vencer um outro homem**, na posição que submetia a mulher, sob autelada viril do desejo carnal que emanaria dele? Poderia considerar isso uma espécie de masculinidade superior?! Um homem que poderia satisfazer mulheres e homens! Era um pensamento dúbio. A dualidade da consciência na sua função. Definindo bem a prostituição daquele vício uranista, entendendo ser Ana Maria um pederasta passivo, **tinha de concluir que era um verdadeiro macho, contra a moral e a própria hombridade masculina**. Um cão de rua no cio, um animal, sodomita, capaz de chegar ao ato de sentir prazer! (RIOS, 2005, p. 127, grifos nossos).

³⁵ Trecho bíblico utilizado deliberadamente por preconceituosos com a finalidade de condenar as dissidências sexuais e de gênero. Ironicamente, este é um dos únicos trechos tomado como verdade absoluta e reproduzido sem contextualização, é levado “ao pé da letra” por pessoas, que ignoram versículos que dizem por exemplo, para “não comer carne de porco” (Lv 11:07) ou para “não semear a terra por mais de sete anos” (Lv. 25:04 – 05). Curiosamente, com restrição da homossexualidade, todos os demais versículos bíblicos que não condizem com o contexto atual, foram ignorados.

Bíblia Sagrada. Trad. ALMEIDA, João. Versão Revista e Corrigida Co-edição (JUERP) Imprensa Bíblica Brasileira, King’s Cross Publicação. 2º ed. 2010.

Neste pensamento de Barbosa Lins, percebemos como este prefere até mesmo pensar em Ana Maria como uma figura masculina, para assim confortar o seu ego ferido, já que nessa circunstância poderia ser visto como ainda mais macho por “vencer um outro homem” na cama.

Essa passagem narrativa nos leva a refletir uma questão abordada por Bourdieu (2012, p. 32), a de que, em muitas sociedades, como a sociedade Grega, a posse de um homem sobre outro (ainda que a questão “homossexualidade” não existisse na Grécia) era vista como potência, como sinônimo de poder, um ato de “feminilização” do outro, ato que afirmava a masculinidade do sujeito ativo, levando o sujeito “feminilizado” à desonra, à perda do título de homem íntegro.

De algum modo, estas ideias obsoletas ainda rondam o imaginário masculino, e se apresentam de maneira implícita nas falas como a do doutor Barbosa. Neste contexto de disputa de masculinidade, destacamos um trecho no qual Grandão faz um julgamento do doutor Barbosa, limitando-o a seu vício sobre tóxicos. O fragmento a seguir também nos permite refletir sobre um *falso moralismo* que ronda o imaginário de ser “homem de verdade”:

Acho mesmo interessante trocar algumas palavras com o senhor! Se me permite a franqueza, sob a sua pele está guardada uma coisa que não pode ser chamada de homem. Além de pederasta, do vício, de tantas coisas que a gente encontra, como pesar e entender tamanho fracasso de caráter, moral e integridade? Essa autodestruição?! Não lhe adiantariam mais conselhos, observações, internações, só desprezo e lástima. Existe algo mais graves e sério do que a necessidade orgânica do tóxico, depois de ter se escravizado a ele, isso em que o senhor se converteu e que nenhuma palavra define bem (RIOS, 2005, p. 139).

Grandão também faz uma colocação que paradoxalmente o contradiz. Ainda que, em certos momentos, o mesmo carregue certo moralismo em suas palavras, o investigador critica a postura de Barbosa Lins:

-E se não existisse gente como eu, o que haveria de ser de gente como Ana Maria? **E se não existisse gente como eu e Ana Maria, o que seria de gente como o senhor?** Existimos para que o senhor se considere superior, para que olhe pra sua vida e possa se sentir realizado, feliz, importante, moralista! (RIOS, 2005, p. 139-140, grifo nosso).

Grandão julga que o doutor Barbosa é um moralista, e no trecho grifado “E se não existisse gente como eu e Ana Maria, o que seria de gente como o senhor?”, dentre tantas diferenças, ele encontra similaridades com Ana Maria, colocando ambos em uma mesma posição de pessoas à margem, em uma situação de desprivilegio diante de Barbosa Lins.

Esse duelo de “masculinidades superiores” também é perceptível na passagem narrativa em que o mesmo doutor Barbosa, ao ser indiretamente comparado com Antonio Pereira, sente-se diminuído por sua esposa e Ana Maria. Em consequência, utiliza da violência física como resposta a seu desagrado, revelando, assim, seu complexo e descontrole, como destacado no

texto:

Doutor Barbosa olhava de um para o outro, como â cata de uma expressão que transmitisse algo. Que era um fracasso, murcho, um sapo, um réptil, um sem sal e sem açúcar. **Pensou uma infinidade de coisas e deixou que o complexo o dominasse. Ergueu a mão num impulso e violentamente desferiu uma bofetada no rosto aparvalhado de Ana Maria.** Pegou Marcela pelo braço e puxou-a: - Vamos. Vamos embora! (RIOS, 2005, p. 123, grifo nosso).

Ao sair da boate, doutor Barbosa e Marcela prosseguem em uma discussão, na qual mais uma vez, o mesmo se mostra uma pessoa desequilibrada, um homem que de forma ignorante, busca reforçar sua masculinidade atrás de aprovação:

Foi uma discussão que durou qual o resto da noite. Doutor Barbosa **teve um acesso de fúria**, de um jeito que nunca se passara. **De mostrar para Marcela que quem mandava era ele!** Que estava farto de bancar o moderno e aceitar tudo com risos e “deixa pra lá [...] Falou tanta coisa e tanta asneira, pra acabar esfrangalhando a camisola transparente que a sua Capuccine de nome Marcela havia acabado de vestir, **atirando-a no chão e subjugando-a** com uma força que não sabia existir nos pulsos e nas pernas, que prenderam as pernas dela. **Estava se transformando, talvez, num Homem!** Como diz a expressão, com “H” maiúsculo! O homem que mantivera soterrado dentro de si próprio, e que ia mostrar a ela do que era capaz! Mas não foi! Marcela debateu-se, esquivou-se... (RIOS, 2005, p. 123-124, grifos nossos).

Os trechos em grifos explicitam o imaginário de Barbosa Lins, uma ideia de que para ser um homem com “h maiúsculo”, é necessário impor medo, é necessário se fazer respeitar, ainda que para isso seja necessário o uso da violência. O doutor Barbosa demonstra ser dotado de impulsos fortalecidos pelo patriarcado. Ainda que Barbosa exite e não haja como um criminoso, o mesmo cogita usar da força física para subjugar Marcela. Essa passagem explicita também a problemática desta questão, estas ideias estão tão naturalmente enraizadas no imaginário masculino, que Barbosa Lins se acha no direito de dominar Marcela, e acredita que está “moderno demais” por fazer o mínimo, que é agir com respeito e não como um inconsequente.

Seguindo o desencadeamento da narrativa, depois de muita investigação, ainda que sem muitos desafios, já que Grandão soube quase que de imediato a identidade do assassino, o mesmo chega a seu Santos, o leiteiro, e também algoz de Ana Maria:

Era um homenzarrão forte, alto, tipo gorila. Teria sido bem do agrado de Ana Maria, dos que ela gostava de conquistar. Massudo, brutalizado, parecia mais um açougueiro, ou, mais ainda, um boxeador que deixara de exercer a profissão por causa de uma deficiência cardíaca. O uniforme de leiteiro, branco, de mangas curtas, punho a mostra uns braços musculosos e peludos, cheios de tendões a mostra. (RIOS, 2005, p. 163).

Um fato concreto é o de que Ana Maria é assassinada por um homem que em certo momento sentiu desejo por ela. Este não a mata por nenhum outro motivo, a não ser por preconceito, pelo terror de ser visto como menos homem, como uma aberração:

Eu não pretendia... não queria... Nem sei como aconteceu. Eu já não aguento mais isso na cabeça! Vou contar, sim, vou contar! Foi tudo uma coisa horrível, que me revirou o sangue, fiquei cego, revoltado, sei lá, não tive intenção. Aquele peste, aquela coisa, ridícula e suja (RIOS, 2005, p. 167).

Seu Santos busca legitimar seu crime no seu descontrole, ele crê que estava no seu direito de reação. Acredita veemente em uma legítima defesa, quando na realidade não há legitimidade alguma em violentar outra pessoa em razão desta lhe desagradar, ou derrubar suas expectativas. O desfecho de sua história é uma consequência de seu ato, consciente ou não.

Grandão, ao concluir no ato: “quem matou Ana Maria é um pobre infeliz! Não tenho mais dúvida a respeito” (RIOS, 2005, p. 138) ainda que aparentemente sem a intenção, acaba por quase caracterizar um homem preso aos moldes do patriarcado. O investigador prossegue ainda observando e delimitando as circunstâncias do crime, bem como definindo seu Santos:

Ana Maria encontrou o que procurava: um homem macho não por ostentação, selvagem, primitivo; no entanto, reacionariamente humano! Um homem capaz de emocionalmente ser levado a um gesto violento, resultando o imprevisível e trágico desse engano! (RIOS, 2005, p. 138).

O detetive ao chegar ao desfecho do crime, apresenta um desconforto ao decretar assassino o entregador de leite, aquele homem aparentemente honesto e pai de família: “O coração doía; contudo, tinha de enfrentar: Infelizmente, aquele era o assassino, um pobre ignorante. E não serão ignorantes todos os homens que matam? Mas aquele! Pobre infeliz!” (RIOS, 2005, p. 166).

Grandão manifesta um pensamento bem comum: costumamos imaginar criminosos como seres sanguinários e repugnantes, essencialmente maus, que estão longe do nosso convívio. Porém a realidade é muito mais complexa e difícil de encarar: a grande maioria destas pessoas tornadas criminosas tem como aliada a ignorância, ignorância que é também fortalecida por nós (sociedade hegemônica). Acabamos por ignorar as violências simbólicas, como já retratado no tópico anterior, afastamos de nós qualquer possibilidade de sermos também propulsores de violências, e não ignoramos a linha tênue que separa o “eles” de “nós”

É difícil encarar o fato de que pessoas consideradas boas podem reproduzir atitudes perversas. Grandão sente esse impasse ao dar voz de prisão ao leiteiro que, em seu julgamento, não é uma pessoa de fato ruim, mas alguém que carece de bom senso, de instrução: “porque indivíduos como aquele tinham que se envolver com uma Ana Maria e tornarem-se assassinos, enquanto crápulas como Loirinho e doutor Barbosa se tornavam inocentes?” (RIOS, 2005, p. 166). O leiteiro também demonstra um desconcerto por ver-se no papel de um assassino, algo inimaginável em um passado remoto, como revelado pelo mesmo:

Um dia ela apareceu com o tal Loirinho que agora está preso, como culpado. E isso o

que mais me dói, não ser ele; está no meu lugar. Eu não sou nenhum bicho, não senhor, não sou. O homem chorou, soluçou forte, parecia estar rosnando (RIOS, 2005, p. 169-170).

Santos demonstra certa empatia pelo Loirinho, preso indevidamente pela morte de Ana Maria, porém, também revela angustia por saber que este, ocupando uma posição diferente da sua na sociedade, não era um assassino, e sim, era apenas um injustiçado preso em seu lugar.

Em muitos momentos, a voz do narrador faz um julgamento de valor em suas descrições, demonstrando certa naturalização do homicídio. Por este viés, atribui à vítima a culpabilização do crime pelo qual foi atingida, dando a entender que se tratara de um crime passional, situação em que a responsabilidade recai sob a vítima. Um posicionamento, infelizmente, ainda corriqueiro em nossa sociedade brasileira:

Fosse tal como seu Antonio contara, podia riscar a hipótese de que Ana Maria fizera chantagem, e que, por isso, a haviam assassinado. Mas talvez se tratasse de crime passional! Tudo indicava! Ana Maria, provavelmente, havia sido vítima da própria paixão que provocara num de seus homens (RIOS, 2005, p. 87).

Ainda que de maneira implícita, em vários trechos da narrativa, encontramos reflexos do patriarcado, seja na relação de uns homens com os outros, ou na relação destes com Ana Maria. A realidade de todas as personagens está incrustada em diferentes tipos de violências, e todas elas, em alguma ordem, são atravessadas pela masculinidade hegemônica.

Os dilemas iniciais de Antonio Pereira seriam menores se ele não se prendesse ao peso de ser visto como menos homem por se relacionar com Ana Maria. A realidade de Barbosa Lins seria muito mais fácil se ele compreendesse que não é menos homem porque sua esposa não sente atração por ele, ou se entendesse que não há necessidade alguma de agir como um estúpido para ser visto como um “homem de verdade”. Se houvesse mais esclarecimento a respeito das diversidades, Loirinho não seria diminuído enquanto homem por ser aparentemente bissexual, ou ainda, seu Santos não chegaria ao ápice de se tornar um criminoso em razão, sobretudo, de sua ignorância.

O fortalecimento de ideias pautadas em uma masculinidade hegemônica resulta em uma sociedade doente, formadas por pessoas condicionadas a buscar medidas imediatas e irracionais para seus complexos dilemas. O resultado desta complexa circunstância são indagações como esta: “-Mas eu vou preso! – O tempo necessário para aprender a controlar suas emoções e impulsos violentos” (RIOS, 2005, p. 171). Este trecho, no qual o leiteiro Seu Santos em diálogo com Grandão constata que terá como destino a prisão, conduz a realidade pouco indagada por nós: "os homens são super-representados nas prisões, são mais propensos do que as mulheres a

cometer crimes violentos e estão em maior risco de serem vítimas de crimes violentos" (SALAM, 2019, New York Times, tradução nossa).

É óbvio que nem todos os crimes têm como raiz ou resposta o fortalecimento de uma masculinidade hegemônica, porém, não podemos negar sua influência na naturalização da violência e na formação do imaginário masculino. Deste modo, torna-se fundamental a construção e reverberação de conhecimento para que seja menos necessário a construção de presídios como instrumento de “ensino”.

Naturalmente, uma das questões levantadas quando se discute masculinidade/feminilidade é a de que a força e/ou dominância masculina se dá por razões biológicas ou naturais, o que é aceitável quando falamos em reino animal, entretanto, diferente dos animais irracionais, os seres humanos são dotados de conhecimentos, podem relacionar esses conhecimentos à prática, podem refletir política e moralmente, e também questionar e remodelar aspectos naturalizados de suas vidas.

Ainda que a raiz da construção das ideias e papéis de gênero seja culturalmente pautada em uma base biológica, a perpetuação destas ideias e padrões socialmente construídos é totalmente mutável. É importante a existência constante de reflexão e questionamentos de ideias normalizadas, ideias aparentemente inofensivas, e violências simbólicas que marcam a subjetividade das pessoas.

As ideias propagadas na infância dos meninos poderão refletir na vida adulta dos homens. Homens não violentam pelo simples fato de serem homens, não faz parte da essência masculina a necessidade de violentar ou até mesmo matar, como fazem os animais irracionais. Homens chegam à barbárie de violentar alguém (em sua maioria) porque estão colocados desde o nascimento dentro de um sistema patriarcal, que, de forma estrutural, os ensina a oprimir. Porque temos essas opressões legitimadas pela nossa própria sociedade. De modo que é necessário entender a raiz desta questão, compreender que o alvo a ser deslegitimado não é “o homem ou um homem específico”, mas sim, este sistema lógico normalizado.

2.3 O reverberar da masculinidade hegemônica no imaginário de “uma mulher diferente”

Concernindo aos padrões da masculinidade hegemônica (cis/heterossexual), paradoxalmente para um homem “ser macho”, ele deve se atrair e se relacionar com o feminino, performando um domínio sobre este. De modo que se um homem não corresponde a este padrão, ou carrega traços do feminino, ele não é considerado um homem de verdade, e, assim como as mulheres, ele será oprimido.

Em algumas passagens da narrativa, fica perceptível que Ana Maria tem em seu imaginário uma ideia de masculinidade que se aproxima do conceito pautado no padrão hegemônico: “-Não vá me dizer que gosta de homem... **só homem... – E que seja bem homem. Bem macho! Precisa ser muito macho!** – exclamou...” (RIOS, 2005, p. 116, grifo nosso). “Diz que me dará tudo... Ele é podre de rico, mas... **Não é um homem de verdade... é um frouxo!**” (RIOS, 2005, p. 122, grifo nosso).

Aparentemente, Ana Maria, de forma inconsciente, busca um padrão nos homens com os quais se relaciona. A mesma masculinidade hegemônica que reforça um modelo feminino, ao qual Ana Maria é levada a se enquadrar, também a direciona a uma limitação em suas relações afetivas com homens que fogem do protótipo de “homem com h maiúsculo” que lhe foi enraizado.

Percebemos que, em um determinado momento, Antonio não lhe parece suficientemente “homem”. Quando Antonio deseja por fim dividir uma vida com Ana Maria, a mesma já não corresponde a seus interesses. Ela começa a mudar quando ele passa a não corresponder ao padrão masculino que havia em seu imaginário, como fica aparente no discurso do narrador:

Ana Maria começou a mudar. Estava saturada de Antonio. Nada mais via de másculo e selvagem naquele homem idiota, que a tudo dizia sim e amém. Por isso, **começou a andar novamente com o Loirinho, que se chamava Leonardo**. Um Vivaldo. Ana Maria **nem mesmo podia sair** certas noites para seus shows na boate, **pois apanhava dele** (RIOS, 2005, p.81, grifos nossos).

Contrapondo-se a Antonio Pereira, Loirinho, como era conhecido Leonardo, era ironicamente a personificação do conceito nocivo de masculinidade: um homem abusivo, manipulador e violento, uma pessoa que desconhecia o significado de diálogo. O mesmo foi responsável por determinar o fim da relação de Ana Maria com Antonio:

Quem resolveu tudo foi o loirinho, que chegou uma certa madrugada, fazendo escândalo e agredindo Ana Maria. Seu Antonio não pôde reagir. Leonardo acoossara-o com um revólver e expulsara-o, advertindo que, se aparecesse por lá outra vez, o furaria de balas e, antes cotaria para quem quisesse ouvir que seu Antonio vivia amasiado com uma bicha. “Uma bicha!”, gritava, e novamente desferira uma bofetada na cara de Ana Maria. (RIOS, 2005, p. 82).

Aparentemente havia no consciente de Ana Maria uma confusão em torno de suas relações afetivas. Ela demonstrava certa naturalização às relações abusivas que vivenciava, inconscientemente aceitando a violência como resposta a desaprovações dos homens para consigo. Questão que se observa no trecho em que a mesma fala para Antonio a respeito de um de seus companheiros:

Está muito apaixonado... por isso parece um gângster... as pessoas quando amam demais e não são correspondidas, ficam assim... Ou com cara de mártires... ou com cara de assassinos... capazes de tudo... E ele seria capaz de tudo... Hoje eu não quis,

sabe... não estava disposta a certas coisas e... lá no carro dele... é muito desagradável, não acha? (RIOS, 2005, p. 57).

No decorrer da narrativa, também, somos levados a pensar que esta cena em questão, onde Ana Maria foge de seu companheiro e buscava ajuda no bar do Antonio, bem como, outras situações aparentemente abusivas em que ela se colocava eram como uma brincadeira para ela, algo dramatizado e provocado por ela mesma e não realmente um caso de violência. Porém, estas colocações nos são apresentadas pelo doutor Barbosa, homem que em certo momento cultivou intenções para com ela, sendo assim, somos sujeitados a inúmeras interpretações de Ana Maria.

É possível, por exemplo, pensar que a rejeição ao afeto de Antonio por parte de Ana Maria também se dava como um mecanismo de defesa: a mesma foi compulsoriamente levada a acostumar-se com relações limitadas e não se permitia algo além, como também poderia ser apenas uma escolha consciente sua não querer se envolver afetivamente com alguém.

Meio a certa ignorância de Grandão e Antonio, temos conhecimento sobre algumas particularidades de Ana Maria. O primeiro em certos momentos demonstra desinformação, por exemplo, chamando Ana Maria de bicha, e o segundo reforça a ideia patológica que rondam as pessoas *trans*, como no discurso demarcado:

Ana Maria tinha certos cuidados e escrúpulos! – Admirou-se Grandão, impondo na voz uma surpresa. – Claro! **Não fumava, não bebia, não tomava tóxico, como a maioria das mulheres, e ... – Bichas, pode dizer.** (...) Ela não tinha vícios. **Era apenas uma coitadinha que nasceu errada** (RIOS, 2005, p. 85, grifos nossos).

Em um diálogo situado na boate onde Ana Maria revela a sua identidade para Antonio Pereira, a mesma manifesta os motivos pelo qual não pretendia prosseguir com o relacionamento:

Quer que eu case com ele. –Casar?! Como?! –Ora! Que eu vá viver com ele. Não quer que eu seja artista... que eu frequente mais boates... Diz que me dará tudo... Ele é podre de rico, mas... **Não é um homem de verdade...** é um frouxo!” (RIOS, 2005, p. 122, grifo nosso).

Ana Maria inconscientemente reproduz um conhecido discurso já naturalizado em torno do “homem de verdade”, e nos faz refletir a respeito dessa problemática, do que é de fato ser um “homem de verdade”. Visualizamos essa questão de forma mais explícita em outro trecho onde Grandão se encontra com uma conhecida de Antonio para interrogá-la.

Neste diálogo se explicita um discurso patriarcal na fala do narrador, um pensamento enraizado no imaginário masculino, no qual o homem precisa ser e agir quase como um animal para ser respeitado. Também podemos observar nos trechos grifados um aparente imaginário de posse e um questionamento da índole feminina:

Era bonita. Bem-apanhada. Tipo das que nunca deixariam de ser adúlteras porque não lhes faltaria oportunidades e tentações, pensou. **Mulher é honesta quando tem um marido fioso e histérico, violento, brigão**, quer toda a semana e ensaia todo dia para alimentar sua erotomania, e **é capaz de deixar a mulher, se descobrir que foi traído em vez de matá-la. Sob esse medo de ser abandonada, a mulher fica presa com uma coleirinha de cachorro** no pescoço. Mas, quando o homem procura nas amantes o que poderia ter conservado na esposa, olhos atirados por cima do que não lhe pertence, sempre sonhando com aventuras, mesmo quando honesto, trabalhador e desculpado pelo cansaço da vida diária, **mesmo que lhe dê conforto, boa situação, pobre infeliz! Que galhos cria na cabeça!** O amor se conserva numa guerrilha na cama! (RIOS, 2005, p. 89, grifos nossos).

Do mesmo modo que se repudia um masculino com qualquer traço do feminino, ainda que os atributos subjetivos que asseguram a masculinidade sejam colocados em um pedestal pela sociedade dominante, também é repudiado ao homem o relacionamento com o feminino que possua qualquer traço dessa masculinidade hegemônica. Desta forma, essa discussão inevitavelmente nos direciona a pensar também em questões como homofobia³⁶ e transfobia.

A transfobia segue a mesma pragmática da homofobia, uma prática de violência e exclusão, porém, se tratando especificamente da comunidade de pessoas *trans* (pessoas transexuais e travestis). A transfobia se manifesta de forma explícita ou velada, não raramente se traduz como transfeminicídio, o homicídio de uma pessoa *trans*. Conforme expressa Liz Plank (2019, p. 44. Tradução nossa) “a transfobia é um exemplo notável de como atividades restauradoras da masculinidade podem se expandir a ponto de se transformar em violência ritualizada contra pessoas, para que outras provem algo sobre elas mesmas”.³⁷ De alguma forma, traços de feminilidade presentes em pessoas *trans* são entendidos pela sociedade cis-heteronormativa como uma invalidação da masculinidade, uma afronta ao masculino. E isso é muito problemático, ainda mais quando percebemos que ideias como essa são irracionalmente utilizadas como justificativa para barbáries.

É necessário que questionemos essa masculinidade única, esse sistema tóxico que aprisiona homens e mulheres. É preciso que se entenda também, que questionar o padrão hegemônico de masculinidade não é uma tentativa de criar um único padrão do que é “ser homem”, ou de retirar dos homens o direito de ser ou agir com atitudes que se enquadrem na ideia comum de “ser macho”.

³⁶ *Homofobia* é uma violação do direito humano fundamental de liberdade de expressão da singularidade humana, significa a repulsa ou o preconceito contra a homossexualidade e/ou em relação às pessoas que possuem relações homo afetivas, sejam entre homens ou mulheres. Essa repulsa ou preconceito pode se traduzir em violência simbólica (moral e psicológica) e até mesmo violência física.

³⁷ No original: Transphobia is a striking example of the way that masculinity-restoring activities can quickly escalate and become ritualized violence against others to prove something about themselves (PLANK, 2019, p. 44).

A discussão em torno dessa problemática se dá a partir do momento de que se assume apenas uma maneira de ser homem, quando, na realidade, existem várias masculinidades, assim como também existem várias formas de ser mulher. Conforme destaca Preciado (2014, p.23), não é necessária uma origem da dominação masculina e heterossexual para justificar uma transformação radical dos sexos e dos gêneros, de modo que não há uma razão histórica que possa legitimar as mudanças sucedidas e ou deslegitimar as mudanças em curso.

Compreender que existe uma masculinidade dominante que é um reflexo do patriarcado é apontar para o fato óbvio de que o padrão compulsório de masculinidade é prejudicial, sobretudo às mulheres, mas também um significativo problema para os homens.

No fortalecimento destes padrões idealizado e compreendidos como único caminho a seguir, reproduzimos gerações de homens que têm medo de não serem suficientemente homens, e mulheres que naturalizam os padrões projetados pelo masculino. Como potua Soler (2015, p. 245), de forma naturalizada, a mulher é constituída a partir de uma visão masculina que a olha e devolve uma imagem baseada nos atributos físicos, sem, no entanto, conseguir atingir o cerne da identidade feminina.

No recorte literário a seguir, observamos um padrão idealizado de feminino revelado pelo imaginário de doutor Lins que retrata essa colocação de Soler:

A primeira impressão era a que valia! O quanto **Ana Maria era bela!** Irresistível! Exuberante! Extraordinariamente atraente e suave! Tão **meiga**, tão **sensual**, tão **deslizante e ordinária!** Tão **cheia de classe e falsos pudores!** Era um verdadeiro **coquetel das mais descontraídas qualidades essencialmente femininas** (RIOS, 2005, p. 129, grifos nossos).

Barbosa Lins revela uma imagem idealizada do feminino, uma imagem demarcada pelo masculino hegemônico. Ele apresenta um conjunto de características que atribui à mulher um papel objetificado e de excessiva passividade. Nas palavras do personagem em diálogo com Ana Maria, percebemos também a presença de uma ideia naturalizada de domínio masculino sobre o corpo alheio, ao mesmo tempo, também conhecemos uma Ana Maria, forte e segura de quem é:

-Por que você não se castra? Consiga um especialista para tais transplantes, com uma troca entre você e uma de suas coleguinhas. – Seria mutilação! A menos que um transplante perfeito pudesse me transformar sexualmente! Então seria idiotice! Nada do que disse permanece como uma solução feliz. **Ser assim é o que conta!** De que me adiantaria ser uma mulher como as mulheres? Seria comum, vulgar! **Assim, sou eu que venço todos os dogmas e preceitos! É o que vale!** (RIOS, 2005, p. 131, grifos nossos).

Apesar de todas as adversidades da vida de Ana Maria, cada uma das personagens nos revelam uma mulher resiliente. Como destacado no recorte narrativo, pelo seu modo de ser e de viver a mesma delimitava a fronteira de quem podia lhe dizer o que ser/fazer, afinal “ser

assim é o que conta! Sendo assim, é que vence todos os dogmas e preceitos” (RIOS, 2005, p. 131). Por meio de sua reflexão, somos levados a pensar a realidade das identidades dissidentes em contraste com as pessoas que possuem uma identidade dita padrão:

E porque haveriam de me prender? Nem desconfiam. Se a ciência estivesse mais avançada, em vez de robôs, sputniks e transplantes estarem na vanguarda, criaturas como eu já teriam sido transformadas no que lhes convém, e seria de direito (RIOS, 2005, p. 130).

Evidentemente, não acompanhou meu raciocínio. As **criaturas intelectualmente definidas, concretizadas na profissão escolhida, tiveram o direito de escolher um ideal e trabalhar por um objetivo**. Subjetivamente, as **criaturas não escolhem o nome para serem batizadas, nem o sexo para registro; nascem o que são fisicamente, e assim são criadas. Psicologicamente definidas, profissionalmente realizadas, escolhem, muitas, um pseudônimo**. Conclua, daí, que, **contra a física, está a força psíquica do eu** (RIOS, 2005, p. 130, grifos nossos).

Talvez eu não saiba me explicar bem. Não falo com a cultura dos que vivem estudando a si próprios em exemplos arrancados dos livros de estudo. Apenas fico pensando na minha situação. Não que me desagrade ser assim, até que sou muito feliz! (RIOS, 2005, p. 130).

Em suas reflexões, Ana Maria pontua um fato determinante, o livre arbítrio é como um poder que se faz realidade apenas para algumas pessoas, e apenas em algumas circunstâncias. Seu argumento sintetiza uma questão crucial: as pessoas são mais do que atribuições ou características limitantes, porque contra a física ou noções essencializantes “está a força psíquica do eu” (RIOS, 2005, p. 130).

Se para as pessoas *cis*, os padrões condicionados a uma masculinidade hegemônica podem ser muito prejudiciais, podemos imaginar que no universo de uma pessoa *trans*, as manifestações do patriarcado podem agir de formas ainda mais nocivas. A mulher *trans* ou a travesti é encorajada durante a infância a performar um papel masculino idealizado. Quando a mesma se compreende e se reafirma enquanto pessoa transgênero, é natural que a mesma possivelmente queira ao máximo se distanciar daqueles atributos que lhe foram apresentados a vida toda como essencialmente masculinos. Assim, a consequência desta negação é uma possível tentativa de se enquadrar naquele padrão de feminilidade que foi também reforçada por um masculino dominante.

Em determinada passagem, o doutor Barbosa revela uma Ana Maria também afetada pela masculinidade hegemônica e não surpreendentemente coloca sobre ela uma culpa pelo agravamento de seu vício em drogas:

Ana Maria era uma mulher irresistível! Um perigo! Ela fazia, em si, tudo o que a mulher deveria ter e ser para dar a um homem sequioso de amor e carinho como eu estava. Por ela, meu vício agravou-se! Por causa dela! Primeiro, para ir na onda dela. Depois, porque não me queria. Com todo o meu dinheiro e tudo que lhe ofereci, **o que ela queria era amar. Encontrar um homem que chegasse a agredi-la, se descobrisse que ela não era mulher**. Mas que fosse na onda! Que não resistisse ao

fascínio dela. Ao seu amor. É muito complexo... **As emoções de Ana Maria dependiam de que ignorassem seu verdadeiro sexo.** Que a confundissem. Depois, quando desfeito o logro, passada a estupefação de homem conquistado, ela se afastava. Não queria mais. **Ela contava com deleite** como namorara um estivador no cais, e **como apanhara quando o homem descobrira que fora enganado. Aquele era homem de verdade, porque não a quis.** Ela sofria por isso, mas sentia prazer no próprio sofrimento e dizia, empolgada: **“Fui amada por um homem de verdade”** (RIOS, 2005, p. 111, grifos nossos).

Ana Maria tinha seus dilemas e indagações. Embora seus modelos de relacionamento possam ser compreendidos apenas como uma escolha pessoal, não podemos deixar de refletir a respeito de como Ana Maria também naturalizou essas relações que tenuemente misturavam deleite e desprezo. “Ela sofria por isso, mas sentia prazer no próprio sofrimento”. Nesta frase fica aberta a interpretação de que Ana Maria buscava um modo de lidar com suas frustrações afetivas, naturalizando algo recorrente em sua vida: “O que ela queria era amar”, mas não sabia como fazer, pois o amor não lhe foi apresentado como algo acessível e naturalmente alcançável.

O padrão de masculinidade fixado no imaginário de Ana Maria pode ser visto como um dos fatores responsáveis pelo modo como ela se enxerga e também enxerga os homens com quem se relaciona, este é um dilema refletido em seus relacionamentos. Há ainda outros trechos que retratam um comportamento peculiar de Ana Maria que podem ser entendido como seu próprio mecanismo de defesa:

Enfim, um homem bonito... **Seria capaz de me agredir, doutor?** –Agredir você?! Por quê? –Ora... **Se houvesse um motivo... Se... se acontecesse algo que o transtornasse...** se descobrisse que... (RIOS, 2005, p. 118). [...] um macho de verdade... **Eu quero um macho de verdade, entende? Um machão!** [...] Decepção-se! Vamos! Decepção-se! Venha me bater! Mate-me. **Mostre que é homem!** (RIOS, 2005, p. 119, grifos nossos).

Neste recorte, evidencia-se novamente a noção que Ana Maria tinha de masculinidade, também é passível de interpretação, a ideia de que Ana Maria sabia o que poderia lhe acontecer, e por esta razão agia com indagações e questionamentos peculiares, afim de captar algum comportamento que lhe revelasse perigo.

Ainda que possivelmente sem intenção, em diálogo com Magda, irmã de Ana Maria, Grandão demonstra certa sensibilidade e retrata o cenário delimitado para uma pessoa *trans* em uma sociedade predominantemente patriarcal:

Não me subestime, julgando que me tornei um cão de fila, sem sentimentos. Prometo que não escreverei nada que seja ofensivo, para gáudio do interesse público, por notícias repulsivas e difamatórias. Não usarei da crítica escabrosa e desmoralizadora. **Pense que ele era um artista, porque realmente era um grande artista. Veja tudo por esse ângulo.** Desapareceu porque falhou, e **artista do gabarito e da classe** do seu irmão, **não pode errar. Pense que ele desempenhou uma missão perigosa, pela qual pagou com a vida.** Errou no desempenho de umas de suas caracterizações; representou bem, mas **toda encenação se descobre, e a dele era a mais fácil de ser descoberta, um dia, por alguém que não aceitou o disfarce!** (RIOS, 2005, p. 149, grifos nossos).

Nos trechos grifados, metaforicamente, Grandão retrata uma realidade na qual pessoas são levadas a esconder-se por trás de “personas”, a performar um papel que não as representa e viver sob o medo, para assim, talvez serem aceitas.

Nestas complexas relações oriundas do fortalecimento de uma única forma de “ser masculino”, o resultado de todo este emaranhado de questões é uma sociedade na qual mulheres rivalizam com outras mulheres que porventura questionam estes padrões naturalizados, e homens são desencorajados a romper com estes mesmos padrões estruturais.

Finalizamos este tópico citando o diálogo entre Grandão e Barbosa Lins, que de forma simbólica retrata a questão do rompimento do masculino com a masculinidade tóxica, um ato possível, necessário e que exige acima de tudo autocrítica:

Você tem muito do que já foi. Olhe-se. Um ser independente! Desligado desde que lhe cortaram o cordão umbilical. Tem sua vida a parte e desordenada porque culpa um desastre, um acidente. As rosas não perderam o perfume e se tornaram fétidas, mal cheirosas, porque foram adubadas com esterco! **Ê só você querer e poderá dominar, em vez de se escravizar** (RIOS, 2005, p. 142, grifo nossos).

A ideia dominante e naturalizada do que é “ser homem”, foi socialmente construída, por esta razão, pode socialmente também ser repensada. Faz-se necessário que se discuta as relações de gênero, se desfragmentem os estereótipos, para que deste modo se consiga uma transformação necessária e inevitável, ainda que penosa.

Capítulo III

“Anas Marias”: a construção de um espaço para (re)existir

Evidentemente, não acompanhou meu raciocínio. As criaturas intelectualmente definidas, concretizadas na profissão escolhida, tiveram o direito de escolher um ideal e trabalhar por um objetivo. Subjetivamente, as criaturas não escolhem o nome para serem batizadas, nem o sexo para registro; nascem o que são fisicamente, e assim são criadas. Psicologicamente definidas, profissionalmente realizadas, escolhem, muitas, um pseudônimo. Conclua, daí, que, contra a física, está a força psíquica do eu (RIOS, 2005, p. 130).

O existir enquanto *trans* posiciona-se como uma dissidência não suportável na sociedade dominante. As mulheres transexuais e travestis são condicionadas a uma posição construída como subalterna. Os corpos *trans* são vistos como “o outro”, o que não comove, são “corpos de violência”. A mesma sociedade que não emprega estes “corpos diferentes”, que não os quer ver na luz do dia, é a mesma que os julga pela noite e os reduz à prostituição. Ainda que a prostituição também seja vista como “o trabalho mais antigo do mundo” e como uma opção digna para muitas pessoas, precisamos também entender que, para muitas mulheres *trans*, não se trata de uma opção, mas a única oportunidade de sustento. Na análise que se segue, entretanto, defendemos que, apesar de assassinada, Ana Maria resistiu ao lugar subalterno que a sociedade desejou lhe impor. No transvestir, no questionar e no acusar, encontra-se a resistência dupla da criadora, Cassandra Rios, e de sua criatura, Ana Maria, uma mulher “nada” diferente.

Sendo a violência de gênero uma consequência da desigualdade de gêneros, a prostituição se circunscrita também como um problema social, pois anda lado a lado com a exploração sexual, já que muitas das mulheres *trans* são submetidas às ordens de cafetões³⁸, não podem se dar ao luxo de escolher seus clientes ou escolher o dia de sair para a rua. Nessa perspectiva, este capítulo analisa *Uma mulher diferente* em diálogo com os conceitos de subalternidade e resistência direcionados para o existir *trans*. Refletiremos sobre a importância dos questionamentos da colonialidade do poder, compreendendo o valor da literatura no processo de possibilitar visibilidade a sujeitos, e ressignificar ideias e pensamentos.

3.1 Mulheres que se escondem: a subalternidade no existir *trans*

Vivemos uma realidade na qual os corpos dissidentes, a exemplo dos corpos *trans*, não são vistos com a mesma sensibilidade que os corpos tidos como padrão. Estes corpos não raramente, são reduzidos à erotização e, a partir disto, são desumanizados. Naturalizamos uma violência sistêmica³⁹, na qual ou se é visto como espelho do outro ou se vive uma realidade de inexistência. No não questionamento destas estruturas naturalizadas, se constroem

³⁸ Conforme pontua Pedro Durán (2019), cafetão é a pessoa que intermedia encontros para fins sexuais, esta “cuida” das meninas e suas respectivas agendas, o que implicam em relações complexas que envolvem o cuidado, mas também violências.

³⁹ “A violência sistêmica brota da prática do autoritarismo, profundamente enraizada, apesar das garantias democráticas tão claramente expressas na Constituição de 1988. Suas raízes, no Brasil, encontram-se no passado colonial. Ainda hoje, as manifestações da violência sistêmica são inúmeras, e o Estado tem se mostrado bastante ineficaz no combate à tortura legal e aos maus-tratos aos presos, bem como à ação dos grupos de extermínio” (DHnet - Direitos Humanos, *S.d*).

invisibilidades, e sujeitos são condicionados como subalternos⁴⁰, conforme Gayatri Spivak (2010), subalternas são as pessoas marginalizadas pertencentes a classes dominadas, tendo constantemente a impossibilidade de fala.

Pessoas *trans* e *travestis* foram historicamente colocadas em uma condição sociocultural de subalternidade⁴¹, entretanto, não são pessoas essencialmente subordinadas, muito menos subdesenvolvidas. De acordo com Beverley (2004, p.24), o subalterno é uma lacuna no conhecimento, que subverte ou derrota a suposição de conhecê-lo, sendo não uma categoria ontológica (não característico do ser), mas que designa uma particularidade subordinada, em um mundo onde as relações de poder são demarcadas espacialmente, ou seja, o subalterno possui um referente espacial, uma forma de territorialidade. Como salienta Spivak:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como um item respeitoso nas listas de prioridade global. A representação não definiu. A mulher intelectual como intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

A colocação de Spivak nos permite refletir sobre a ideia difundida do “empoderar”, do “dar voz”, salientando que ninguém fala por ninguém. A questão é que as pessoas que têm a possibilidade de fala devem conduzir à visibilidade dos sujeitos silenciados. Podemos compreender que todas as pessoas têm “lugar de fala”, mas falam de lugares sociais diferentes, e por esta razão devemos ter consciência das palavras que pronunciamos. É preciso não ignorar o fato de que “estar em silêncio” é diferente de “estar silenciado”. Nesta perspectiva, não podemos nos esquecer de que mesmo o silêncio pode representar resistência, pois até o silêncio fala.

O processo de exclusão e invisibilidade para as pessoas *trans* começa cedo. Como destaca Berenice Bento (2014a, p. 2), quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra a "natureza" e que deseja usar roupas e brinquedos que não são apropriados para seu gênero, a violência começa a se fazer presente. Geralmente, entre os 13 e 16 anos, estas fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira

⁴⁰ Spivak também nos leva a pensar nos recortes que devem ser feitos para compreendermos as distintas realidades subalternas que há em um mesmo grupo de indivíduos: “Se num contexto de produção colonial, o subalterno carece de história e não pode falar, o subalterno feminino está muito mais numa situação ruim. [...] Ademais, o fato de ser pobre, negra e mulher merece um triplo castigo” (SPIVAK, 2010, p, 76).

⁴¹ Na perspectiva epistemológica, subalterno significa apenas “o outro”, o inferiorizado. A ideia de Subalternidade como campo de estudo e como conceito em si foi ampliado por vários autores como Raymond Williams, Edward Thompson, Edward Said e Stuart Hall, Ranajit Guha e Gayatri Spivak. Partindo de Antonio Gramsci pensamos em subalternidade por meio das classes de trabalhadores rurais, operários, e grupos humanos que são excluídos e subordinados a uma hegemonia, e chegamos a pensar em pós-colonialidade, em realidades femininas, em refugiados e identidades dissidentes.

e a construção de redes de sociabilidade.

A circunstância de constante violência na vida de pessoas transexuais e travestis torna-se um argumento para a recorrente situação de subalternidade na retratação das protagonistas LGBTs na literatura brasileira, a exemplo de Ana Maria em *Uma mulher diferente*. Carlos Fernandes (2019) destaca que é marcante uma relação de mimetização ou de realismo na literatura LGBT+ com o que se verifica no âmago de sociedades patriarcais e heteronormativas. Essa perspectiva de representar fielmente a realidade faz com que as narrativas que apresentam protagonismos *trans* tragam também para o universo literário os conflitos vividos por estas pessoas marginalizadas na “vida real”, fazendo com que seja comum nestas representações a aproximação das personagens com a violência.

Especificamente em *Uma mulher diferente*, visualizamos a violência e um retrato da reação familiar com uma identidade dissidente. Conseguimos vislumbrar que existe um sofrimento mútuo, já que todas as pessoas do círculo familiar são atingidas, e por vezes a relação familiar sucumbe à ruína. Entretanto, as famílias tendem a sofrer por não aceitar essa dissidência, ou por não tentar compreendê-la. Existe uma preocupação muito evidente em questão de uma reputação moral, por outro lado, o indivíduo *trans* sofre pelo desamparo, pela angústia de não ter a quem recorrer. Essa situação é demarcada na relação de Magda com a irmã Ana Maria. A situação de ambas nos leva a refletir a respeito desta realidade: de modo geral, os familiares sempre se preocupam mais com o que a sociedade irá pensar, e menos com as dificuldades e necessidades de quem está enfrentando sozinha a delicada situação de se descobrir, de assumir seu “verdadeiro eu” frente a todas as adversidades.

No trecho a seguir, é perceptível a preocupação da irmã de Ana Maria para consigo e para o que dirão de sua família, há um certo egoísmo implícito em sua reação:

Quanto quer para não criar sensacionalismo em torno do caso? Eu posso pagar bem... contanto que não se fale muito a respeito... Estou noiva... vou casar... Isso poderia me prejudicar junto à família do meu noivo, entende? ... E... além disso... acima de tudo... não quero que falem tanto dele. Não é justo. Acima de tudo, é meu irmão! É a única razão! Ele era bom! **Uma criatura infeliz!** (RIOS, 2005, p. 94, grifo nosso).

Ainda que se contradizendo e negando o óbvio, a irmã de Ana Maria mostra-se insistente em negar a identidade da mesma. Parecia ignorar a vida de sua irmã, a tratava com certa cerimônia, ainda que houvesse carinho. Nas cartas, sempre se remetia a Ana Maria como seu “irmão Sergus Wallerstein”, reforçando a cada momento a inexistência de Ana:

Por que, morando na mesma cidade, me limitava a escrever, não é isso? Muito bem, porque não entendia... não entendia a espécie de vida que meu irmão levava. Não podia aceitar aquilo. Li muito a respeito. Na família dos outros é fácil entender, mas quando se trata do próprio irmão... bem... a coisa muda de figura... é difícil de aceitar... Por isso, fingia ignorar o que ele era e o que fazia. Entretanto, meu irmão sempre foi

muito meigo. (RIOS, 2005. p. 93).

Ana Maria possuía vários dilemas, e a relação tóxica com Magda lhe prejudicava muito. A irmã dizia lhe ter carinho, porém, a todo o momento renegava a sua identidade. Com o peso de se enquadrar aos padrões condicionados pela própria família, Ana Maria parecia viver com um sentimento de culpabilização e, assim, na perspectiva de reatar os laços familiares, prometia à Magda que iria mudar de vida. Como relata Magda ao detetive no recorte destacado:

Não. Infelizmente, não posso ajudá-lo. Nada sei que possa adiantar. Como disse, tenho vivido afastada dele, como se morássemos em cidades distantes. **Das cartas que escrevi para ele, a maioria não foi respondida, e as que respondeu só falavam de saudade, que ia mudar de vida, que, um dia poderia vir visitar-me sem que eu me envergonhasse dele.** Outras vezes, que eu precisava ser mais moderna e aceitar isso como algo inevitável (RIOS, 2005, p.93, grifo nosso).

Ana Maria, assim como muitas pessoas *trans*, não encontrava espaço sem julgamentos. Espaços que deveriam oferecer acolhimento e apoio, como a família, a escola, centros de saúde e centros religiosos, comumente são os lugares onde lhes é apresentada a repressão.

A sociedade dominante utiliza de dispositivos de poder para controlar o corpo que “transgride”. Ações ou atitudes corriqueiras nos mais diversos âmbitos sociais, como comentários, por exemplo, refletem mecanismos de poder que atuam sobre o corpo das pessoas com identidades dissidentes, especificamente sobre o corpo de mulheres *trans*. Esse cenário se faz representado também em *Uma mulher diferente*. Antonio tem conhecimento da identidade de Ana Maria depois de ouvir comentários maldosos sobre a mesma em uma boate em que ela se apresentava:

-Essas não são tão perfeitas quanto Ana Maria... **Não parecem mulheres!** Não acho que parecem! Você acha? – **Ana Maria é mais parecida. Sabe vestir-se. É uma mulher perfeita e linda... Pena que não é mulher mesmo... Esse homem deve sofrer muito por ser assim...** Como homem, naturalmente deve ser uma coisa nojenta... [...] Seu Antonio arquejava. Não podia crer! Mas era verdade. Mas ouvia! E via! Agora, os comentários não deixavam dúvidas. Ela era ele!!! (RIOS, 2005, p. 75, grifos nossos).

O trecho destacado caracteriza uma realidade na qual mulheres *trans* precisam se adequar a padrões hegemônicos para garantir sua passabilidade, ou seja, não sofrerem explicitamente o preconceito, ainda que, de todo modo, terão sua feminilidade questionada.

Conforme expressa Don Kuklick (2008, p. 47), a violência é o eterno pano de fundo de suas vidas. Embora vivenciem habitualmente as expressões reconhecidas como do gênero feminino, como uso de maquiagem, acessórios e corte de cabelo, muitas das *trans* não conseguem ser lidas como mulheres, quando ser apresentam a luz do dia o preconceito fica ainda mais evidente. “Elas sabem que, a qualquer momento, podem tornar-se alvo de agressão

verbal e/ou violência física por parte daqueles que se sentem ofendidos pela simples presença de travestis [...]” (KULICK, 2008, p. 47).

Refletir as desigualdades e a posição condicionada como subalterna das pessoas *trans* implica em pensar também em interseccionalidade. Interseccionalidade é um conceito proposto por Kimberlé Crenshaw, e teorizado por várias teóricas, como por exemplo, Angela Davis. Conforme apresenta Sandra Sousa:

O conceito se propõe a pensar na sobreposição de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Um indivíduo oprimido, tal como uma mulher negra vivencia simultaneamente múltiplas formas de opressão (gênero, raça e, na maioria dos casos, classe social); assim como os sistemas de opressão transcendem identidades singulares. (SOUSA, 2013, p. 4).

Conforme expressa Sousa, grosso modo, podemos compreender que uma perspectiva interseccional significa lutar contra todas as formas de opressão e exploração. Ainda que um indivíduo não experimente todas as formas de opressão, em algum momento a opressão vivenciada por um indivíduo se cruzará com a opressão vivenciada pelo outro, sendo assim, há uma relação entre estas, não há como combater uma forma de opressão e se abster sobre outra.

Devido à densidade das questões, se faz necessário um olhar interseccional, pensar de forma articulada em raça, gênero e classe, para que compreendamos que as mortes LGBTs, em específico de pessoas *trans*, não se tratam de violências esporádicas, de um ou outro caso específico.

Existe um histórico, uma legitimidade assegurada da violência, um sistema que, de forma por vezes implícita, coloca uma cor sobre outra ou uma classe dominante sobre outras. É necessário que se faça recortes, que compreendamos que, dentro de uma pauta, há fragmentações, questões que se entrelaçam e se correlacionam. Conforme destaca Megg Rayara de Oliveira (2017, p.51), o racismo e a homofobia, por exemplo, não se apresentam e operam na vida das pessoas da mesma maneira e na mesma intensidade, e raramente acontecem de forma simultânea. Supõe-se que, na vida de algumas pessoas, o racismo pode ter um peso maior; assim como a homofobia na vida de outras. Tais problemáticas nos direcionam a refletir a questão do ato de existir enquanto *trans* no Brasil.

Utilizamos como exemplo metafórico as personagens de *O travesti e Uma mulher diferente*. Diferentemente de Jaqueline, do romance de Adelaide Carraro, apresentado no capítulo 1 desta dissertação, Ana Maria transita em uma classe social mais favorecida, é branca e com uma boa condição financeira. Sua realidade financeira é apresentada no trecho em que Grandão tem um momento de epifania ao vislumbrar a história da mesma:

Queria saber da vida de Ana Maria, e seus detalhes peculiares. Aquela casa, o luxo,

as joias, a conta bancária, a profissão de Ana Maria, a própria Ana Maria e seu modo de viver, a morte de Ana Maria! Era um caso apaixonante, embora o revoltasse de certa forma (RIOS, 2005, p. 22).

As particularidades destacadas, sem dúvida, privilegiam Ana Maria em determinados lugares, tendo em vista um Brasil que tem um histórico de racismo estrutural e desigualdades sociais latentes. Entretanto, podemos também perceber como a posição privilegiada de Ana Maria não a livra da mesma realidade de quase inexistência de Jaqueline, também branca, porém, sem recursos. Entre as duas há um marcador que as diferencia: a classe social. Entretanto, ambas, Ana Maria e Jaqueline, ainda que tratadas de formas diferentes em alguns espaços, de modo geral, são reprimidas socialmente e condicionadas a uma posição subalternizada enquanto pessoas *trans*.

Conforme pontua Boaventura de Sousa Santos em seu termo-conceito de “pensamento abissal”, “tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceita de inclusão considera como sendo o outro” (SANTOS, 2009, p. 23-24). Podemos considerar as pessoas *trans* como sujeitos posicionados no lado das inexistências de uma linha abissal, que divide, que delimita e invisibiliza pessoas. De modo, que a insurgência destas pessoas radicalmente excluídas e posicionadas na inexistência, ainda que sem a intenção, confronta as pessoas do outro lado dessa linha.

Como destaca Guacira Lopes Louro (2000, p.21), a partir do momento que várias identidades divergentes emergem publicamente, como as travestis e as transexuais, inevitavelmente, evidencia-se também a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais, o que mexe nas estruturas sociais compreendidas como fixas. Por isso, também há a repressão:

A sexualidade "é tecida na rede de todos os pertencimentos sociais que abraçamos", como lembra Weeks (1995, p.88), ela não pode ser compreendida de forma isolada. Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual e esses vários marcadores sociais interferem na forma de viver a identidade sexual; eles são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade. Temos, pois, que concordar com a afirmação de Weeks de que a emergência dessas "identidades sexuais de oposição" (como ele as denomina), "coloca em questão a fixidez das identidades herdadas de todos os tipos, não apenas sexual". Para os grupos conservadores tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos, valores e "modos de vida" ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe (LOURO, 2000, p. 21).

Os grupos dominantes fortalecem e disseminam, ainda que de forma mascarada, uma violência sistêmica que condiciona à morte estes corpos que transgridem a “norma”. Pessoas são violentadas e mortas unicamente pelo que são; são julgadas não pelo que fazem, mas, sim, por não corresponderem aos pressupostos de masculinidade e/ou feminilidade que indivíduos

estipulam como ideal. Tal violência demarca-se como *transfeminicídio*: “expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque, além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente” (BENTO, 2014a, p. 51).

É alarmante o fato de que o Brasil está posicionado entre os países que mais matam e violentam pessoas *trans* no mundo. Como são raras e/ou inexistentes as políticas públicas voltadas para essa realidade cruel, o acompanhamento dos crimes e repercussão dos mesmos são realizadas por ONGs e ativistas que se propõem a escancarar estas mazelas. Segundo pesquisa da ONG Transgender Europeu (TGEU, 2016), entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2015, dos 2.016 assassinatos de pessoas *trans* e ou envolvendo dissidências de gêneros em 65 países do mundo, mais de 1.500 foram registrados na América Central e do Sul, sendo a lista liderada pelo Brasil com o total de 802 mortes.

Para Berenice Bento (2014a, p. 33), parece haver uma ritualização dessas mortes. Não basta um tiro fatal, ou uma facada precisa ou um atropelamento definitivo. Os corpos são mutilados, para além da violência física, também com uma violência simbólica: “A pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais” (BENTO, 2014a, p. 33). No diálogo de Grandão com Tilica, também encontramos nas entrelinhas a questão da naturalização da morte de pessoas à margem. A morte de pessoas *trans*, de lésbicas, gays e outras identidades dissidentes, é tão recorrente que acaba por ser banalizada. Essa realidade cruel nem sempre causa revolta, como deveria:

Mas... Porquê? Porque mataram ela? Porquê – gaguejou, sem conseguir chorar, tal o choque que tomara. Grandão bateu de leve com a mão nos joelhos ossudos da velha:
- Coisas da vida vovó. Não há mais solução (RIOS, 2005, p. 38).

Ao matar o sujeito, matam-se também seus saberes. Sujeitos ausentes significam conhecimentos ausentes, de maneira que uma morte como a de Ana Maria não é apenas uma morte, é também um atentado simbólico, um atentado que diz em letras garrafais: “a razão de sua morte é a sua existência”. É possível atentarmos para uma realidade complexa na sociedade brasileira atual: o cruel passou a ser naturalizado. É visível, ainda que não tão cristalino para todas as pessoas, que há algo na estrutura social que condiciona sujeitos para caminhos que poderiam ser evitados, mas preferimos a ignorância porque é mais cômodo, ainda que, no fundo, a realidade nos incomode. Grandão, de certo modo, representa bem esta parcela social, como demarcado no trecho a seguir:

Dentro dos seus sentimentos o que ele **deveria** fazer era **lavar as mãos**, bater uma na outra, como a sacudir poeira, e ir dormir e sua macia cama, **esquecendo que existam**

criaturas como Ana Maria, que iam acabar flutuando nas águas barrentas e fétidas de um rio (RIOS, 2005, p. 20, grifos nossos).

Refletindo a história e o desfecho de Ana Maria, Grandão começa a questionar-se e de certo confrontar-se também, buscando um caminho mais cômodo de reflexão, como destacado:

Nunca conseguiria se embrenhar pelo campo da psicologia, sem terminar com dor de cabeça, pois **tinha de acabar sempre desculpando os defeitos e perdando os erros de todas as criaturas, e isso era perigoso**. Muito perigoso! Tanto que preferia pensar que a criatura tinha apenas duas coisas a discutir: **o que poderia fazer de mal para ser julgada e punida, ou o que poderia praticar de bem para ser respeitada e honrada** (RIOS, 2005, p. 20, grifos nossos).

Contrariando os julgamentos de valores pré-estabelecidos na sociedade hegemônica, ainda que reforçando indiretamente a ideia de que é necessário provar ser bom para se ter honradez, Tilica, uma mulher também “diferente”, utiliza Ana Maria como parâmetro para estimar Grandão: “O senhor também é bom... bom como Ana Maria...” (RIOS, 2005, p. 43). E assim, por meio de elogios, nos apresenta mais uma face de Ana Maria: “Cada um no seu lugar! Ah! Dona Ana Maria é a melhor moça do mundo!” (RIOS, 2005, p. 33). Também podemos interpretar a colocação de Tilica como uma ruptura com a ideia estanque de gênero, enraizada nela mesma. Em sua comparação, a senhora revela também um olhar humano, um olhar para além da identidade de gênero que a mesma não compreendia.

A senhora Tilica, sem maldade intencional em sua fala, reforçando que Ana Maria continuaria Ana Maria em seu imaginário, como sempre foi; também revela um pensamento decorrente da desinformação presente na sociedade comum, o discurso de *patologização* das dissidências de gênero:

Pobre Ana Maria! Eu só vou lembrar dela como se fosse mulher, mesmo. Não consigo pensá doutro modo. Era por isso que ela tinha um olhar tão triste... Porque Deus fez ela errada. Porque não era o que gostaria de ser, de verdade. Uma mulher! Mas que coisa! Que coisa! (RIOS, 2005, p. 43).

O caminho da desconstrução, da reflexão é realmente difícil; usando as palavras de Grandão, é “perigoso”. Corremos o perigo de nos ver confrontados e de perceber que o que tínhamos como certo talvez não seja a única resposta possível, ou que a nossa verdade não é imutável. Podemos compreender também, que algo em nossa estrutura social faz com que pessoas sejam punidas sem julgamento, sejam julgadas sem razão, ou ainda, que é inaceitável alguém precisar nos dar algo em troca, provar algo, para então ser vista como humana, para ser digna de respeito.

3.2 A decolonialidade do poder e a criação de espaços de resistência

Para pensarmos na literatura enquanto potência de criação de resistência e de ressignificações, recorreremos ao conceito de decolonialidade do poder⁴². A noção de colonialidade do poder⁴³ reflete na própria colonização do continente americano e as marcas deixadas no Brasil.

Na colonização do continente americano se estabelece, por exemplo, a ideia de raça, uma questão que ainda hoje está inscrustrada nos dilemas brasileiros. O colonizador europeu começou a conotar raça como um “dispositivo de poder” para dividir pessoas, associando, também, raça à divisão de trabalho, e delimitando com este termo os conquistadores e conquistados. Como destaca Quijano (2005, p. 113), a partir de então, se impôs sistematicamente no continente americano uma divisão racial do trabalho com algumas particularidades: índios foram confinados na estrutura da servidão, e os negros reduzidos à escravidão.

A dominação colonial delimitou a geografia universal, tornando a Europa o modelo e eixo central para o mundo. Conforme Quijano (2005, p. 122), a única categoria com a possibilidade de ser reconhecida como o “outro” da Europa, do Ocidente, foi o Oriente. Ainda que este “outro” não seja reconhecido como semelhante ou equiparado, recebe o reconhecimento de ser um “quase”, tendo regalias não permitidas aos “índios” da América ou aos “negros” da África, estes indivíduos eram vistos apenas como primitivos, e por essa razão, não tiveram o privilégio de ter suas culturas preservadas.

A história do poder colonial na América teve implicações decisivas para o futuro da identidade dos povos pertencentes a este território. Conforme destaca Quijano, (2005, p. 127), pessoas foram despejadas de suas identidades, tendo fragmentadas suas singularidades, e assim tendo de assimilar uma nova identidade com uma carga pesada de inferioridade.

Portanto, a ideia de raça é um marcador que acaba por limitar e delimitar corpos à servidão e escravidão. É uma herança da dominação colonial que ainda se faz refletida no padrão de poder hegemônico.

Outra circunstância que se infundiu no poder colonial foi a noção de dualismo corpo/alma, que implicou também nas relações sexuais de dominação:

O lugar das mulheres muito em especial o das mulheres de raças inferiores, ficou

⁴² A ideia de “Descolonização” remonta para um ato de superação do colonialismo, a noção de “Decolonialidade” por sua vez, difere-se desta, indicando a ideia de transcendência da colonialidade.

⁴³ A colonialidade de poder, teorizada por autores como Aníbal Quijano e Walter Mignolo, corresponde a uma forma de poder que não terminou com o fim do colonialismo, e que, por consequente, imperou nas sociedades pós-coloniais e se faz presente ainda nos dias atuais.

estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza (QUIJANO, 2005, p. 129).

De maneira desumanizada, pessoas, sobretudo mulheres, foram objetificadas, vistas apenas como corpos “sem alma” ou objetos de prazer. Pautada nessa mesma ideia, na inconcebível noção de que o negro não era ser humano, a própria escravidão foi barbaramente legitimada.

Fazendo um paralelo com as dissidências sexuais e de gênero no Brasil atual, enxergamos a colonialidade do poder muito latente. Pessoas *trans*, de forma generalizada, não são enxergadas por parte da sociedades dominante como “seres com alma”, comumente, não são vistas como semelhantes. De forma generalizada, o corpo *trans* é visto como o corpo que não comove da mesma forma que o corpo *cis*, é visto como inferior, não causa empatia. Poeticamente poderíamos dizer que as identidades dissidentes estão para o padrão *cisnormativo*, como a América⁴⁴ estivera para a Europa.

A colonização não está baseada apenas no físico, no poderio bélico e invasivo, mas também no simbólico. Como demonstra Fanon:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34).

Como salienta Fanon, no processo de colonização, o colonizado passa a constituir-se e enxergar-se por meio do olhar do outro, do colonizador, de maneira, que estes valores passam também a moldar a subjetividade desses povos colonizados e subalternizados.

De forma sucinta definimos a colonialidade do poder como mecanismos de controle da subjetividade de um povo, dentre os quais destacamos a criação do termo raça e a hierarquização de pessoas pela mesma razão. Estes são marcadores de poder que legitimam um sistema e interferem na construção identitária de todo um povo.

O domínio colonial deixou marcas em todo continente americano. Interferiu na subjetividade de pessoas e incrustou concepções que nos direcionaram à violências, por

⁴⁴ Especificamente a América Latina, que por muito tempo ainda ocupou um lugar de desprivilegio com relação a parte da América do Norte. América Latina corresponde a uma divisão muito mais política do que físico/geográfica. Tecnicamente abarca 20 países do continente Americano que possuem em comum, uma língua e/ou cultura enraizada no Latim, a exemplo da língua espanhola no México e língua portuguesa no Brasil.

exemplo, o racismo estrutural⁴⁵ bem como, o fortalecimento de discursos misóginos⁴⁶ e sexistas⁴⁷. Os pensamentos coloniais enraizados limitam pessoas inferiorizadas as suas realidades subjetivas.

Além de todo o processo custoso de autoafirmação e luta contra pensamentos fixados em seus imaginários pela colonialidade do poder, as pessoas inferiorizadas precisam ter força para confrontar parte da sociedade que insiste em deslegitimar suas lutas e até mesmo suas existências. Existe um ponto em comum na luta das minorias políticas por reconhecimento, como destaca Berenice Bento (2014b, p. 179), pessoas negras, mulheres e LGBTs tiveram que disputar visões e projetos de humanidade. O que nos leva também a refletir: “Qual corpo tem direito a adentrar na humanidade?”.

Existe em nós, enquanto sociedade brasileira, uma política naturalizada de olhar para o outro que não se assemelha a nós como inferior. No Brasil atual, isso está cada vez mais evidente, principalmente quando falamos em política de ódio contra pessoas LGBTs. No âmbito público, ironicamente predomina o discurso de que todas as pessoas são iguais e merecem respeito, mas no âmbito privado, e muitas vezes não só nele, evidencia-se, que esse respeito é apenas para quem tenha “a nossa cor, a nossa religião e a nossa sexualidade”.

A sociedade brasileira tem o hábito do esquecimento, esquece-se da sua história, de seus verdadeiros heróis, da sua própria cultura, esquece também das suas derrotas e conseqüentemente não aprende com seus erros. Nós, enquanto sociedade brasileira, também não temos o hábito de falar coletivamente do nosso passado, de falar dos nossos problemas e de nossas feridas não cicatrizadas. Nesse ponto de vista, se faz muito pertinente o apontamento de Quijano (2005, p. 130) a respeito do efeito colonial sobre nós, fomos conduzidos a aceitar uma imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

Epistemologicamente, o pensar decolonial se fundamenta no questionamento e

⁴⁵ O Racismo estrutural é um sistema de desigualdade racial, é a formalização de um conjunto de práticas culturais, históricas e ou institucionais que reflete na disparidade entre pessoas no âmbito social, colocando um grupo social ou étnico em posição subalternizada.

⁴⁶ Misoginia corresponde a um sentimento de aversão patológica pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental de desprezo, aversão de ódio pelo outro gênero.

⁴⁷ O Sexismo diz respeito a discriminação sexual ou objetificação de um grupo de pessoas em razão de sua identidade (étnica, racial ou gênero).

rompimento com as condições impostas por uma dominação opressora e colonizadora. Conforme discorre Thais Colaço (2012, p. 8), o pensamento decolonial reflete sobre a colonização como um evento de rupturas, não no intuito de superar o ocorrido pelo momento pós-colonial, mas como um ato de luta constante, de provocação de insurgências e transgressão.

Propor uma reflexão em torno de colonialidade e decolonialidade é propor um olhar à novas epistemologias, à possibilidades de reconstrução de histórias invisibilizadas, bem como, linguagens e conhecimentos desprestigiados. Conforme destaca Walter Mignolo em “La opción descolonial” (2008), pensar em uma proposta decolonial, é refletir e atuar em várias formas epistemológicas complementares e paralelas aos movimentos sociais que se movimentam à margem das estruturas de poder.

Nesse sentido, é determinante pensarmos também que o poder produz o saber⁴⁸, não só o produz como também delimita epistemologias. As relações de poder se dão na constituição de um campo de saber. Sendo assim, saber e poder coexistem relacionados. É a partir do momento que pessoas subalternizadas tomam poder de suas verdades que se produzem novos saberes e novas perspectivas.

Em uma perspectiva de contestação, de identificar e subverter ainda que parcialmente problemas enraizados, pessoas socialmente colocadas como subalternas paulatinamente começam usar a arte como ferramenta de poder. Do ponto de vista decolonial, a voz capaz de amordaçar a repressão, é a voz dos próprios reprimidos, são as epistemologias das margens, pensada pela e para as margens que faz da resistência novas realidades.

A *resistência*⁴⁹, por vezes compreendida como ato de resistir ou como propriedade de um corpo que reage a uma ação de outro corpo, é também um termo cada vez mais presente nas discussões acadêmicas, mas que ainda se encontra em construção teórica. Comumente nos remete à luta, a união de grupos subalternizados e às movimentações sociais em prol da subversão das estruturas de poder. Conforme acrescenta Federico Lorenz (2015, p. 15), “pensar as resistências historicamente, então, é ao mesmo tempo, estudar projetos e identidades na história e imaginar os nossos na atualidade. [...] Então um sinônimo de ‘resistência’ é ‘futuro’”. Pensar em resistência, portanto, é pensar em manter-se firme, trilhando um caminho árduo em

⁴⁸ “A colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhe são próprias”. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3).

⁴⁹ Outro termo bastante aparente nas discussões acadêmicas e também associado à resistência é o termo Resiliência, conforme Daniel Silveira *et al.* (2008), este termo é compreendido como a capacidade do ser humano de enfrentar, sobrepor-se e ser fortalecido por experiências de adversidade.

busca de avanços.

Ainda que seja necessário o ato físico e políticas públicas concretas para garantir equidade⁵⁰ a todas as pessoas, o fazer simbólico tem sua importância nesse processo. A decolonização de pensamentos também pode acontecer por meio da arte.

A partir da leitura de Boaventura de Sousa Santos (2007), chegamos à conclusão de que as artes, especificamente a literatura, podem ser um dos meios para a reflexão, potencialização e abertura à alteridade⁵¹. Podemos pensar essa construção a partir da ideia de uma ecologia de saberes que se constitui no reconhecimento da pluralidade epistemológica do mundo para confrontar a narrativa monolítica que nega determinadas existências.

Reconhecendo que o mundo não é monolítico, e que há uma pluralidade de saberes, por meio de interlocuções e diálogos podemos compreender que, do mesmo modo que existe a violência e a repressão em diversos âmbitos, há também a resistência, e esta se encontra na música, na dança e no texto poético.

Esses corpos que sofrem violência, que são condicionados a uma realidade de inexistência, conseguem se fazer resiliente e criar espaços de sobrevivência, utilizando como meio discursivo a arte, o texto. O fazer artístico, por vezes visto como um saber menor, tem muito valor e consegue agir como um instrumento de libertação, de construção de conhecimentos. A arte, o texto, a música e a festa cumprem uma função de potência, resignificando palavras e ações.

A violência também está na ordem dos discursos, da representação. Deste modo, a subversão das narrativas, das representações e dos discursos é também uma maneira de impulsionar novas crenças e mudanças. Conforme destaca Bourdieu (2010, p. 14-15) “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia”.

É nessa perspectiva, que vozes emergem dos “submundos” nos confrontando e nos fazendo enxergar, quer queira quer não, que pessoas “diferentes” existem e que o país que mais mata LGBTs no mundo⁵² é também o país que tem uma das maiores manifestações LGBTI+

⁵⁰ Equidade consiste na virtude de quem ou do que manifesta senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos.

⁵¹ Alteridade é um termo bastante presente no âmbito da filosofia e na antropologia. Grosso modo, compreende o que é outro, que tem um caráter de diferença, sendo assim, alteridade pode ser compreendida como o reconhecimento das diferenças entre os indivíduos, bem como, o respeito a estas diferenças.

⁵² Relatório aponta que 331 pessoas *trans* ou com gêneros diversos foram mortas esse ano (2019). A maioria das mortes catalogadas aconteceram no Brasil, totalizando 130 mortes, enquanto México totalizou 63 e Estados Unidos 30 (WAREHAN, 2019).

do mundo⁵³, que o mundo é diverso e está sendo reescrito a partir dessas diversidades, que, por meio da festa e do orgulho também se produz epistemologias e que há subversão também por meio da alegria.

A literatura se apresenta, neste sentido, como potência de manifestação decolonial, realidade que se faz concreta, por exemplo, no *Slam*. Também chamado de batalha de poesia e poesia da periferia, o *Slam* é uma manifestação artística e literária que relaciona a produção escrita de poesia com a poesia falada e performática, essa poesia se desenrola na estrutura de um duelo entre duas pessoas.

Na literatura do *Slam*, pessoas outrora marginalizadas, em sua maioria jovens, encontram na poesia um espaço de resistência, gritam suas realidades e as mazelas que os cercam, e por meio desse ato, ainda que inconscientemente, produzem reações. A literatura visibiliza o que foi construído como inexistência, e é nesta perspectiva que pensamos no texto como uma potência para transformação.

A representatividade literária é significativa no sentido de possibilitar ressignificações de subjetividades e rompimento de ideias naturalizadas, possibilitando ainda a mudanças de perspectivas e percepções do mundo, principalmente por parte das pessoas que cresceram sem reflexo e com imposições de barreiras limitantes.

A literatura tem um valor social e poder simbólico. Como retratado por Bourdieu (2010, p. 14), o simbólico tem o poder de constituir o concreto pela enunciação, de fazer ver, crer, de transformar a visão do mundo e a ação sobre o mundo. É nesta ótica que *Uma mulher diferente*, aparentemente um romance policial despretenso, se mostra tão significativo e poderoso, ao dar protagonismo não a apenas uma mulher diferente, mas a várias mulheres diferentes, como a senhora Tilica, a Marcela, e Ana Maria. Estas mulheres e suas realidades não são apenas invenções literárias, por meio do texto elas vivem e revivem, e fazem com que outras pessoas vivenciem dialeticamente seus dilemas, levando, para fora do universo narrativo, suas questões, e, por consequente, provocando reflexões fora dele. Assim como o romance nos impulsiona a pensar nos homens desse universo, que são comuns também fora dele.

Estas particularidades fazem com que essa narrativa, criada na década de 1960, dialogue

⁵³ “Lésbicas, gays, bissexuais e pessoas *trans* sofrem violências em diversos níveis no Brasil. De acordo com o grupo Gay Bahia, entre janeiro e maio de 2019, 141 LGBTs foram assassinados em ataques homofóbicos ou cometeram suicídio motivados pela homofobia” (KAISER, 2019). Paradoxalmente, São Paulo recebe anualmente uma das maiores paradas do orgulho LGBT+ do mundo. Conforme destaca o The Guardian (2014) a maior parada LGBT+ do mundo no ano de 2014 ocorreu em SP. Outro fato é que o Rio de Janeiro é conhecido como um destino turístico para pessoas LGBTs, o que mostra que, assim como há a repressão também existe resistência no Brasil.

também com realidades do Brasil de 2020. O másculo Grandão; o honesto Antonio Pereira; o complexado doutor Barbosa Lins; Tilica, a singela catadora de papel e a exuberante Ana Maria, são um misto de tudo que forma a sociedade brasileira. Por essa mesma razão, não é difícil se identificar com algumas das personagens e com uma das tramas deste romance.

A obra nos permite enxergar um elemento que atravessa a realidade de todas estas personagens, e também atravessa a nossa realidade brasileira: a violência. De forma literária, a narrativa apresenta, por exemplo, a violência de classe através da realidade da senhora Tilica, assim como a violência de gênero, mais latente na realidade de Ana Maria e dos personagens masculinos.

Embora não exista um contrato literário em promover reflexão ou mudança social, a literatura de Cassandra Rios, por meio de sua escrita objetiva e realista, não nos permite a inércia. De algum modo nos provoca uma reação. Esta não nos apresenta nenhuma resposta às questões apresentadas, assim como não delimita uma única interpretação do todo. Como destaca Rick Santos na apresentação crítica de *Uma mulher diferente* (2005, p. 12):

Ao acompanhar o detetive Grandão em suas investigações, mais que a resolução de um caso isolado de violência, o (a) leitor (a) descobre um mapa que revela a existência de uma comunidade de resistência que convive, paralela e despercebida ao olhar da sociedade.

Nas entrelinhas do texto, é possível absorver mensagens que têm um valor simbólico, um *locus* de representação. Ana Maria não é só uma mulher diferente porque é uma mulher *trans*. É diferente também porque resiste, vive suas singularidades, sua identidade de gênero e sua sexualidade em meio a uma sociedade que não a tolera pelo mesmo motivo. É diferente, pois, mesmo tendo tantas negações em sua vida, não se negava ao mundo, e por esta razão conquistava pessoas singulares como Tilica. As palavras de Ana Maria carregam uma força: “contra o físico, está a força psíquica do eu”. Ainda que estas possam passar despercebidas, podem também causar atravessamentos e possibilitar insurgências. Uma frase simples para muitos pode transformar a subjetividade de alguém, que espera apenas um texto como esse para se apoderar de discursos como este:

Eu sou produto da natureza! Podem examinar-me toda, psicologicamente, dissecar-me, e que vantagem haverá? Não encontrarão o que me faça assim, pois está na vontade que nasceu comigo! Poderão dizer que tenho hormônios femininos em excesso, que apenas entre as pernas sou uma aberração da natureza, porque no resto sou uma mulher perfeita! [...] Não sou mesmo uma mulher? Uma mulher diferente? (RIOS, 2005, p. 132).

Como todo texto literário, a vida das personagens e a identificação com as mesmas dependem de seu receptor. A sensibilidade e entrega do leitor vai ditar o efeito que causará *Uma mulher diferente*. Ao final, sua leitura pode propagar resistências, promover ações, ou

apenas um suspiro. E essa é a magia da literatura, pode nos levar a lugares inimagináveis, ou nos dar caminhos para lugar nenhum.

TRAÇADOS FINAIS

Conforme abordado no capítulo I, a literatura sempre se mostrou uma importante ferramenta para representação de realidades invisibilizadas, fazendo-nos viver dialeticamente problemas e realidades que desconhecemos. O valor social da literatura se mostra potente em obras como *Bom Crioulo*, *O travesti*, bem como *Uma mulher diferente*.

Estas e outras obras são capazes de nos causar atravessamentos e nos direcionar a refletir questões por vezes silenciadas, como as dissidências e a violência de gênero. Por meio de uma literatura aparentemente despretensiosa, como um romance policial, podemos ao menos refletir, por exemplo, a respeito de gênero e sexualidade, e assim buscar pelo conhecimento, e talvez compreender que ainda que indissociáveis, sexo e gênero são questões diferentes.

Por meio das questões insurgentes através do romance, e através das questões exploradas no decorrer desta dissertação, podemos vislumbrar uma Ana Maria diferente da mulher estereotipada no decorrer da narrativa pelos diferentes personagens. Temos o arcabouço teórico necessário para compreender que Ana Maria sendo uma mulher transexual, poderia ainda ser heterossexual, ou ainda poderia ser uma travesti, ou nenhuma destas identidades (sexuais e de gênero), porque ainda que tentemos nos adequar em espaços a todo tempo, as pessoas são plurais e não podem ser limitadas a ideias generalizantes, ainda que por vezes generalizemos devido a nossas limitações, como fizeram a senhora Tilica e o detetive Grandão.

Essas reflexões, como as potencializadas por Rios, são custosas, por vezes, é necessário trilhar um caminho por um território selvagem, é preciso a transgressão, como nos mostraram personalidades como Cassandra Rios, pessoas que já iniciaram essa caminhada em meio à repressão e preconceito, testemunhando que o único caminho para o fim é a contínua resistência.

É preciso, conforme abordado no capítulo II, romper com ciclos de violência, buscar um enfrentamento às violências simbólicas, estruturais e de gênero. Para isso, são necessários os questionamentos. É preciso questionar a masculinidade hegemônica, entendendo-a como um reflexo do patriarcado. É necessário explicitar a raiz dos problemas, para que a sociedade compreenda que o alvo a ser deslegitimado não são “os homens”, mas sim um sistema patriarcal que os aprisiona. É necessário refletir as relações de gênero e desfragmentar os estereótipos para que se consiga a equidade.

As transformações artísticas, as representações literárias e as transformações de ideias estanques, serão muito mais concretas e positivas com a construção de conhecimentos, a partir de contestações e com um pensar decolonial. Como exposto no capítulo III, nós vivemos uma realidade na qual corpos dissidentes, como os corpos *trans*, são deslegitimados em várias

esferas de poder, não são vistos com a mesma sensibilidade que os corpos dominantes. É perceptível que os corpos sexualizados e genderizados de acordo com o padrão hegemônico se encontram em uma condição ontológica de inexistência, já que estes mesmos corpos só podem existir a partir e de acordo com o padrão idealizado (com o heterossexual, o patriarcado). Entretanto, estas pessoas à margem não são o que nós (enquanto sistema opressor) queremos fazer delas.

Nós, enquanto sociedade, precisamos de um exercício de autocrítica e reflexão para que transcendamos pensamentos que são enraizados e naturalizados. Esta reflexão deve ser feita em todos os âmbitos. Pensando no âmbito das Letras, devemos destacar, também, a manifestação escrita da língua, na arte do texto, que é também um instrumento de poder.

Ainda que pareça necessário engessarmos questões e colocarmos particularidades em espaços delimitados para termos um norte e percebermos corpos/questões invisibilizadas, é também necessário termos em mente que o universo é plural. Deste modo, categorias e conceitos podem ser contraditórios. Ainda assim, é importante situarmos estes conceitos.

Nesta pesquisa, atentamos para não reproduzir as teorias de gênero como uma categoria universal, algo que tudo explica. Assim como também não queremos fazer pensar que todos os problemas e dilemas da vida adulta tenham como resposta o padrão nocivo de masculinidade hegemônica (ainda que em muitos casos seja uma possibilidade). Os universos são complexos, assim como são as pessoas, de modo que cada situação tem suas particularidades.

Como salientado, o poder não se encontra, ele se exerce, e, nessa perspectiva, a arte, a literatura, a alegria e o prazer são potências emergentes, possuem um *ethos* de grupo e de integridade, tornando-se, também, representações de poder. *Uma mulher diferente* é uma representação artística da decolonialidade do poder, uma obra escrita há décadas que ainda se faz atual. Uma obra protagonizada por personagens à margem e escrita por uma mulher, também, marginalizada pela sua própria condição de mulher e pela sua sexualidade. Ao dar protagonismo, por meio da literatura, à inúmeras mulheres como ela, ao transgredir da norma e ao romper com ideias dominantes, Cassandra Rios resistiu e se deslocou da condição subalternizada de mulher lésbica em uma sociedade patriarcal.

A resistência é uma das manifestações da decolonialidade do poder, e o ato de resistir se faz visível tanto na realidade da personagem Ana Maria quanto na realidade da escritora Cassandra Rios. Para Ana Maria o maior ato de transgressão é fazer o que a sociedade não tolera que seja feito por ela: ser ela mesma. A personagem ainda que pareça sucumbir à sua subalternidade, tendo como fim a morte, ainda em vida sai da condição de subsistência simplesmente pelo fato de mostrar que existe, de travestir o seu corpo conforme a demanda de

sua alma e de se fazer presente nos ambientes em que não esperam sua presença.

Ana Maria por meio de sua existência atravessa sujeitos pertencentes a classe dominante, como Antonio Pereira, Barbosa Lins e Grandão, e os faz ainda que a contragosto, enxergar que a sua existência de fato independe da norma, de que a mesma é um produto da natureza. Ao estender a mão à senhora Tilica, Ana Maria nos permite também a leitura de que a única alternativa das pessoas marginalizadas para transgressão é a resistência, e que esta se faz também na coletividade, na criação de consciência e de novas perspectivas.

A obra de Cassandra Rios tem um forte valor social. Sem uma temporalidade estritamente demarcada no texto, nos permite adentrar em seu universo narrativo, dando a liberdade para que este texto literário seja vivenciado como um espelho da nossa realidade. A temporalidade do seu texto é o “agora” do receptor, portanto, as questões exploradas por meio da construção narrativa da autora, podem provocar uma fagulha de resistência às várias “anas marias e tilicas” deste Brasil. Neste sentido, retomando um pensamento exposto em seções anteriores, “as expressões artísticas, como a própria literatura, como *Uma mulher diferente*, criam espaços de resistência, nos quais corpos se apoderam, apoderam-se de palavras e produzem ações”.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI, Danilo. *Nicola: um romance transgênero*. São Paulo: Summus, 1999.

Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf Acesso em: 15 de mar. de 2020.

BACELLAR, Laura. “*Notas da editora*”. In: ANGRIMANI, Danilo. *Nicola: um romance transgênero*. São Paulo: Summus, 1999.

BAGAGLI, Beatriz. *A diferença trans no gênero para além da patologização*. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades. n. 5. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17178/11335> Acesso em: 29 de jan. de 2019.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. *Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal*. In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, Jan./Jun., p. 165 – 182. 2014b.

BENTO, Berenice. *Brasil: O país do transfeminicídio*. CLAM, Rio de Janeiro, 2014a.

BEVERLEY, John. *Subalternidade y representación*. Trad. Marlene Beiza y Sergio Villalobos Ruminott. Madrid: Iberoamericana, 2004.

BEZERRA, Carlos. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do Século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Bom-Crioulo. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. (Série bom livro).

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 11. ed. - Rio de Janeiro. 160 p. Tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 13. ed. Trad. Fernando Tomaz. 322 p. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre; EAGLETON, Terry. *A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista*. In: ŽIŽEK, SLAVOJ. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, p. 265-278.

BUJES, Maria. *Infância e poder: breves sugestões para uma agenda de pesquisa*. In: COSTA, Marisa; BUJES, Maria (Org.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 179-196.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMINHA, Adolfo. *Bom-Crioulo*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CAMPEDELLI, Samira. *Um moderna história sobre a paixão*. In: CAMINHA, Adolfo.

CANDIDO, Antonio. *O direito à Literatura*. In: *Vários escritos*. 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CAPARICA, Marcio. *Crime: hétero é assassinado ao ser confundido com gay*. Lado bi, 2015. Disponível em: <https://www.ladobi.com.br/2015/06/homofobia-problema-heteros/> Acesso em: 29 de set. de 2019.

CARDOSO, Leidy. *La literatura erótica de Cassandra Rios: O bruxo espanhol (1959) y uma mulher diferente (1968)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás – Faculdade de História, 168 p. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8196?mode=full#preview-link0> Acesso em: 10 de set. de 2019.

CARRARO, Adelaide. *O travesti*. L. Oren, 1987.

CARVALHO, Fabiana de. *Homem não chora: o abuso sexual contra meninos*. 2015. 169 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

COLAÇO, Thais. *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

COLLING, Leandro. *Artivismo das dissidências sexuais e de gênero*. CULT - Revista Brasileira de Cultura, n. 226, p. 18–19, 2017.

Confundido com gay, adolescente de 16 anos é morto na frente de policiais. A Capa, 2014. Disponível em: <https://acapa.disponivel.uol.com.br/confundido-com-gay-adolescente-de-16-anos-e-morto-na-frente-de-policiais/> Acesso em: 29 de set. de 2019.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COSTA, Rosely. *Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades*. In: ALMEIDA, Heloisa; *et al.* (eds.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, p. 213-241.

DE SOUZA, Eros; BALDWIN, John; DA ROSA, Francisco. *A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos*. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 490 p.

Definition and typology of violence. WHO - World Health Organization, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/violenceprevention/approach/definition/en/> Acesso em: 01 de abr. de 2020.

Ditadura militar Brasil [1964-1985]. Estadão, S.d. Disponível em: <https://tudo-sobre.estadao.com.br/ditadura-militar-brasil-1964-1985> Acesso em 01 de abr. de 2020.

DURÁN, Pedro. *Sem Disfarce: Para atrair prostitutas, cafetões oferecem de carona e brindes a moradia e café da manhã*. CBN, 2019. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/274152/3-sem-disfarce-para-atrair-prostitutas-cafetoes-of.htm> Acesso em 20 de jan. de 2020.

ERIKSON, Erik. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Carlos. *Um Percurso pelas Configurações do Corpo de Personagens Travestis em narrativas brasileiras do século XX: (1960-1980)*. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, 180 p. 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4120029 Acesso em: 20 de nov. de 2018.

FERNANDES, Carlos. *Violências contra personagens travestis na literatura brasileira do século XX*. 2019. Revista Crioula, (24), p. 134-147. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7169.crioula.2019.162540> Acesso em: 02 de abr. de 2020.

FREIRE, Marcelino. *BaléRalé*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALL, Stuart. “*Quem precisa da identidade?*”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

HALL, Stuart. “The Spectacle of the 'Other'”. In: Stuart Hall. *Representations. Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage and The Open University, 1997. p. 223-279.

HALL, Stuart. *A identidade em questão*. In: HALL, Stuart. (Org.). *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOWES, Robert. *Raça e sexualidade transgressiva em Bom-Crioulo de Adolfo Caminha*. Graphos, Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, v. 7. n. 2/1, 2005. p. 171-190.

JESUS, Jaqueline de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2ª ed. Brasília, 2012.

KAISER, Anna. *Huge crowds for LGBT pride parade in Brazil's biggest city*. ABC News, 2019. Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/wireStory/huge-crowds-lgbt-pride-parade-brazils-biggest-city-63897428> Acesso em 01 de abr. de 2020.

KIRSTEN, Olívia. “*Apresentação*”. In: CARRARO, Adelaide. *O travesti*. L. Oren, 1987.

KULICK, Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Trad. Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2008.

LACAN, Jacques. *O seminário: livro 9: A Identificação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LORENZ, Federico. *Resistências*. In: CORNELSEN, Élcio; SARMENTO-PANTOJA Augusto. (Org.). *Dossiê Literatura e Resistências*. p. 11-15. Pará: Revista Margens 13. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 96 p.

LUSTOSA, Tertuliana. *Manifesto traveco-terrorista*. Revista Conchinitas. Rio de Janeiro, ano 17, vol. 01, nº 28, 2016.

MENESES, Rodrigo. *Abraço de irmãos acaba em ataque homofóbico e morte na Bahia*. O Globo, 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/abraco-de-irmaos-acaba-em-ataque-homofobico-morte-na-bahia-5330477> Acesso em: 29 de set. de 2019.

MIGNOLO, Walter. “*La opción descolonial*”. Letral – Revista Eletronica de Estudios Transatlaticos de Literatura. Universidad de Granada. Espanha. 2008, p. 4-22. Disponível em: <http://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças* (2012). 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do Século XXI*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOLL, Gilberto. “*Orelha do livro*”. In: FREIRE, Marcelino. *BaléRalé*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

O que é violência. DHNET – Direitos Humanos, S.d. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/violencia/violencia.html>. Acesso em 20 de Jan. 2020.

OLIVEIRA, Megg de. *O diabo em Forma de Gente: resistências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Curitiba: Prismas, 2017.

Pai e filho são agredidos após serem confundidos com casal gay. Folha de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2011/07/945603-pai-e-filho-sao-agredidos-apos-serem-confundidos-com-casal-gay.shtml> Acesso em: 29 de set. de 2019.

PALMAR, Aluizio. *Documentos revelam perseguição da ditadura à Cassandra rios, a primeira escritora brasileira que escapou da heteronormatividade*. S.d. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/geral/documentos-revelam-perseguiacao-da-ditadura-a-cassandra-rios-a-primeira-escritora-brasileira-que-escapou-da-heteronormatividade/> Acesso em: 01 de abr. de 2020.

PATERMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAVIANI, Jayme. *Conceitos e formas de violência*. In: MODENA, Maura (org.). *Conceitos e formas de violência*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PEREIRA, Ana. *Escritas excessivas: Cassandra Rios e o protagonismo na literatura brasileira*. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia – Instituto de Letras. Bahia, 172 p. 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103657/maciel_mas_dr_assis.pdf;jsessionid=86C22FD2DD6158B4FD4621F488889ABA?sequence=1 Acesso em: 10 de set. de 2019.

PEREZ, Luana. *Romance Policial*. Brasil Escola, s.d. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/romance-policial.htm>. Acesso em/: 12 de abr. de 2020.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PLANK, Liz. *For the Love of Men: From toxic to a More Mindful Masculinity*. St. Martin`s Press, 2019.

POLESSO, Natalia. *Amora*. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

POLESSO, Natalia; CEI, Vitor. *Anotando ideias, roubando conversas: entrevista com Natalia Borges Polesso*. Porto Velho – RO: RE-UNIR, v. 4, n. 2, 2017 (Entrevista).

PORTO-GONÇALVES, Carlos. “Apresentação”. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Trad. RIBEIRO, Maria. São Paulo: N-1 edições, 2014, 224 p.

Progress of the world's women 2019–2020: Families in a changing world. ONU - Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf> Acesso em: 15 de mar. de 2020.

Quem foi Cassandra Rios, a autora mais censurada na ditadura militar. O Globo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/03/31/quem-foi-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-da-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (org.). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

RAMALHO, Sérgio. *Meninos: vítimas em 58% dos casos de violência sexual contra homens*. O globo, 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/meninos-vitimas-em-58-dos-casos-de-violencia-sexual-contr-homens-9877751> Acesso em: 02 de fev. de 2020.

RESENDE, Leticia. *Vítimas de abuso sexual do sexo masculino têm mais dificuldade de lidar com o trauma*. 2011. Disponível em: <https://hypescience.com/vitimas-de-abuso-sexual-do-sexo-masculino-tem-mais-dificuldade-de-lidar-com-o-trauma/> Acesso em: Acesso em: 02 de fev. de 2020.

RIOS, Cassandra. *Censura: minha luta meu amor*. Editora Gama: São Paulo, 1977.

RIOS, Cassandra. *Uma mulher diferente*. 180 p. Editora Brasiliense, 2005.

ROSA, Alexandra. *(O) Braço forte, (a) mão amiga: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*. Lavras: UFLA, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro Rosa dos tempos, 1992.

SALAM, Maya. *What is toxic masculinity?* The New York Times, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/22/us/toxic-masculinity.html> Acesso em: 13 de out. de 2019.

SANTOS, Rick. “*Apresentação*”. In: RIOS, Cassandra. Uma mulher diferente. p. 180. Editora Brasiliense, 2005.

SARDENBERG, Cecília. *A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia*. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. DABAT, Christine; ÁVILA, Maria. Recife: SOS Corpo, 1991. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

SCOTT, Joan. *Prefácio a Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu*, 2007. p. 11-27. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1721> Acesso em: 10 de nov. de 2019.

SHOWALTER, Eleine. *A crítica feminista no território selvagem*. In: HOLLANDA, Heloisa (Orgs). *Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SILVA, José. *Althusser*. In: OLIVEIRA, Luciano. *Estudos dos discursos: Perspectivas Teóricas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 71-100.

SILVA, Tomaz. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz. *et al.* (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2009.

SILVEIRA, Daniel; MAHFOUND, Miguel. *Contribuições de Viktor Emil Frankl ao conceito de resiliência*. Campinas: Estudos de Psicologia, 2008, vol.25, n.4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400011> Acesso em: 24 de mar. de 2020.

SOARES, Marcos. *O movimento LGBT*. Revista Movimento, 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/09/o-movimento-lgbt/> Acesso em 04 de abr. de 2020.

SOLER, Elena. *Três imagens (com espelhos) na obra de Clarice Lispector: Lori, Glória e Macabéa*. In: Olho d'água. São José do Rio Preto, 2005, p. 245-253.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra; Editora Almedina. 2009. 532 p.

SOUSA, Sandra; LEWIS, Tom. *Para além da divisão Norte/Sul em epistemologia e política emancipatória*. Configurações. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/configuracoes/1962> Acesso em: 20 de mar. de 2020.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Trad. LMEIDA, Sandra; FEITOSA, Marcos; FEITOSA, André. 174 p. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Transgender day of visibility 2016 – Trans murder monitoring update. TGEU – Transgender Europe, 2016. Disponível em: <https://tgeu.org/transgender-day-of-visibility-2016-trans-murder-monitoring-update/> Acesso em: 29 jan. 2019.

V, Viviane. *Um caminho transgênero*. Adap. 'Transgender Visibility'. Human Rights Campaign Foundation. Disponível em: https://www.academia.edu/4130239/Um_caminho_transg%C3%AAnero_adapta%C3%A7%C3%A3o_do_guia_Transgender_Visibility_da_Human_Rights_Campaign Acesso em: 20 de set. de 2019.

WAREHAN, Jamie. *Murdered, Hanged And Lynched: 331 Trans People Killed This Year*. Forbes, 2019. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/jamiewareham/2019/11/18/murdered-hanged-and-lynched-331-trans-people-killed-this-year/#20985b412d48> Acesso em 01 de abr. de 2020.

World's largest gay pride parade takes place in São Paulo – video. The Guardian, 2014.
Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/video/2014/may/05/worlds-largest-gay-pride-parade-sao-paulo-video> Acesso em 01 de abr. de 2020.